

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

JOSÉ APARICIO DA SILVA

**FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE LEVARAM À MIGRAÇÃO /
RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE ITAIACOCA -
PONTA GROSSA –PR, NA DÉCADA DE 1970.**

PONTA GROSSA
2008

JOSÉ APARICIO DA SILVA

**FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE LEVARAM À MIGRAÇÃO /
RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE ITAIACOCA -
PONTA GROSSA –PR, NA DÉCADA DE 1970.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Professora Doutora Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros.
Co-orientador: Professor Doutor José Augusto Leandro.

**PONTA GROSSA
2008**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S586f Silva, José Aparicio da
Fatores endógenos e exógenos que levaram à imigração/resistência de pequenos produtores do Distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa-Pr, na década de 1970. / José Aparicio da Silva. Ponta Grossa, 2008
192f

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros
Co-orientador : Prof. Dr. José Augusto Leandro

1. Migração. 2. Resistência. 3. Rural - urbano. I. Barros, Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros. II. Leandro, José Augusto. III. T

CDD : 301.34

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ APARICIO DA SILVA

“FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE LEVARAM À MIGRAÇÃO/RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE ITAIACOCA – PONTA GROSSA – PR, NA DÉCADA DE 1970”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Profa. Dra. Solange Ap. Barbosa de Moraes Barros
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. Roberto Edgar Lamb
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os pequenos agricultores que estejam no campo ou na cidade, quer sejam lavradores quer exerçam outras atividades. A todos aqueles que algum dia sentiram-se desfavorecidos ou oprimidos pelo “Monstro Sist”. Enfim, dedico-o em memória dos vencidos.

AGRADECIMENTOS

Em especial a Professora Doutora Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros, pela confiança em meu trabalho e pela dedicação com que orientou-me e conduziu todo o processo de pesquisa com perspicácia e argúcia, qualidades próprias de um vasto conhecimento e de uma ampla experiência que detém na área social.

Ao Professor Doutor Roberto Edgar Lamb, pelos constantes apoios e incentivos que me dedicou desde a graduação. Foram estes impulsos que me trouxeram até aqui.

Ao Professor Doutor Luis Alexandre Cunha, pelas valorosas contribuições prestadas na banca de qualificação e por me dispor seu vasto conhecimento e experiência a partir de sua tese de doutorado.

À minha esposa e companheira Emanuelle, pela compreensão, suporte e revisão de meus textos; sem tal apoio seria impossível a realização desse trabalho.

Aos professores e colegas do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, por compartilhar angústias, alegrias e reflexões acerca dos problemas da sociedade. Em especial, quero agradecer às Professoras Doutoras Divanir Munhoz, por ensinar-me que didática e organização ajudam no processo de construção do conhecimento; Andréa Paula dos Santos, por tornar-me mais crítico e menos ingênuo em relação à realidade social; e Jussara Bourguignon, por mostrar-me que metodologia

e procedimentos metodológicos servem para nortear e esclarecer o conhecimento e não desviá-lo e/ou confundi-lo.

Aos pequenos agricultores moradores de Itaiacoca, aos migrantes moradores do Jardim Paraíso e aos industriais, os quais deixaram seus afazeres e gentilmente me receberam em suas casas para responder minhas inquietações.

Ao Companheiro Moacir Eleutério Rodrigues, pelas informações prestadas sobre Itaiacoca e por mostrar-me o mundo rural de forma apaixonante.

À direção e funcionários do IBGE – Ponta Grossa, pelos dados levantados e pelas informações prestadas com eficácia.

À direção e coordenação do CIESC - Colégio Sagrado Coração de Jesus, bem como a chefia do DEHIS – Departamento de História da UEPG, pela colaboração e compreensão na adequação dos meus horários de aula, de modo a tornar compatível com as atividades do programa de mestrado.

Capim Guiné

Plantei um sítio
no sertão de piritiba
dois pés de guataiba
caju, manga e cajá

Peguei na enxada
como pega um catingueiro
fiz acero, botei fogo
"vá ver como é que tá"

Tem abacate, jenipapo
e bananeira
milho verde, macaxeira
como diz no ceará

Cebola, coentro
andu, feijão-de-corda
vinte porco na engorda
até o gado no currá

Com muita raça
fiz tudo aqui sozinho
nem um pé de passarinho
veio a terra semeá

Agora veja
cumpadi, a safadeza
cumeçô a marvadeza
todo bicho vem prá cá

Num planto capim-guiné
pra boi abaná rabo
eu tô virado no diabo
eu tô retado cum você

Tá vendo tudo
e fica aí parado
cum cara de viado
que viu caxinguelê

Suçarana só fez perversidade
pardal foi pra cidade
piruá minha saqüé
qüé! Qüé!

Dona raposa
só vive na mardade
me faça a caridade
se vire e dê no pé

Sagüi trepado
no pé da goiabeira
sariguê na macaxeira
tem inté tamanduá...

Minhas galinha
já num fica mais parada
e o galo de madrugada
tem medo de cantá

Num planto capim-guiné
pra boi abaná rabo
eu tô virado no diabo
eu tô é, tô é retado cum você

Tá vendo tudo
e fica aí parado
cum cara de viado, ôme?
que viu caxinguelê.

(Raul Seixas)

RESUMO

Esse trabalho discute as relações campo-cidade a partir de deslocamentos de pequenos agricultores do Distrito de Itaiacoca para o perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa - PR, bem como procura dialogar com os pequenos agricultores que resistiram em Itaiacoca e com empresários que investiram no distrito. Tal evento de migração e/ou resistência se deu com maior intensidade na década de setenta do século passado; nas décadas seguintes apareceram as conseqüentes manifestações sociais, políticas e econômicas nos aglomerados urbanos, as quais foram proporcionadas na vida do migrante rural em contato com a cidade, e as transformações que a modernização agrícola e pluriatividades rurais ocasionaram na vida do camponês. Em Ponta Grossa, segundo dados do IBGE, houve uma intensidade de movimentos migratórios do meio rural para o urbano que marcou, no final do século, a ultrapassagem quantitativa da população que vive na cidade em detrimento do campo. Como decorrência desse processo de êxodo rural (Itaiacoca para Ponta Grossa – PR) surgiu a ocupação da Vila Jardim Paraíso por pessoas oriundas de Itaiacoca. Essa opção pela ocupação de território entre o campo e a cidade caracteriza aspecto típico de rurbanidade¹. Sendo assim, este trabalho tem como propósito identificar os fatores endógenos e exógenos ao distrito de Itaiacoca que implicaram na decisão de migrar para o centro urbano ou de resistir no meio rural.

Palavras-chave: migração; resistência; rural – urbano.

¹ O termo “rurbanidade” refere-se ao encontro cultural entre os espaços rural e urbano ocorrido a partir de movimentos migratórios, porque muitas vezes torna-se difícil especificar o que é típico de um ambiente e o que é de outro.

ABSTRACT

This work discusses the relations field-city analyzing the displacement of small farmers in the District of Itaiacoca for the urban perimeter of the city of Ponta Grossa PR, and seeks to dialogue with the small farmers who resisted in Itaiacoca and with entrepreneurs who invested in the district. This event of migration and / or resistance happened more intensely in the decade of seventy of the last century, and during the following decades some events of social, political and economical consequences started to be seen in the urban areas, bringing changes to the life of the rural migrants in touch with city, and to the life of the peasant that started to work with agricultural modernization and rural pluriactivities. In Ponta Grossa, according to the IBGE data, there was an intensity of migration from rural to urban area which marked, in the end of the century, that the amount of population in the city exceeded the amount of people living in the fields. As a result of this process of rural exodus (Itaiacoca to Ponta Grossa - PR) the occupation of Vila Jardim Paraíso could be seen by people that came from Itaiacoca. This choice of occupation of a territory between the city and the countryside features a typical aspect of rurbanity². Therefore, this work has the aim to identify the endogenous and exogenous factors to the people of the district of Itaiacoca that implied in their decision to migrate to the urban centre or to stand in the rural areas.

Key-words: migration; resistance; agricultural - urban.

² The term “rurbanidade” mentions the cultural meeting to it between the spaces agricultural and urban occurred from migratory movements, because many times become difficult to specify what he is typical of an environment and what is of another one.

LISTA DE SIGLAS

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná.

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná.

BNH – Banco Nacional de Habitação.

CIC – Cidade Industrial de Curitiba.

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Paranaense.

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

EMATER – Pr – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

PLADEI – Plano de Desenvolvimento Industrial.

PLADEP – Plano de Desenvolvimento Paranaense.

PMPG – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

SESC – Serviço Social do Comércio.

LISTA DE MAPAS E TABELAS.

Mapa 1- Comunidades do Distrito de Itaiacoca	116
Mapa 2 - Vila Jardim Paraíso – Ponta Grossa – PR.....	146
 Tabela 1 - Taxa de crescimento da população urbana e rural no Paraná	57
Tabela 2 - População rural e urbana 1950-2000.....	77

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
------------------------------	----

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS.

1.1 Fundamentação teórica.....	20
1.1.1 Identidade/representação social.....	23
1.1.2 Espaço e Imaginário	32
1.2.2 Migração e Urbanização – Conceituação e breve histórico	36
1.2.3 Migração/Urbanização no Brasil.....	46
1.2.4 Migração/Urbanização no Paraná.....	56

CAPÍTULO 2 - O INCENTIVO ECONÔMICO/CULTURAL PARA AS MIGRAÇÕES.

2.1 O contexto regional para as migrações.....	65
2.2.1 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e seus valores subjacentes	78
2.2.2 O Plano Estadual-Pr de Desenvolvimento	83
2.2.3 O Plano Municipal (Ponta Grossa) de Desenvolvimento.....	88

CAPÍTULO 3 – ITAIACOCA: APANHADO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

3.1 A formação de Itaiacoca dentro da História dos Campos Gerais: as sesmarias e a formação dos latifúndios	98
3.2 Ponta Grossa: das origens aos anos 1970	105
3.2.1 Ponta Grossa a partir dos anos 1970.....	110
3.2.2 O contexto regional da pesquisa.....	116
3. 2.3 Categorias empíricas: agricultura familiar	136
3.2.4 Categorias empíricas: o bairro rural	140

3.2.5 Categorias empíricas: o bairro urbano.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	164
a) Termos utilizados para autorização das entrevistas	165
b) Questões elaboradas por segmento	167
c) Exemplos de técnicas utilizadas nas transcrições das entrevistas	169
d) Quadro de transcrições das entrevistas realizadas	171

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A migração rural, como tema dessa pesquisa, surgiu a partir da percepção de dados indicadores que comprovam que o mesmo fenômeno global ocorreu, com suas peculiaridades, também em Ponta Grossa, no Paraná, em diferentes áreas geográficas. Assim, há nesse período, compreendido pela década de setenta do século XX, um intenso deslocamento de populações camponesas dos arredores da cidade para o perímetro urbano.

O recorte específico (Distrito de Itaiacoca³ para Ponta Grossa-PR) apareceu como tema após contato oral com moradores da Vila Jardim Paraíso, pois observou-se que parte do contingente populacional da referida vila era oriundo do Distrito de Itaiacoca; o que tratava-se, dessa forma, de um êxodo rural. Dados preliminares levantados com o IBGE demonstram que a maior frequência desse processo se deu na década de setenta.

Estudos sobre migrações rural-urbana e as relações campo/cidade vêm sendo desenvolvidos por vários grupos de estudos históricos, bem como por sociólogos e antropólogos. Realizado um levantamento bibliográfico elegemos alguns estudos como fundamentais para nossa pesquisa.

Dialogamos com autores de diferentes áreas, pois participamos de um programa interdisciplinar e assim defendemos a interação entre diversas especialidades do conhecimento. Assim, fazem-se presentes abordagens polissêmicas de autores e teorias. Muitos dos autores e suas teorias serão

³ A título de curiosidade, Itaiacoca significa Roça de Taya na linguagem indígena. Taya é uma raiz comestível muito utilizada na alimentação dos índios e atualmente usada por algumas pessoas. Essa planta ainda pode ser encontrada em Itaiacoca.

discutidos de forma um pouco mais extensiva dentro do tópico “Conceitos fundamentais” no capítulo 1.

Na ânsia de remontar fragmentos do passado pela memória das pessoas que, de uma forma ou de outra (direta ou indiretamente), estiveram ligadas ao processo histórico que se pretende investigar, foram tomados alguns depoimentos e, desta forma, a “entrevista” é uma de nossas técnicas utilizadas.

A escolha dos sujeitos se deu após uma breve observação participante realizada junto com filhos de migrantes que moram no Jardim Paraíso e com parentes de pequenos agricultores residentes em Itaiacoca, além de uma análise de contexto. Essa observação ocorreu ao longo de alguns anos (se considerarmos o tema como extensão de um projeto monográfico), ou de alguns meses (se considerarmos apenas o tempo para o desenvolvimento do projeto de dissertação).

Por essa pesquisa ser de caráter qualitativo, o tamanho da amostra foi fixado aleatoriamente, isto porque na pesquisa qualitativa “em geral depende do pesquisador determinar o número de sujeitos que participará na amostra”. Desta maneira, “o tamanho da amostra não é fixo; ele pode variar, substituindo, diminuindo, aumentando o número de sujeitos, de acordo com as necessidades que estabeleça o desenvolvimento do estudo”. (TRIVIÑOS, 2001, p.83-84).

Sendo assim, nossos sujeitos foram escolhidos dentro de uma gama de indivíduos significativos pela sua representatividade, e sob a seguinte delimitação: um empresário industrial que investiu em Itaiacoca; dois migrantes, ambos moradores atuais do Jardim Paraíso e dois pequenos agricultores que

persistiram em Itaiacoca. A intencionalidade da escolha dos sujeitos passa pela idéia de conflitar interesses e perceber a contradição dos conteúdos dos depoimentos. Foram elaboradas 5 questões para cada segmento, as quais são expostas / analisadas no decorrer do trabalho e encontram-se integralmente em apêndice.

Entendemos entrevista como uma técnica de trabalho de campo, tomada a partir de uma comunicação verbal para a colheita de informações sobre determinado tema, para casos em que as fontes disponíveis não esclarecem o processo e/ ou necessitam de apoio. (MINAYO, 1992)

Pode definir-se dentro de uma possibilidade de variações como sendo uma “conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa (...)” (KAHN & CANELL, Apud MINAYO, 1992, p. 106).

Segundo MINAYO, a técnica da entrevista é utilizada para obter dados “subjetivos”, os quais só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos. (MINAYO, 1992, p.108).

O trato das entrevistas procedeu-se da seguinte forma: transcrição integral das entrevistas após ouvi-las exaustivamente. Para as transcrições, seguimos critérios do CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), específicos para a transcrição da fala de comunidades rurais, bem como nos permitimos criar alguns critérios de decodificação dos elementos simbólicos surgidos durante as entrevistas. Para melhor compreensão do leitor, colocamos um quadro no apêndice com todas as ocorrências, sinais e exemplos das falas utilizadas.

Na sequência da transcrição, fizemos um quadro com as perguntas e com os depoimentos, separando-os por segmentos e por respostas associadas às questões. As perguntas e respostas, associadas por segmentos e dispostas num quadro maior, fazem-nos perceber o quê realmente ressalta enquanto categorias empíricas por similaridade e/ou divergências.

Contudo, elencamos categorias que possibilitaram uma melhor compreensão do processo. Entendemos categorias como “referências teóricas e empíricas apreendidas e construídas num processo de investigação. Explicam a dinâmica das relações sociais de forma coerente ao suporte teórico que as sustentam”. (BOURGUIGNON, In: UEPG, 2006). As categorias empíricas são construídas a partir dos elementos identificados no trabalho de campo. Retratam as peculiaridades observadas no contexto da pesquisa e são analisadas à luz das categorias analíticas. (MINAYO, 1996).

Pelo que foi realizado em análise, destacamos as seguintes categorias: autonomia de trabalho, agricultura familiar, especulação imobiliária, aparatos de modernidade (conforto) e a relação com o bairro rural e o urbano. Algumas dessas categorias estão intrínsecas ao texto como um todo, sendo outras mais evidenciadas. Nosso objeto de investigação se concentra na seguinte questão: quais foram os fatores econômicos e sócio-culturais (endógenos e exógenos) que contribuíram para acelerar o processo migratório de Itaiacoca para Ponta Grossa na década de 1970?

Prevemos e permitimos uma flexibilidade razoável na definição do problema de pesquisa porque percebemos uma característica essencialmente

dinâmica no processo ao deparar-se com a realidade, e assim entendemos que “quanto mais claramente um problema estiver formulado, mais fácil e adequado será o processo de tomada de decisões”. (LUNA, 2002).

Isto não significa, no entanto, que o pesquisador “não decida, prefira, precise reformular o problema posteriormente, pois que o processo de pesquisa é essencialmente dinâmico”. (LUNA, 2002, p.30). As mudanças no enfoque de pesquisa são comuns durante seu percurso; este processo constante de repensar a pesquisa faz-se necessário para que o pesquisador possa contemplar e se ajustar à vulnerabilidade da produção do conhecimento, e, sobretudo, da necessidade de estar atento à realidade vivida, sendo sensível às modificações que ela exige, uma vez que, a “clareza na formulação do problema e da sua delimitação visa a obtenção de parâmetros claros, para as decisões metodológicas, mas não pode e não deve funcionar como uma camisa de força que torne o pesquisador insensível à realidade com que ele se defronta.” (LUNA, 2002, p.40).

Com o problema formulado, conforme exposto acima, elaboramos alguns objetivos e lançamos algumas hipóteses, aos quais recorreremos em todas as etapas de pesquisa. Nossos objetivos são:

- analisar a conjuntura sócio-econômica do desenvolvimentismo na década de 1970;
- perceber o reflexo dos projetos econômicos desenvolvimentistas no êxodo rural;
- observar as condições de vida dos pequenos agricultores no Distrito de Itaiacoca;

- entender as estratégias de sobrevivência dos pequenos agricultores de Itaiacoca;
- compreender o povoamento da Vila Jardim Paraíso como um espaço de rurbanidade;
- observar a formulação de novas identidades dos pequenos agricultores que migraram às cidades.

Para isso, cruzamos os depoimentos para confirmar ou refutar nossa pergunta inicial e nossos objetivos. Nossas hipóteses iniciais eram:

- os ideais de “progresso” da sociedade urbano-industrial, presentes no país e na cidade a partir de 1970, foram determinantes para a migração de Itaiacoca para Ponta Grossa;
- os projetos industrializantes como os PND, PLADEP e PLADEI influenciaram na decisão de migrar; o povoamento da Vila Jardim Paraíso por pequenos agricultores da região de Itaiacoca refletiu nas aspirações de integração aos valores urbanos da década de 70;
- a fixação desses migrantes, em sua maioria na Vila Jardim Paraíso, representa uma tentativa de, mesmo residindo no espaço urbano, manter laços culturais e identitários com o meio rural;
- empresas instaladas em Itaiacoca como a Águia Florestal e a Costalco foram fundamentais, tanto para a migração quanto para a permanência no campo.

É importante considerar que as hipóteses elaboradas pelo pesquisador - frente ao seu problema de pesquisa - surgem como suposições a possíveis dados

que possam ser encontrados. Neste sentido, deve-se evitar a pesquisa “míope” (LUNA, 2002, p.33). Na pesquisa “míope”, a análise do conhecimento disponível parte do pressuposto que se investe naquilo que irá encontrar. Agindo desta maneira, o pesquisador acaba por conduzir a pesquisa para obter somente os dados desejados, limitando a abrangência e a fidedignidade dos mesmos. (LUNA, 2002, p.33).

Para tanto, dividimos nosso trabalho em 3 capítulos, sendo o capítulo 1 responsável pela fundamentação teórica do tema, bem como o aparato histórico e conceitos fundamentais, tais como: migração, urbanização do global para o local, identidade e representação social, e espaço e imaginário; o capítulo 2 aborda a relação econômica e cultural com a migração rural no Brasil, tendo como pano de fundo os planos desenvolvimentistas; no 3º capítulo, tratamos da contextualização regional da pesquisa, Ponta Grossa e Itaiacoca: origem até os anos setenta e as possíveis relações da análise documental (referencial teórico e depoimentos coletados) com o contexto de pesquisa.

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS.

1.1 Fundamentação teórica.

Como referido na introdução desse trabalho, alguns estudos se fazem pertinentes para a fundamentação do tema dessa pesquisa. Neste sentido fez-se importante a leitura dos seguintes trabalhos comentados a seguir.

“A caminho da Cidade” de Eunice DURHAN (1973), por apresentar um contexto de urbanização a partir dos movimentos migratórios. Interessante a metodologia adotada por DURHAN, pois divide o processo de migração em três etapas: antes da saída do campo, deslocamento para a cidade e por último a nova instalação dos migrantes. Torna-se relevante mostrar o contexto migratório desde suas raízes, apontando para as múltiplas facetas que engendraram o processo.

Éder SADER (1988), por sua vez, em seu trabalho “Quando novos personagens entraram em cena”. A leitura desse trabalho foi de extrema relevância para nossa discussão, pois apresenta a formação de um “modelo” de migração que faz pertinência, evidenciando as particularidades do processo migratório e como esses “novos personagens” se adaptaram e/ou reconstruíram suas vidas nos grandes centros urbanos, tomando como referência, São Paulo.

A mobilidade espacial rural-urbana é vista como necessidade, dado que as políticas governamentais são predominantemente de incentivo urbano. Iraci Galvão SALLES (1986) defende que o processo de deslocamento do camponês aos centros urbanos acelera na década de sessenta, porque as relações de progresso, pautadas na lógica capitalista (para a qual torna-se inadmissível que se persista um processo de relações de mercado regulado pelo próprio produtor),

é inaceitável que o pequeno produtor plante, colha e ele mesmo, de forma autônoma, promova as transações de mercado, ditando assim, as regras de competitividade.

Tal quadro, segundo SALLES, é inconcebível para o regime militar, implantado no Brasil a partir de 1964, pela sua intimidade com um sistema capitalista engendrado na megalomania do desenvolvimento.

Alcir LENHARO (1986) discute a ação histórica dos governos sobre a terra, como especulações capitalistas que colocaram o pequeno produtor rural à margem do sistema produtivo. Somam-se a isso, as concessões de terrenos para implantação de indústrias pelos governos, deixando o pequeno lavrador a mercê de interesses político-econômicos, inserindo-os numa dinâmica de produção tipicamente industrial.

Entende-se que este processo começou a ser construído no início do século XX no Brasil, mas que teve um forte alavancamento a partir da década de sessenta, com ênfase ao período militar pós-64, quando houve uma luta incessante para colocar o país entre as 10 maiores economias do mundo.

Para pensar os projetos industrializantes, dentro de um contexto que tinha por objetivos tirar o Brasil de sua condição “natural” de país agrícola e passar ao “status” de industrializado, e, portanto, modernizado, recorreremos à leitura de SINGER (1977), ELIAS (2003), HABERT (2003) e de AUGUSTO (1978).

Os estudos migratórios e as relações com a cidade remetem a uma conjuntura de urbanização, portanto nos deparamos com as teorias de CASTELLS (1983), SANTOS (1993) e LEFBVRE (1991). Para refletir sobre o

processo de ocupação do espaço urbano pelo migrante rural e sua inserção na sociedade, usamos os estudos de Hermes FERRAZ (1997) sobre a filosofia urbana e Marcio POCHMANN (2003) sobre a exclusão social.

Para a realidade local e a estrutura dos Campos Gerais, bem como dados históricos da região, utilizamos os trabalhos de LEÃO (1989), PILATTI (1968), LAVORATTI (1988), NOVAES (1943), CHAVES (1998) e CHAMMA (1988) e SOUZA (2000).

Nessa pesquisa foi necessário historicizar o cotidiano de um povo esquecido pela história oficial, o campesino itaiacocano que migrou para a cidade de Ponta Grossa-Pr na década de 1970, vindo do Distrito rural de Itaiacoca, e a partir daí passou a mudar as suas rotinas de vivência (pois do campo para a cidade as ações do cotidiano se constroem de formas diferenciadas). Para tanto, dialogamos com vários autores, especialmente por incluirmo-nos num mestrado interdisciplinar, ao qual existem diferentes formas e vertentes teóricas que podem interpretar um mesmo objeto; entretanto, em alguns momentos, fizemos opção pelos olhares da teoria da História do Cotidiano e da Realidade social, embasando-nos, sobretudo, nos estudos de Agnes HELLER e de Peter BERGER e Thomas LUCKMANN.

A proposta dessas correntes teóricas é: enxergar a realidade sob a perspectiva das pessoas comuns e das práticas, hábitos e rituais que caracterizam o dia-a-dia, retirando a ênfase aos grandes nomes e acontecimentos políticos e econômicos, voltando-se para o que está próximo de todos. É no cotidiano que a

criação humana se perpetua, pois é "na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis". (BERGER & LUCKMANN, 1983).

Sendo assim, ao pensarmos o espaço, ou seja, os lugares, as construções, as cidades, os bairros, as casas, o trabalho, a sobrevivência ao longo da história, não podemos dissociar esses elementos da realização do cotidiano e da realidade social, pois a espacialidade não está apenas ligada à natureza ou à idéia de palco onde a sociedade se concretiza, mas é também produto da ação cotidiana nas estruturas, hierarquizada por tensões históricas, como proposto por Foucault, para quem, estudar a "história do espaço" é ao mesmo tempo, estudar a "história dos poderes" (FOUCAULT, Apud, HELLER, 1989, p.212).

1.1.1 Identidade e representação social.

O processo de redefinição de fronteiras acaba por se tornar numa espécie de mecanismo de construção cultural do "outro" (nesse caso o "outro" entendido como sendo o migrante rural). Desse modo, o "outro" pode ser reconhecido como aquele que permanece do lado oposto em relação à "nós" (nesse caso, entendido como sendo os cidadãos urbanos) e também através das múltiplas fronteiras que separam esses dois pólos: rural e urbano. Se as fronteiras ora se diluem, ora se deslocam ou se consolidam, a distância que nos difere do outro também acompanha este movimento. (RIBEIRO, In: SOUSA SANTOS, 2002, p-p 475-501).

O autor referido no parágrafo anterior compreende que a concepção de fronteira como espaço de separação e diferenciação tende a ser negativa e

conservadora, por isso a preferência por entendê-la como espaço de interação mediada por canais de comunicação, e a migração rural para as cidades faz essa ligação.

Assim, podemos mencionar que a flexibilização de fronteiras ocorre devido a um processo de intensificação da comunicação entre os meios rural e urbano, tornando também cada vez mais imprecisas as diferenciações entre projetos e idealizações dos personagens, quer sejam do campo quer da cidade; porquanto, as aspirações permeiam ascensão social via trabalho e estudo. (CARNEIRO, 2000).

A reconstrução de identidades campesinas, através da migração para a cidade, expõe um processo ideológico e imaginário que construiu/constrói sentidos opostos e hierárquicos. Para esse estudo de identidades e representação social, dialogamos com os estudos de HALL (2000), para quem o meio urbano é visto como única via de ascensão social para trabalhadores pobres.

O Itaiacocano manteve traços culturais da vida rural, seus valores, suas crenças; todavia, misturou-se ao cotidiano urbano da Ponta Grossa dos anos setenta. A partir daí começou a construir-se uma nova identidade sócio-cultural, a qual não é mais nem urbana nem rural; ao mesmo tempo, tem elementos desses dois espaços.

A migração para a cidade expõe (os migrantes rurais) ao contato com um sistema variado de valores que são absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los. É essa mobilidade simbólica que permite sentir-se pertencente a uma e a outra cultura, supõe uma margem de negociação entre níveis distintos da realidade (...) (CARNEIRO, 2000).

Sabemos que tratar de identidade enquanto definição conceitual não é uma tarefa fácil, isto porque sua definição tem variado bastante ao longo do tempo, o que decorre certa dificuldade.

Para Boaventura de SOUSA SANTOS, quando trata da questão da identidade no contexto de pós-modernidade, diz que esse fenômeno está em constante construção, isto é, a definição identitária se resume a uma localização espaço-temporal. Portanto, em expressões como “ser homem, ser mulher, ser isso ou aquilo”, correntemente ocorrem mudanças de sentidos, ou seja, ser homem nos dias atuais pode não ter o mesmo significado e relevância que em outras épocas ou lugares. (SOUSA SANTOS, 1995, p. 134).

Isso não quer dizer que a identidade é simplesmente substitutiva, como se pudesse tirar uma máscara e colocar outra em seu lugar a cada conveniência. Mas sim dizer, nas palavras de Boaventura, que “identidades são identificações em curso” e, portanto, “são plurais”. (IDEM, p. 135).

Entendemos então, que essas identificações são resultados de um processo que envolve não só elementos culturais, mas também um contexto sócio-político-econômico.

Durante a vivência social, os seres sentem necessidade de firmar suas identificações como forma de integração e reconhecimento pelo grupo em que convivem e/ou passam a conviver. Para SOUSA SANTOS, esta afirmação acontece de forma hierárquica, pois os grupos dominantes, enquanto parecem “hegemônicos”, absorvem-na (a identidade) quase que involuntariamente, enquanto que os dominados (em franco processo de aculturação imposto

consciente ou inconscientemente) precisam de uma constante renovação declarada.

Atualmente, num período em que alguns intelectuais passaram a denominar de “pós-modernidade” (HALL, 2000), parece haver uma descontextualização da identidade; no entanto, ao nosso olhar, não passa de uma (re-) construção cultural, a qual aparece com sinônimo de subjetividade. A gênese polissêmica do termo pode ser encontrada na filosofia grega, quando se preocupavam com questões do tipo: “o que é o homem?”.

No Renascimento com o humanismo a “identidade” assume um caráter individualista. Essa subjetividade individual sofre, porém, uma polarização a partir do advento dos tempos modernos (séculos XV-XVI), que vai culminar na filosofia iluminista, quando, por um lado vê-se o Contrato Social teorizado por Rousseau (1712-1778) defendendo a individualidade do sujeito a serviço do Estado, e, por outro têm-se o liberalismo burguês de Locke (1632-1704) e Smith (1723-1790) que coloca o sujeito e a liberdade individual acima do Estado⁴. Desse “debate” nascem as características capitalistas como concorrência, lucro e a propriedade privada, marcadas por uma tomada individualista. Essa “derrota de Rousseau” implicou “uma abstração identitária que particulariza o indivíduo ao contrário do princípio de comunidade propugnado pelo Contrato Social em que se contextualizava o sujeito” (SOUSA SANTOS, B. **Op. Cit.** p.235).

A partir da exposição de Boaventura, percebe-se que esse “duelo” entre as subjetividades contextual e abstrata ainda não se encerrou e ora aparece uma, ora (re-) aparece outra. Por vezes, o sujeito sente necessidade de singularizar sua identidade e em outros casos vê-se mergulhado numa consciência coletiva. Desta forma, para definirmos “identidade” num contexto de pós-modernidade, é preciso um projeto sócio-cultural muito amplo que dialogue com os campos sócio-político e econômico e, sobretudo, que oscile entre o indivíduo e a sociedade passando, enfim, por um outro postulado: o da cultura e representação social.

⁴ As teorias propostas por John Locke e Adam Smith iriam fundar o liberalismo econômico e o liberalismo político.

Desse modo, entendemos que a cultura e representação social do meio rural face ao espaço urbano passaram e ainda passam por inúmeros momentos de re-configurações, mas que de alguma forma pode-se evidenciar fatores comuns a esses processos.

Por isso, costuma-se dizer que o rural sente-se um estrangeiro em seu próprio país, isto porque o mundo rural na sociedade moderna industrializada é tido como exótico. Daí a “necessidade” de recorrer a representações sobre tal mundo. Representações essas que, por vezes, delimitam conceitos sobre o meio rural e seus personagens, ou ainda, em outros casos, generalizam-se pré-conceitos sobre o camponês numa postura dedutiva classificatória.

Utilizamo-nos do conceito de representação social de Maria Antonia Alonso de Andrade, para quem...

As representações são sociais porque são construídas socialmente, ou seja, surgem pela interação dos grupos sociais. Assim sendo, a estruturação do campo de representação, o seu sentido, depende da inserção dos indivíduos nos grupos sociais. Logo é possível estabelecer clivagens entre os grupos sociais a partir de suas representações em geral e de suas representações da política em particular. (ANDRADE, 1996 - pp. 25-39).

Vale ressaltar que, para a autora referida, toda representação social é mutável, e, assim, constantemente acabam criando novas teorias estruturadas dando lugar às teorias espontâneas. Enfim, as representações incorporam diversos elementos da vida cotidiana (informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens), numa gama de informações, as quais da convivência, podem desfazer as noções de “certeza” e “verdade” sociais pré-concebidas. Os Migrantes camponeses vivenciaram um momento particular de “deslocamento de representações” devido à flexibilidade

dos elementos de cognição a que foram submetidos entre os espaços urbano e rural.

Com isso posto, ainda que de forma inconsciente, criou-se uma fronteira cultural clarividente e conflitante entre os espaços rural e urbano. Essa separação pode ser percebida a partir do advento do renascimento (do comércio e das cidades), quando a nascente burguesia privilegia o espaço urbano como possibilidade de ascensão político-social, via crescimento econômico em oposição à restrita mobilidade imposta pelo campo (meio rural-feudal) e seus estamentos de classe.

No Brasil, no entanto, essa construção de sentidos conflitantes entre campo-cidade pode ser pensada como inerente ao processo de urbanização e industrialização no final do século XIX e início do XX - a partir daí o rural passou a ser visto como inferior, atrasado⁵, etc - mas teve um forte alavancamento a partir da década de cinquenta, quando se evidenciou um projeto de tirar o país da mera condição de país agricultor.

Sabe-se que cidade e campo são dois espaços contrastantes, contudo, pode-se encontrar similitudes em elementos comuns aos dois blocos; mas podemos também encontrar a apresentação de elementos estanques, os quais muitas vezes não são singulares nem a um, nem a outro. Porquanto, o campo não é só calmaria e a cidade não é só transtorno. Isso ocorre, como já se previa, dentro do campo da totalidade (materialista) dialética, pois as ações do homem são influenciadas pelo meio em que ele se insere.

⁵ A respeito desse trato em relação ao homem do campo no espaço urbano, ver a construção da imagem do migrante pela literatura brasileira, mais especificamente na produção de Monteiro Lobato com o personagem Jéca Tatu.

Desta forma, compreendemos que em uma determinada tese, a qual carrega em si sua própria antítese, o confronto desses antagonismos cria um novo fenômeno, o qual passa a ser a síntese dos dois elementos criadores. Essa seria uma relação dialógica entre “ordem, desordem, e organização”. (MORIN, 2000).

Ainda, segundo MORIN (2000), só então depois de passar por esses dois “estágios”, ordem e desordem, a complexidade apresenta-se com os traços inquietantes da confusão, da desordem, da ambigüidade, da indecisão, os quais, uma vez re-organizados, podem levar ou ao caos ou a ordem. A este processo MORIN denominou: Incerteza.

Por isso é preciso reconstituir elementos culturais campesinos que hoje estão inseridos no meio urbano; para isso requer apresentar as mudanças sócio-culturais sofridas pelos migrantes em contato com o meio urbano. Contudo, pode-se dizer que o camponês participante do processo de êxodo rural passou a dialogar com esses dois espaços (o rural e o urbano) e conseqüentemente é possível, em muitos casos, reconhecer-se como rurbano⁶. (ANDRADE, 2000).

Talvez o migrante rural tenha procurado reconstruir sua identidade, interligando-se entre esses dois espaços, isto porque, na contradição camponesa, face ao sistema citadino, a dinâmica capitalista no campo e o processo de produção de subsistência familiar baseados na agricultura se tornam incompatíveis com a economia, porque as racionalidades que as movem são intrinsecamente antagônicas. Assim, quando é amistosa a relação entre agricultura e capitalismo, essa é dada pela extensa produção agroindustrial que

⁶ Gilberto Freyre considerou como rubanização as políticas que previam uma interação entre rural e urbano, levando em conta a unificação de processos de urbanização, industrialização e desenvolvimento agrícola e rural. (FREYRE, 1957, 1982. Apud: SOUZA, 2000, p. 184).

sustenta e move a economia urbana. Embora seja necessário mencionar que nos últimos tempos, sobretudo após a ascensão de governos populares, tenham existido projetos de incentivos à pequena produção via financiamentos e subsídios⁷.

FREYRE (1982) define rurbanização como um processo de desenvolvimento social e econômico que combina valores de vida rurais e urbanos; uma situação mista, dinâmica e profundamente conjugal. Rurbanidade, portanto, segundo o dicionário de Ciências Sociais (1987), deve ser percebida quando...

no espaço rurbano os ingredientes do ruralismo e da urbanização estão muito misturados, gerando claramente situações de ambigüidade sociocultural (...) o rurbano pode ser considerado como uma “totalidade de vida, muito mais do que um simples e pitoresco ponto de enlace entre o rural e urbano”(...). “O rurbano é, portanto, o espaço social e econômico criado pelo ponto de encontro entre a cidade e o campo, segundo o tipo de elementos estruturais predominantes na relação concreta entre elementos e termos. (p. 1090).

Por muito tempo o que se soube da cultura campesina para o meio urbano foi, sem dúvida, uma representação. Entretanto, passa quase despercebido que também há uma incorporação de fragmentos da cultura rural no cotidiano das cidades⁸.

Por muito tempo o meio rural foi identificado apenas como o espaço da agropecuária, porém, após a Eco 92, o meio rural passou a ter uma outra perspectiva, a de pluriatividades, o que inclui também um local de descanso e

⁷ Refere-se a programas como o Pró-Rural, Pronaf-Crédito, Pronaf-Café, Garantia –Safrá, Seguro Agrícola para a Agricultura Familiar, entre outros.

⁸ A título de exemplo, podemos citar o uso do jeans pelas sociedades urbanas, a partir da segunda metade do século XX. O alemão Oscar Levi Strauss foi quem criou o jeans nos Estados Unidos no ano de 1853, o que de início era destinado para o trabalho no campo Califórnia. Atualmente é usado em todos os continentes e foi adotado tanto pelos ricos quanto pelos pobres, curiosamente conservando as características originais das primeiras calças feitas por Levi-Strauss.

sossego para se fugir do intenso movimento das cidades. Assim, as relações cidade-campo mudaram consideravelmente, mas essas mudanças não reduziram o contraste entre ambas e sim que “o espaço rural passou a ser mais valorizado por tudo o que ele possui e que se opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”. (VEIGA, 2002).

Essa revalorização do campo inverte o processo de representação face ao urbano, para o qual o meio rural passa ser visto como “ambiente natural”, espaço de lazer, “turismo ecológico”, e, principalmente de sossego.

Do ponto de vista epistemológico, pode-se dizer que a aproximação entre rural e urbano ocorre concretamente, seja no campo ou na cidade, e acaba por reafirmar as representações sobre uma e outra cultura. “A cultura que une (intermediária de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela distância em relação à cultura dominante”. (BOURDIEU, 1998). Assim, podemos observar que a própria relação dessas culturas (campo-cidade) acabou por criar uma nova síntese sobre os conceitos fronteiriços entre o meio rural e o meio urbano.

Desta forma, a cultura e a representação identitária, ultrapassam as “barreiras” pré-estabelecidas. Portanto, é muito comum que reconheçamos identidades campesinas nas cidades e citadinas no meio rural, unidas e/ou separadas, pois atualmente os laços identitários e as representações sociais sobressaem independentemente dos espaços onde estão inseridos os sujeitos.

1.1.2 Espaço e imaginário.

Por que as cidades se transformaram nos espaços privilegiados? Essa tem sido uma pergunta que mobiliza investigadores das mais diversas áreas. Da literatura à economia urbana pode-se encontrar formas diversas de abordar esse fenômeno da sociedade moderna, que é o espaço urbano.

Fato é que o processo que culminou com as migrações rural-urbana foi desencadeado por mudanças inerentes as relações de trabalho e aos novos signos que a cidade trazia, a qual aparecia como espaço de promessa do saber, do trabalho e do lazer.

Segundo DANTAS & DINIZ (2001) “a cidade passou a ser concebida pelo camponês como espaço de novas paisagens e territorialidades”. Numa análise mais profunda sobre a migração e o crescimento urbano regional, é possível ampliar o leque de interpretações, levando em conta, por exemplo, “que o espaço citadino seduz os seus habitantes por promessas das mais diversas. Saber, lazer, saúde, cultura se misturam e dão novas tonalidades aos seus espaços, de modo a transformá-los em ambientes atrativos para aqueles que chegam”. (DANTAS & DINIZ, 2001).

Assim, se o espaço rural se define pela dispersão, o espaço urbano é sentido na aglomeração, na conjunção, na geometria das continuidades de ruas, casas, avenidas, porém, interceptadas pelos desejos, afetos, prazeres e desprazeres daqueles que ali residem. Deste modo, o cimento, o asfalto, as antenas de TV, os automóveis, enfim, a composição da paisagem urbana é um

desenho infinito de combinações mediado pelo imaginário que tece a sua produção. (IDEM, 2001).

As migrações rurais ocasionaram o crescimento da periferia das cidades. Deduz-se a partir dessa afirmação que, em decorrência disso, novos espaços foram ocupados, aumentando a demanda pelas chamadas necessidades básicas do indivíduo: trabalho, alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação, e pela carência de ampliação da infra-estrutura como saneamento básico, eletrificação, transportes, pavimentação e iluminação das ruas. Além disso, o mercado de trabalho, insuficiente para absorver esse novo contingente, deu margem à proliferação do mercado informal.

O movimento migratório rural-urbano que marcou a passagem da sociedade rural para a urbano-industrial no Brasil, a partir da década de 1970, trouxe transformações significativas na paisagem citadina. As formas de apropriação e convivências espaciais vão muito além da simples absorção dos valores citadinos pelos migrantes. É possível encontrar muitos elementos da cotidianidade anteriormente vividas no espaço rural. É comum, por exemplo, ver na periferia urbana as casas cercadas por quintais com alguma plantação e criação de animais, o que não significa simplesmente, uma estratégia de sobrevivência, mas sim práticas que derrubaram as fronteiras entre o rural e o urbano.

Na compreensão de DANTAS & DINIZ: “certamente que isso se constitui um problema para o viver na cidade, na medida que, estar-se diante de um tipo de

organização espacial que se caracteriza pela aglomeração. Isso exige daquele que a habita saber estabelecer laços de convivialidade”. (DANTAS & DINIZ 2001).

Por outro viés, podemos pensar com BUENO que essa inserção do mundo rural no urbano e vice-versa “deriva da visão que idealiza o futuro pela via do progresso infinito do capitalismo, no campo e na cidade” (BUENO, 2000, p. 93). E continua: “é uma promessa de felicidade que, aliada à crua necessidade de sobrevivência dos que trabalham e movida pela força onipresente das imagens de massa produzidas pela tecnologia, resulta em aceitação, consolo, esperança que nem precisa ter fundamento racional”. (IDEM). Para LEFBVRE, pensar o espaço urbano pela via do “consumo do imaginário ou imaginário do consumo” camufla a realidade e cada vez mais a sociedade se torna estranha a realidade.

Note-se, também, que romper o sistema de relações pessoais não é fácil. Por isso apontou SCHIMANSKI: “É característica do homem cordial adequar-se ao sistema, assumir o lugar que lhe coube e desfrutar dos possíveis benefícios que se tem, mesmo que isto lhe custe assumir uma posição de conformismo e apatia social” (SCHIMANSKI, 2007, p. 82).

Desta forma, os camponeses estavam alheios em si mesmos, imersos no perímetro urbano e ao mesmo tempo distanciados do mundo urbano, ao qual não se reconhecem como pertencentes, mas sim como algo separado de suas vidas cotidianas. Muitos desses sujeitos viveram e continuam vivendo aquilo que BUENO chamou de “mal-estar” na cidade moderna. Bueno acrescenta que “esse mal-estar acompanha, desde sempre, a formação e a expansão das sociedades urbanas e industriais criadas pelo capitalismo”. (BUENO, 2000, p. 89).

Assim, segundo BUENO, ao defrontar-se com esse estranhamento que configura a vida cotidiana no espaço urbano “o sujeito pode tender à nostalgia fácil, ao lirismo ingênuo, que se consola idealizando uma dimensão humana e social mais próxima, menor, que teria sido capaz de acolher, nutrir e proteger seus membros, unindo-os dentro de sua própria comunidade”. (BUENO, 2000, p-p. 90-91).

Compreender a relação do migrante com o novo espaço, passa pelo crivo de conhecer as formas sócio-econômicas e culturais que mantêm laços com o local de escolha da migração, tornando esse novo espaço, o seu lugar. Torna-se importante segundo LEFBVRE, buscar no migrante essa prática, pois é nesse segmento social que a cidade é compreendida sob uma perspectiva do olhar do estranho. Isto porque seu modo de olhar carrega consigo uma trajetória de vida rural, diferente do local de destino. Juntamente com o migrante, são trazidas as formas de produção sócio-espacial que construiu ao longo de sua vivência no seu local de origem. Por isso o imaginário que traz da cidade é construído pela vontade de mudança e pela esperança de um espaço que lhe traga perspectivas de uma nova realidade, preferencialmente melhor. (LEFBVRE, 1991).

1.2. Migração e Urbanização: conceituação e breve histórico.

O conceito de migração tem variado bastante ao longo do tempo. A título de recorte, e para não confundirmos com movimentos turísticos, excluem-se aqueles indivíduos que não se fixam no local de destino, ou seja, migrante é, portanto, aquele que se utiliza de mudanças permanentes entre unidades espaciais pré-definidas, e que geralmente essas mobilidades são articuladas por atos políticos econômicos.

No Brasil existiram e ainda existem quatro tipos básicos de migrações: migração urbano-urbana (de uma cidade para outra); migração rural-rural (de uma área rural para outra); migração rural-urbana ou êxodo rural (do campo para as cidades) e, por último, temos a migração urbano-rural (de pessoas que voltam ou procuram o meio rural, ou seja, trocam a cidade pelo campo). Isso sem entrar no mérito do conceito a partir da aventura, do domínio, da invasão, da conquista. Ou ainda, em outros casos, a migração, acima de tudo, no enfoque midiático aparece sempre como sinônimo de busca de riqueza fácil e rápida, enfim, a procura de uma dificuldade a vencer. (NADALIN, 2001).

Devido à gama de modelos migratórios que aparecem ao longo da história, NADALIN pontuou: “De qualquer forma, saliento a dificuldade de qualquer classificação, no limite de uma perspectiva histórica, quando cada migração adquire uma especificidade única e original”. (2001 p. 10). Embora haja uma multiplicidade de fenômenos migratórios, cada qual com sua particularidade relacionada a tempo e espaço. A migração rural-urbana tornou-se incessante até os tempos atuais, o que contribui para que a população urbana seja cada vez

maior que a população rural. O problema, atualmente, consiste em definir o que é espaço urbano e o que é espaço rural, visto que, pelos critérios do IBGE, o grau de urbanização das cidades tem aumentado a cada novo censo.

De modo geral, não existe critério válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. São rurais, em alguns países da Europa, por exemplo, os habitantes que vivem em aglomerados com menos de 10 mil habitantes e que mantêm determinada distância dos centros metropolitanos.

No Brasil, o critério é mais político-administrativo que geográfico ou econômico. O que vale não é a intensidade ou certas qualidades dos aglomerados humanos, mas o fato de serem considerados administrativamente como urbanos ou não, pelos poderes públicos municipais. Segundo a definição do IBGE,

Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1950)

Este critério contribuiu para uma subestimação da população rural, isso porque sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas. Porém, essas estimativas mudam conforme o contexto em que são recolhidos os dados sobre o fenômeno da migração.

No Brasil, o processo migratório associado à urbanização tem ocorrido desde os primeiros tempos de colonização e, em suma, tem sido muito semelhante ao exposto acima, ou seja, as cidades ganhavam aspecto de urbanizada devido ao movimento de produção do campo, e, após esse fluxo, as

cidades voltavam a ter aparência de abandono, retornando à categoria de vila e/ou bairro rural.

Embora tenha ocorrido uma ação no sentido da industrialização e urbanização no Brasil, a sua relação com migração só pode ser pensada quando houve uma forte atração do homem do campo às cidades, entre o final do século XIX e início do XX. Foi somente na década de setenta, desse mesmo século, que o país adquiriu “status” de urbanizado. A partir daí, as migrações rurais para os centros urbanos foram cruciais para o estabelecimento de um novo modelo de configuração da sociedade que despontava.

Nesse ponto, há de se ressaltar que para o IBGE, esses deslocamentos distritais não são quantificados como êxodo rural e seus praticantes não são classificados como migrantes, isto porque estão inseridos no mesmo território ligados pelo nome da cidade. São dados técnicos quantitativos que remetem a deslocamentos; porém, se tratando de cultura e modo de vida, há uma aparente migração, no sentido de transposição de fronteiras.

A oposição que normalmente se faz entre cidade e campo remonta a longa data. ENGELS, em seu tempo, percebeu-a naquilo que chamou de primeira grande divisão social do trabalho. Essa divisão, “ao aumentar a produtividade e, em decorrência, a riqueza, e ao alargar o campo da produção, resultou na grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados”. (ENGELS, p. 172). Assim, segundo ENGELS, foi a alta produtividade agrícola, baseada no progresso técnico, como a utilização do ferro

por exemplo, que liberou o homem do campo para as atividades artesanais e permitiu a produção de excedentes. (ENGELS, p. 174-175).

Desse processo, ainda segundo ENGELS, apareceram as cidades fortificadas. “A cidade, com suas muralhas, torres e ameias de pedra, encerrando casas também de pedra ou tijolo, tornou-se o centro da federação”. (ENGELS, p. 174). Essa “cidade com muralhas”, no dizer de ENGELS, foi necessária porque a riqueza crescia com rapidez (uma riqueza individual); crescia a produtividade agrícola e diversificava a produção artesanal.

Desta forma, conclui ENGELS (p. 175), “uma atividade tão variada já não podia ser realizada por um só indivíduo. Verificou-se então a segunda grande divisão social do trabalho: as artes e ofícios se separaram da agricultura” e com eles, campo e cidade tomaram dimensões díspares.

Para ENGELS,

a civilização consolida e aumenta todas essas divisões do trabalho vindas de fases anteriores, sobretudo pela instauração do contraste entre a cidade e o campo (podendo a cidade dominar economicamente o campo, como na Antiguidade, ou o campo dominar economicamente a cidade, como na Idade Média) e acrescenta uma terceira divisão social do trabalho, peculiar a ela e de importância decisiva, criando uma classe que não se ocupa da produção e sim, exclusivamente, da troca dos produtos: os comerciantes. (ENGELS, p. 177).

Esse contraste entre cidade e campo, mencionado por ENGELS, se expandiu ao longo do tempo e embora tenham existido fatores diversos além da economia para justificar os movimentos migratórios, ainda assim, o aparato econômico permeado pelo fator trabalho entrelaça outros motivos; assim, juntamente com MARX, reaparece essa preocupação como um dos objetivos do Manifesto do Partido Comunista, quando prevê no item nove (9), as medidas que

devem ser adotadas pelos países mais avançados: “unificação dos serviços agrícola e industrial; medidas tendentes a eliminar gradualmente as diferenças entre cidade e campo”. (MARX, II capítulo do Manifesto: Proletários e comunistas).

A migração rural-urbana e as relações campo-cidade são fenômenos sócio-históricos que têm perpassado quase toda a trajetória da humanidade. Entretanto, há de se frisar que existiram várias formas de manifestações desses deslocamentos, ocasionados por inúmeros fatores, multiplicados em suas características, conforme as diferentes conjunturas espaço-temporais.

Alguns teóricos pensam os primeiros movimentos migratórios juntamente com o surgimento das primeiras cidades. Porém, ressaltam que as primeiras cidades eram pequenas e apresentavam-se com uma população composta por uma maioria de pessoas oriundas do campo; assim, muito facilmente, conforme as condições de produção e comércio, retornavam a condição de vilas ou bairros rurais. (DAVIS, 1977, p. 13).

A migração rural urbana também pode ser considerada um fenômeno sociocultural que envolve as transformações dos padrões de comportamento vigentes nas comunidades rurais de onde provém os migrantes. Esses padrões representam uma forma particular de ajustamento a um contexto geográfico-sociocultural determinado e precisam ser substituídos por outros que permitam uma adaptação satisfatória às condições urbanas de vida. (DURHAN, 1973).

BAUMAN menciona que a política imigratória da segunda metade do século XIX atingiu em cheio a movimentação humana por vários lugares.

Desde o princípio, a era moderna⁹ foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis,

⁹ Bauman utiliza a era moderna sociológica não historicamente; portanto está se referindo a segunda metade do século XIX em diante, visto que, no parágrafo anterior ao texto referido, menciona uma temporalidade: 1871.

moveram-se pelo planeta, deixando seus países nativos, que não ofereciam condições de sobrevivência, por terras estrangeiras que lhes prometiam melhor sorte. As trajetórias populares e prevaletentes mudaram com o tempo, dependendo das pressões dos “pontos quentes” da modernização, mas, no todo, os imigrantes vagaram das partes “mais desenvolvidas” (mais intensamente modernizantes) do planeta para as “subdesenvolvidas” (ainda não atiradas fora da balança socioeconômica sob o impacto da industrialização). (BAUMAN, 2005, p. 50)

Contudo, pode-se dizer que, “historicamente, a urbanização e o crescimento das cidades ocorrem conjuntamente” (DAVIS, 1977, p.15), e nesse sentido, a aglomeração populacional que caracteriza a urbanização depende fundamentalmente das migrações e imigrações.

Com destaque especial para as migrações do campo à cidade, esses movimentos se deram, em muitos casos, pelo poder de atração que o espaço urbano foi capaz de inculcar na sociedade rural, ora seja por propor alternativas ao indivíduo em sociedade, ora seja pelo simples fato de se estar vivendo um momento de transformação cultural, no qual a cidade passa a ser reconhecida como espaço de “libertação” em oposição ao sistema de servidão feudal, engendrada por atividades rurais. Tal conjuntura remete analogamente a um preceito medieval, quando a exploração do servo feudal tinha atingido condições extremas, causando-lhe a impossibilidade de mobilidade social; com efeito, um provérbio alemão profere: “o ar da cidade torna o homem livre”. (S/D).

WEBER (1973) ao refletir sobre esse pensamento medieval diz: “o indivíduo habitava a cidade e ganhava nela seu sustento (mas) continuava a ser juridicamente um camponês”. E continua WEBER,

os habitantes da cidade eram também eventualmente, e até geralmente, membros de associações profissionais locais, de guildas e grêmios que tinham seu assento específico na cidade. Pertenciam, além disso, aos distritos administrativos, bairros da cidade, e correspondiam a eles dentro dessas demarcações algumas obrigações especiais e também, por vezes, alguns direitos. (WEBER, 1973, p. 83).

Essa reflexão Weberiana sobre a migração para a cidade, expõe a idéia que o camponês, contrariando o provérbio alemão, até certo ponto tinha uma liberdade limitada. A “liberdade” se dava em fins econômicos e políticos, mas cultural e juridicamente continuava ligado a sua origem. Além disso, pondera-se essa tal liberdade, porque não se trata de enriquecimento ou independência financeira, mas sim de uma mínima possibilidade de escolha de espaço, podendo ao menos optar por deixar o campo e aventurar-se em novas atividades.

HELLER menciona, em seu estudo de história do cotidiano, dois valores considerados fundamentais para a humanidade: felicidade e liberdade. Sem dúvida são valores morais – porém ressalva - construídos ao longo do tempo; por isso mesmo são voláteis e não se definem da mesma forma no espaço-tempo; é uma colisão contínua de valores que move a história de forma heterogênea e complexa (HELLER, 1989, p. 7). Esses valores ora são preservados pelo discurso histórico, ora são transformados.

DAVIS (1977) fez uma ponderação sobre o incentivo de transformar o camponês em artesão no período medieval para promover uma “espécie” de competição entre as cidades que se formavam. Diz DAVIS:

E, assim, elas (as cidades) se especializaram na manufatura e no comércio, desenvolvendo instituições locais apropriadas a essas atividades. Os artesãos eram acomodados nas cidades para que os comerciantes pudessem regular a qualidade e os custos. A competição entre as cidades estimulava a especialização e a inovação tecnológica, (a qual necessitava, cada vez mais, de mão-de-obra). (DAVIS, 1977, p. 18. Grifos nossos).

DAVIS, nessa citação acima, reflete sobre a passagem de uma forma de dependência à outra pelo camponês, ou seja, mesmo estando em outro local, o

fator trabalho causa a exploração do indivíduo, e por isso o conceito de liberdade deve, nesse caso, ser relativizado.

Desta forma, pensa DAVIS, que “embora as cidades medievais tivessem permanecido pequenas e nunca tenham incorporado mais do que uma pequena fração regional, a estreita relação entre a indústria e o comércio por elas provocada, ocasiona o deslocamento populacional com maior ênfase”. (1977, p.19).

A migração para as cidades expõe um quadro complexo e contraditório, mediado por uma dialética que prima dois pólos opostos. O êxodo rural, acompanhado da urbanização, são negativos quando a exploração passa a ser percebida, mas são positivos quando esse mesmo trabalhador explorado consegue buscar elementos que lhe permitam aproximar-se de sua emancipação.

Requer pensar com DAVIS, ainda que existam características singulares a cada região e tempo, que “a única fonte de aumento da proporção da população em áreas urbanizadas durante a transição industrial foi a migração do homem do campo para a cidade”. (p. 22).

“Por que ocorreu a migração rural?” Pergunta DAVIS e responde:

A razão foi o aumento da produtividade agrícola, decorrência do avanço tecnológico. Outros fatores constantes também contribuíram para essa migração. Um deles foi que a agricultura usa a terra como um instrumento de produção tendo dispersa a população que nela trabalha. Ao passo que a manufatura, o comércio e os serviços rendem em áreas proporcionalmente muito menores. Além do mais, a demanda de produtos agrícolas é menos elástica que a demanda de serviços e de manufatura. À proporção que cresce a produtividade, os serviços e a manufatura podem absorver mais mão-de-obra pagando salário mais altos. (...) Ao mesmo tempo, à proporção que a técnica agrícola é aperfeiçoada, os investimentos na lavoura se tornam mais elevados, e o homem se torna não apenas menos necessário, mas até um elemento não-econômico. Uma porção substancial da população agrícola é, portanto, dispensável e inativa, é atraída pelos maiores salários das cidades. (DAVIS, 1977, p. 22-23).

De lá para cá, parcelas de populações camponesas têm se deslocado para as cidades em busca de melhores alternativas. Em nosso tempo, aqueles que ficaram no campo sentem os efeitos da modernização e resistem, adaptando-se conforme suas possibilidades ou, em outros casos, migram em busca de novos afazeres.

Contemporaneamente, ampliou-se a possibilidade de interpretação dos processos migratórios. Mas ainda assim, “a mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto ‘histórico-estrutural’, considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo e da expropriação dos trabalhadores rurais”. (SILVA, 2007, p. 3).

Para SINGER (1998), as migrações campo-cidade são caracterizadas através de fatores de expulsão e fatores de atração, correlacionados com o modo de produção capitalista, que desemprega no campo e cria esperança de trabalho na cidade. Para esse autor, as migrações campo-cidade são descritas como resultantes da estagnação da agricultura familiar e do avanço do capitalismo no campo, transformando a agricultura em um ramo da indústria. (SINGER, 1998).

Se as migrações rurais têm como destino as cidades ao longo do tempo, é necessário refletir sobre a estruturação desse espaço que as recebe. Deste modo, segundo Hermes FERRAZ (1997, p. 49), não há como definir cidades partindo somente de sua geografia, como sendo um aglomerado de casas, ruas e praças e indivíduos circulando pelas ruas.

E continua FERRAZ (1997, p. 51), “caracterizar uma cidade e seu espaço urbano, tomando como critério apenas suas formas físicas, é perigosamente arbitrário”:

O pensador moderno não tem poupado esforços no sentido de introduzir no conceito de urbanização algo mais do que o simples arranjo físico do homem no emaranhado urbano, pois o processo de urbanização inicia-se com a transferência do homem do campo para a cidade e continua com sua adaptação à vida urbana, transferência e adaptação, essas visando a objetivos econômicos. A urbanização, como irmã gêmea da industrialização, será melhor compreendida em seu conceito moderno quando relacionada com o crescimento econômico. (FERRAZ, 1997, p. 60).

Importante ponderar que FERRAZ está conjugando sua teoria embasado numa postura marxista, quando observa que é a conjuntura econômica que determina as ações do homem. Isto porque para MARX, na leitura do próprio FERRAZ, “as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais”. Pode-se admitir então que,

uma indústria que se instala numa cidade, atendendo aos imperativos de sua própria natureza urbana, exerce poderosa influência em seu crescimento, por sustentar-se com a mão-de-obra constituída pelos excedentes da força de trabalho agrícola que se desloca para a cidade em busca de meios de vida. (FERRAZ, 1997, p. 57).

Sendo assim, busca a definição de urbanização não apenas pela existência de um aglomerado humano ou material, mas pelo

agrupamento de indivíduos organizados, em mútua dependência, (que) constitui os elementos componentes de uma sociedade, de onde decorre seu conceito, e nesta associação de idéias chega-se, sem desvios, a admirável definição (de cidade) proposta por Henry Lefebvre (1969, p.56. Apud: FERRAZ, 1997, p. 51). “A cidade é a Projeção da Sociedade sobre um local”. (Grifos nossos).

Para LEFEBVRE (2001), a cidade se transforma quando muda a sociedade que nela se insere. Isto porque, em sua trajetória histórica, a cidade passou por várias transformações que se inscreveram no tempo e no espaço, através de diferentes fatores sociais. Estes fatores marcaram e fizeram as relações

de produção e propriedade, e por consequência, “as relações entre as classes e as relações de lutas de classe, portanto, as ideologias (religiosas, filosóficas, isto é, ética e estética, jurídicas, etc.)”. (LEFEBVRE, 1991, p. 55).

A cidade, entretanto, não está submissa às transformações globais sociais ou às suas modificações, ela depende também das relações imediatas, das relações entre as pessoas e entre os grupos que compõem a sociedade.

Assim, a cidade enquanto o lugar do processo generalizado da troca, também compreende espaço de materialização da vida humana (produto histórico-social que revela a realidade social), por isso as contradições do processo histórico; a materialização do processo é a dimensão da produção/reprodução do espaço passível de ser vista, percebida, sentida e vivida.

1.2.1 Migração/Urbanização no Brasil.

Pode-se dizer que entre o campo e a cidade existe um distanciamento muito maior que meramente os espaços quilométricos que os separam. Numa breve sobrevoada pela história da urbanização do Brasil, encontram-se informações díspares e opiniões divergentes acerca do processo que conduziu o país a um “status” de urbanizado.

O processo histórico que envolve a urbanização no Brasil remonta a longa data. Para alguns, a cidade esteve presente desde os tempos coloniais, a partir de 1530. No entanto, “os centros urbanos apresentavam então uma vida que pode ser caracterizada como intermitente. Cessado o movimento decorrente do afluxo

de senhores de terra, tinham uma aparência de abandono e desolação (...)” (REIS FILHO, 1968, p. 97. Apud SANTOS, 1993).

Para a teoria geográfica de Milton Santos, esse recorte a respeito da urbanização do Brasil deve ser feito em um tempo mais à frente do início da colonização. Para tanto (apontou SANTOS), “de modo geral, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve, mas foi necessário mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje”. (1993 p. 19).

Esta urbanização cresce acompanhada pela incipiente industrialização brasileira que ocorreu a partir de 1850, quando a prosperidade da economia cafeeira possibilitou um tímido crescimento industrial no Brasil. A industrialização no período foi pequena, sobretudo devido às pressões externas, notadamente numa conjuntura neocolonial que mantinha a hegemonia sobre a América Latina, dificultando o desenvolvimento industrial da região. Desta forma, para Eric HOBSEBAWM, a industrialização dos países periféricos veio associada à intensa construção de ramais de ferrovias, favorecendo o escoamento e a circulação dos produtos exportados e suprindo-os de produtos necessários à economia mundial, tornando-os, deste modo, “um complexo de territórios semicoloniais que crescentemente evoluíam em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes”. (HOBSEBAWM, 1988, p. 96-98).

O Brasil, nesse caso, significava “café”. Ou seja, HOBSEBAWM reflete

sobre o papel coadjuvante do Brasil, por exemplo, na economia mundial. No período compreendido historicamente como imperialismo e/ou neocolonialismo, as potências econômicas mundiais ditavam as regras aos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento. Essa afirmação de HOBSEBAWM se particularizada em escala paranaense, perde parte do sentido, visto que o Estado, baseado na indústria ervateira, não se enquadrava nessa dinâmica global. Para Magnus PEREIRA (1996):

O desenvolvimento da indústria na região, quando colocado no contexto brasileiro, pode ser considerado *sui generis*, pois ele não se prende ao processo de substituição de importações que teve o seu centro em São Paulo. No decorrer do século XIX, a fração da burguesia paranaense que se dedicava ao comércio exterior promoveu um processo auto-sustentado e relativamente autônomo de tecnificação do modelo paradigmático da industrialização européia. (PEREIRA, 1996, p-p. 9-10).

Assim, podemos dizer apenas que o Brasil (em escala nacional como um todo) entrou no século XX sem ter realizado sua revolução industrial. Por isso o chamam de capitalismo tardio se comparado com outros países. (HOBSEBAWM, 1988). No Brasil, o alavancamento da indústria iniciou no século XX; no entanto, esse desenvolvimento foi extremamente limitado, favorecido basicamente pela eclosão de duas guerras mundiais.

Havia no Brasil movimentos intensos de resistência à industrialização. Um expoente disso é a mal dita frase de Alberto Torres, político fluminense: “O Brasil tem por destino ser um país agrícola. Toda a ação política tendente a desviá-lo desse destino, é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos”. (TORRES, 1915 C.). Para o descontentamento dos adeptos de Torres, o Brasil, no início do século XX, entrou numa dinâmica de urbanização associada ao processo de industrialização.

Nesse contexto, a urbanização aparece no Brasil, mas traz em si as heranças do sistema colonial, tendo o surgimento das cidades muito atrelado às funções do campo, e por isso mesmo as primeiras metrópoles apresentavam-se com uma fisionomia urbana bastante restrita.

As estruturas das cidades no início do século XX eram agrárias; daí podemos pensar que elas não foram planejadas para absorver toda a demanda que viria a compor os seus espaços. A partir disso, evidenciam-se os primeiros problemas ocasionados pelo contingente excessivo. Muitas adversidades surgem, como a falta de saneamento, a carência no serviço de saúde, a falta de acessibilidade à educação, a baixa oferta das atividades de lazer e diversão, e, sobretudo, de trabalho, cuja falta implica em ausência de todos os itens anteriores.

Mas não é só da falta de emprego, causada pela explosão demográfica urbana que decorrem todos esses “déficits”; há de se considerar também que o Estado foi omissor no planejamento estrutural e arquitetônico das cidades, deixando-as que crescessem de forma desordenada e tumultuada. Tal falta de planejamento denota a incapacidade do Estado de suprir todas as demandas sociais.

A situação criada em torno dos aglomerados citadinos levou inevitavelmente a um processo de exclusão social; é visível, por exemplo, que houve uma expansão da pobreza nas cidades pelo aumento das favelas e de áreas periféricas sem infraestrutura. Embora reconheçamos que a fator econômico não é a única via para a exclusão social, pensamos com BAUMAN: “as causas da

exclusão podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptora, os resultados parecem ser quase os mesmos”. (BAUMAN, 2005, p. 54).

Essa conjuntura levou o Estado à prática de uma re-configuração do espaço urbano. Houve, a partir daí, um investimento maciço nos centros urbanos em infra-estrutura e estética arquitetônica, em detrimento de um abandono quase total da área periférica. Com isso, criou-se (em muitos casos) uma delimitação dos espaços, sendo a área central para os ricos e a periferia para os pobres. Essa afirmação não se refere especificamente à questão de localização espacial (centro e periferia), visto que muitas vezes, áreas periféricas são enobrecidas ou vice-versa; podemos dizer, apoiado em (CASTELLS, 2000), que “o termo centro urbano designa ao mesmo tempo um local geográfico e um conteúdo social” (p. 311), ou seja, dessa definição decorre toda a sustentação material e as condições necessárias para a organização do espaço.

As reformas urbanas, portanto, priorizaram o espaço urbano e se justificaram por entender que as condições favoráveis para a formação e desenvolvimento do capitalismo industrial se davam nesse ambiente; deste modo, a cidade era vista como a base para os serviços necessários como a circulação e a distribuição de mercadorias industriais, e, ao redor disso tudo, se via a necessidade do desenvolvimento dos sistemas comercial/financeiro, viários, transportes, serviços públicos, etc.

Apenas uma barreira meramente simbólica separava os pobres e os ricos dentro do espaço citadino. Essa barreira era representada pela fronteira da legalidade com a ilegalidade, pois, tão logo as pessoas se incluíam, ainda que de

maneiras alternativas, de sobressalto surgiam leis que as excluía, colocando-as na marginalidade.

Um claro exemplo aconteceu no Rio de Janeiro, no início do século XX, onde houve uma clara distinção de espaço pelo fator pobreza. Assim, numa ação do Estado, fundamentada nas reformas urbana e sanitária, o problema de inchaço das cidades foi parcialmente resolvido com a ocupação dos morros, surgindo assim as favelas. É certo que tal situação resultou em revoltas populares, sendo mais notável a “Revolta da Vacina”, a qual reuniu centenas de pessoas, cujos protestos ganharam caráter de denúncia das péssimas condições sociais.

Outro exemplo pode ser dado na cidade de São Paulo, e, neste caso, a urbanização causou aglomeração na cidade como um todo. O excedente populacional pode ser evidenciado pelos números, pois se em 1890 existiam 157.781 pessoas habitando esse espaço, em 1920 esse número saltou para a surpreendente marca de 733.335 pessoas. (DOWBOR, 1982). Boa parte dessa gente foi atraída pela lógica do progresso, calcada em grandiosas obras públicas que requeriam mão-de-obra imediata.

Desta forma, as obras públicas nas médias e grandes cidades aparecem como sinônimo de progresso e de civilidade, principalmente no imaginário, que passa a movimentar as pessoas em busca dos aparatos de modernidade. (DOWBOR, 1982). Daí decorre parte da atração para as cidades por contingentes camponeses, no entanto não há estrutura para absorver todos os migrantes recém chegados. Fato é que com o desenvolvimento das cidades, cria-se, sobretudo, a lógica da exclusão, ou seja, a cidade não inclui a todos os cidadãos.

Entretanto, a aceleração da indústria brasileira se deu a partir da segunda metade do século XX, quando passou a contar com a intensa participação do capital estrangeiro. Os investimentos ocorreram em setores diversificados da economia: automobilístico, siderúrgico, metalúrgico, eletrônico, elétrico, alimentício, entre outros. (DOWBOR, 1982). Desta forma, segundo (DOWBOR, 1982) as grandes empresas estadunidenses e européias passaram a se instalar no Brasil, com alguns benefícios como: mão-de-obra abundante e barata, ausência de grande organização sindical para combater os baixos salários, matérias-primas também abundantes e ampliação do mercado de consumo, representada pela formação de uma crescente classe média urbana.

Com isso, o país entrou num processo de mudança significativa, e isto ocorreu de forma frenética. Passou da condição de país rural e agrário, na qual a maioria da população morava no campo e tinha a agropecuária como economia fundamental, para o “status” de país urbano e industrial, cuja população reside nas cidades e as atividades econômicas principais são a indústria e o comércio.

Há de se dizer que essa mudança representou para o Brasil, modernização. Porém, a almejada modernização não retirou a categoria de subdesenvolvimento. (SINGER, 1988). O Brasil tem se perpetuado com uma economia de dependência externa atrelada aos países desenvolvidos, e, o que é muito pior, do ponto de vista interno, apresenta taxas crescentes de desigualdades sociais, baseada principalmente, na concentração da terra e da renda nas mãos de poucas pessoas, deixando a maioria da população com um mínimo de condições de sobrevivência. (CAMPOS, 2004). Soma-se a isso, o fator espacial, pois a

modernização limitou-se aos grandes centros urbanos, os quais passaram a exercer forte atração sobre a população rural, sendo esse um dos principais fatores para as grandes ondas migratórias do campo para a cidade.

Inerentemente a esse processo voraz, as primeiras metrópoles brasileiras já de início apresentavam problemas estruturais, advindos do crescimento populacional. Segundo a filosofia urbana de Hermes Ferraz:

A industrialização provoca o crescimento acelerado da cidade, pondo em evidência o fenômeno da urbanização; os males que daí decorrem não têm origem propriamente na industrialização, mas na urbanização mal conceituada, mal estruturada e sem controle, de onde resulta o fenômeno não desejável da massa. (FERRAZ, 1997, p. 232).

No Brasil, a demografia excessiva nas cidades pode ser pensada por diversos fatores; entre eles destacam-se: a imigração européia, baseada na política imigratória, com uma forte propaganda de atração de estrangeiros, principalmente europeus, mas também japoneses e pessoas de outras nacionalidades; soma-se a isso a expansão cafeeira, sobretudo no oeste paulista, que requeria um maior contingente para desenvolver a produção destinada à exportação; para finalizar, tem-se a industrialização, movendo forças produtivas a seu favor; e tudo isso dava sinais que a mudança de ciclo econômico era uma realidade. (MORAES, 1994, p-p 36-42.).

Similarmente a este período histórico, os anos sessenta aparecem com uma forte política desenvolvimentista. Neste ponto podemos citar dois principais fatores que impulsionaram a vinda do homem do campo às cidades. A migração se deu, em linhas gerais, pela industrialização, promovida pelos governos

militares a partir de 1964, disseminada aos estados e municípios, e pela implantação de programas para estimular a modernização da agricultura.

A partir, daí deu-se a necessidade de criar sítios, parques, cidades industriais e cooperativas agrícolas, numa clara tentativa de reorganização do trabalho rural e do espaço urbano. (MORAES, 1994).

Essa reorganização do espaço veio acompanhada de política habitacional; assim o governo federal e os estaduais investiram fortemente para implantar núcleos residenciais que pudessem absorver parte do contingente que aglomerava as cidades.

Porém, a limitação na oferta de domicílio oficial levou muitas pessoas a viverem na informalidade, não só profissional, mas também domiciliar. Desta forma, os espaços quase inóspitos foram ocupados de maneira irregular, levando as pessoas automaticamente à exclusão social. Exemplificando, dados indicadores mostram que em 1990, dos domicílios com renda familiar de até um salário mínimo, 80% não possuíam esgoto sanitário. (IBGE, 1990).

No limiar do século XXI, o que se nota são duas facetas convivendo, e, embora sejam divergentes, habitam o mesmo espaço. De um lado, o urbano, cada vez mais estruturado e desenvolvido do ponto de vista do capital, do outro, a periferia e o campo, ora esquecidos, ora atraídos para a inclusão via consumo. Nesse mesmo sentido, para BAUMAN, infelizmente a medida da sociedade é o mercado, e sendo assim: “os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, enquanto os consumidores falhos são os seus passivos mais irritantes e custosos”. (BAUMAN, 2005, p. 53).

Numa abordagem etnográfica sobre a cidade, MAGNANI classificou-a em dois blocos: demografia e semiologia. Na primeira categoria (a demografia) aparece a exclusão, evidenciando problemas sociais oriundos do êxodo rural em massa a partir da década de 1960; segundo ele, tal exclusão comprova-se por dados indicadores da saúde, da educação, dos transportes, da segurança, etc. Na segunda categoria, MAGNANI aborda a semiologia, aponta para a existência de uma poluição áudio-visual que cerca todos os indivíduos, e com isso, busca-se atrair cada vez mais pessoas para a lógica do consumo excessivo. Dá-se assim, a impressão de que o sistema capitalista inclui a todos pela propaganda e pelo poder adquirido pelo constante possuir, ainda que muitas vezes consumam somente as imagens.

Ambas as correntes categóricas convivem, ainda que sejam divergentes e/ou contraditórias. A primeira indica aspectos típicos de um capitalismo tardio nas cidades, sem preparação estrutural para receber todo o contingente que atraiu; a segunda indica frutos de um capitalismo selvagem, no qual tudo é vendável.

Com essas duas categorias, a inclusão e a exclusão estão inseridas uma dentro da outra, interagindo mutuamente; para tanto, criou-se um novo conceito para denotá-las. Não se definem mais as cidades por territorialidade¹⁰, como no início do século XX, mas sim a partir de uma característica própria de uma mundialização do capital e da cultura em geral. Ou seja, a demografia por vezes se confunde com a semiologia que a envolve. (MAGNANI, 2002, p-p 11-27).

¹⁰ Essa afirmação se refere à noção clarividente de fronteiras que se tinha até meados do século XX entre o que era rural e o que era urbano, por exemplo. Empregado no texto como uma forma de abstrair a noção de espaço, visto que para MAGNANI é possível encontrar características globais em micro regiões. Como exemplo, é possível um jantar árabe em foz de Iguaçu.

Por fim, pode-se dizer que a cidade, ou melhor, o espaço urbano, tornou-se o espaço de todos os capitais possíveis e de todas as forças que os sustentam, ou ainda, nas palavras de Milton SANTOS, “o teatro de numerosas atividades ‘marginais’¹¹ do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal”. (SANTOS, 1993, p. 10).

1.2.2 Migração/Urbanização no Paraná.

Após esse esboço histórico e uma prévia reflexão sobre os processos de urbanização e industrialização no Brasil, enfatizaremos nossa discussão num momento um pouco mais recente; para isso recorreremos a uma temporalidade “pretérita próxima”, ou seja, a partir dos anos 1960, quando houve no Brasil um intenso êxodo rural motivado por vários fatores, mas, principalmente, pela industrialização, promovida pelos governos militares a partir de 1964 e disseminada aos estados e municípios.

De lá para cá, esse fenômeno não cessou e talvez tenha adquirido novo modelo. Segundo dados do censo demográfico do IBGE, as migrações têm ocorrido nas próprias regiões. Isso denota que a migração, a partir da década de 1970, passou a revelar novos movimentos e novos objetivos. A cidade grande já não despertava esperança, e os caminhos e os destinos se multiplicaram em direções às cidades de porte médio, localizadas em sua própria região.

¹¹ A leitura do termo “marginal” em SANTOS denota que vivemos em um mundo de inclusão apenas na aparência, isso porque a maioria das pessoas que compõem o aglomerado urbano em sua paisagem, vive paralelamente ao sistema”.

No Paraná, segundo OLIVEIRA (2001), esse processo se acentua entre 1970 e 1976 com a cultura da soja¹².

A intensa mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grandes dificuldades para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: o soja. Ocorre que tanto pela escala da produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses. (OLIVEIRA, 2001, p-p. 36-37).

Desta forma, os indicadores revelam que foi nesse período (década de setenta) que a população urbana ultrapassou a rural no Estado do Paraná (IBGE), enquanto que o número total de habitantes no estado permaneceu estável.

Indicadores	População
1970	6.929.868
1980	7.629.392
	Taxa de crescimento população total
1970 – 1980	0,96
	Taxa de crescimento população urbana
1970 – 1980	5,80
	Taxa de crescimento população rural
1970 – 1980	- 3,32

Tabela 1: taxa de crescimento da população urbana e rural no Paraná. Dados IBGE, reorganizados pelo autor.

O grande volume e amplitude de movimentos migratórios nessa época apontam para profundas transformações econômico-sociais ligadas ao processo de desenvolvimento do país em seu modo de integração ao mercado mundial.

LEÃO (1989) apontou para a seguinte constatação: a modernização não chegou aos pequenos proprietários pela dificuldade na obtenção de crédito e pela

¹² Embora conservemos nas citações de OLIVEIRA o substantivo “soja” como masculino, optamos em nosso texto a forma sugerida pelo dicionário Aurélio, no qual “soja” é um substantivo feminino, e, portanto, deve ser acompanhado de artigo definido “a”.

escala de produção apresentada ser incompatível com a demanda proposta pelos programas de industrialização. Desse modo, afirma LEÃO, “as dramáticas transformações no campo paranaense refletiam-se na evolução da população do Estado”. (1989, p. 49). Essas transformações dizem respeito à velocidade de redução da população rural, a qual incrementou o ritmo da urbanização no Paraná.

E, LEÃO, conclui: “A migração consistiu, na verdade a face mais dolorosa da modernização agrícola, ocorrendo de forma caótica sem amparo dos governos estadual e federal, isto é, sem uma política de reassentamento dos migrantes e sem políticas de emprego ou habitação para aqueles que se deslocaram para zonas urbanas no Paraná”. (LEÃO, 1989, p. 49).

Evidentemente que a implantação de programas para estimular a modernização da agricultura levou a uma inevitável e inconseqüente reorganização do trabalho rural e do espaço urbano.

No Brasil, a partir de 1964, o modelo agrícola implantado se incumbiu de realizar um elevado grau de tecnificação com aumentos de produtividade no meio rural, a concentração da posse da terra e a articulação profunda ao complexo agro-industrial. O elemento chave que viabilizou tais transformações foi a opção clara por culturas de exportação de alta rentabilidade, com o apoio direto do Estado. (BREPOHL, 1984, p. 189. Apud: LAVORATTI, 1998, p. 50).

Para CUNHA (2003), houve uma “significativa reversão do crescimento populacional do estado na década de 1970”, ou seja, a população urbana cresce bem mais que a rural. Desta forma, aponta CUNHA, essas transformações pautadas na modernização agrícola, de certa forma corresponderam à integração do setor agropecuário à indústria, porém isso implicou em conseqüências sócio-ambientais. Para CUNHA (2003), as decorrências desse processo vêm:

pela transformação do setor primário em importante mercado consumidor de produtos industrializados (químicos e mecânicos) e em grande fornecedor de matérias-primas para indústrias processadoras. O produto que liderou essas transformações foi a soja e o Estado foi o principal impulsionador desse processo, através, principalmente, de um amplo programa de crédito rural. A modernização apresentou uma característica marcante que foi a sua parcialidade. Atingiu apenas determinados segmentos de produtores e se restringiu a alguns produtos. Além disso, foi mais significativa em determinadas regiões. (CUNHA, 2003, p 8).

Muitos pequenos agricultores não se adaptaram aos novos padrões de produção e ingressaram numa onda migratória para a cidade, ocupando áreas semi-urbanizadas nas periferias e assim ligando, de forma mais concreta, os espaços rural e urbano. “Em certo sentido, pode-se dizer que o migrante vive e realiza de modo concentrado, modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem, ao nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural”. (DURHAN, 1973, p.8). Assim, a migração rural-urbana surge como resposta à situação de crise das comunidades rurais. Isto porque a nova perspectiva da indústria brasileira privilegiava o espaço urbano, o que então decorre uma determinada oposição entre agricultura e indústria.

CUNHA, embasado em outros autores, elencou três formas que aparecem como oposição entre cidade e campo, das quais tentaremos sintetizar duas delas: “A primeira, que opunha a agricultura à indústria, materializava-se numa divisão da economia em setores distintos com cada um deles exercendo funções específicas” (CUNHA, 2003, p. 10), ou seja, indústria é sinônimo de espaço urbano enquanto agricultura se resume ao meio rural. A segunda classificação

opunha um setor arcaico a um outro moderno, os quais correspondiam, respectivamente, em termos espaciais, ao campo e às cidades. Esse esquema integrava-se à oposição agricultura-indústria, na medida que o campo era visto como o habitat por excelência da agricultura, enquanto as cidades abrigavam as indústrias. (IDEM).

Desse modo, a reestruturação das atividades campesinas, em muitos casos, foi condicionada pelo processo de industrialização. Assim, as readequações produtivas rurais foram disponibilizadas por tecnologias como a mecanização; dessa maneira, a produção passou a ser subserviente ao meio industrial.

Contudo, essas mudanças acarretaram alguns importantes abalos aos meios de produção, mexendo nas estruturas sociais, ambientais e econômicas do setor agrícola, principalmente naqueles espaços praticados por pequenos produtores rurais, de agricultura familiar.

A partir de meados da década de 70, já se começava a sentir as consequências desse modelo no aumento do desemprego no meio urbano, das crises de abastecimento para o mercado interno e dos problemas ecológicos causados por uma intensa e desordenada tecnificação do campo. (LAVORATTI, 1999, p. 106).

Essa mecanização do campo pode ser percebida pelos instrumentos de produção: sementes seletivas, fertilizantes empiricamente comprovados, agrotóxicos, entre outros. Com relação aos instrumentos de trabalho, é notável pelos recenseamentos o aumento quantitativo de tratores no Brasil, pois se em 1950 existiam 8.372, em 1980 esse número saltou para 530.691. O uso de fertilizantes, por sua vez, cresceu entre 13% a 86 % por estabelecimento (variação conforme a localidade), no período de 1950 a 1980; os agrotóxicos que eram consumidos numa escala de 27,7 toneladas em 1970, chegaram à casa de 125.100 na década de 80. (IBGE. In: ELIAS, 2003, p.75-81)

Há de se notar que esse modelo proposto de modernização agrícola, segundo Vanessa FLEISHEFRESSER, possibilita duas interpretações: “uma de caráter funcionalista que concebe as transformações como uma passagem

(naturalizada) da agricultura atrasada para um estágio desenvolvido e a outra que subordina a agricultura ao capital industrial”. (FLEISCHEFRESSER, 1988. Apud LAVORATTI, 1999, p.105).

Cleide LAVORATTI (1999), em seu estudo sobre comunidades rurais, fez opção pela segunda concepção de modernização da agricultura. Diferentemente dessa postura, acreditamos que as duas interpretações apontadas por Vanessa são perfeitamente válidas e se completam ao longo do processo; pois enquanto a primeira vertente é de caráter ideológico, a segunda, por sua vez, tem um pragmatismo mais acentuado, quando efetivamente coloca o homem do campo numa relação de subordinação ao capital industrial, sobretudo, urbano.

Nesse ponto, a questão fundamental deve ser analisar as transformações ocorridas no comportamento dos contingentes populacionais, imersos na dinâmica de um sistema que estava em expansão no Brasil, ou seja, o capitalismo industrial, que tem duas facetas: “se de um lado aumenta a pobreza e desagrega a base tradicional de existência das populações economicamente marginais, de outro, incorpora percentagens crescentes dessa mesma população como mão-de-obra necessária ao seu próprio desenvolvimento” (DURHAN, 1973, p. 9).

Essa afirmativa exposta por DURHAN refere-se ao contingente populacional que ingressou no sistema capital, sendo-lhe útil. Entretanto, a maioria desses novos personagens que entraram em cena¹³ nas cidades, em especial os camponeses, em virtude da falta de conhecimento técnico, não foi incluída no meio fabril. Ou seja, o arcabouço cultural de origem influenciou no

¹³ Faz-se referência ao título do trabalho de Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena (...)”.

processo de inserção do trabalhador rural à vida urbana; portanto, muitos migrantes rurais passaram a consumir somente as imagens e representações criadas em torno desse sistema pejorativamente chamado de “capitalismo selvagem”, ficando indubitavelmente na sua margem.

Desta forma, “a cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza, o lugar com mais força e a capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas” (SANTOS, 1993, p. 9-10).

Toda essa conjuntura foi acelerada por um processo de migração rural-urbana que ocorreu a partir da década de 1970. Embora ao longo da história tenham existido inúmeros movimentos migratórios ao redor do mundo, o processo que se faz presente nessa temporalidade é singular. Daí a necessidade de recorrermos a uma determinada conceituação do fenômeno “migração”, já discorrido na introdução deste trabalho.

Em decorrência do processo de migração rural-urbana que se desenvolveu no Brasil, com bastante importância, a partir de meados do século XX, as quantificações de assentamentos humanos considerados urbanos vêm crescendo paulatinamente. Tal quantificação pode-se perceber nos censos demográficos do IBGE das décadas de 1960-70, por exemplo, quando as questões sobre migração eram direcionadas apenas aos que não haviam nascido no município, porque perguntavam somente sobre o tempo de residência e, se ali estivessem há menos de dez (10) anos, eram considerados migrantes.

Com esta metodologia, cresceu consideravelmente a estatística das migrações em todo o país nesse período, típico daquele contexto, no qual o

espaço urbano era visto como sinônimo de progresso, e, sobretudo, de desenvolvimento.

É bastante difundida (e não só entre os especialistas da área) a informação que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. A importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos, ou seja, desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração.

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970, com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então, o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo, chegando ao ano 2000 com um total de 31,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional (IBGE, 2000). Nesse ponto, cabe-nos um questionamento sobre os métodos utilizados pelo IBGE em relação à migração, pois não fica claro se o número de habitantes urbanos cresceu ou se o grau de urbanização é que foi estendido, afastando cada vez mais o espaço rural para a “marginalidade”.

Esse questionamento faz sentido quando notamos que, na década de 1980, em outro contexto sócio-político e econômico, o IBGE ampliou os quesitos da pesquisa sobre migrações e passou a registrar os movimentos intermunicipais e intramunicipais¹⁴ sem levar em conta, necessariamente, o tempo de fixação. A tentativa do método era excluir do conceito de migrante aquele indivíduo proveniente da mesma região; para isso, o IBGE passou a não mais considerar

¹⁴ No caso de deslocamentos de Itaiacoca para Ponta Grossa, como trata-se de um distrito municipal, não se considerava como movimento migratório, visto que estavam se locomovendo no mesmo espaço, segundo critérios do IBGE.

movimento migratório quando se tratava de deslocamentos em regiões agregadas às metrópoles ou de distritos para as sedes municipais.

Contudo, os dados indicadores recenseados e publicados pelo IBGE, deixavam de lado uma parcela de pessoas que praticavam migrações intramunicipais rural-urbana, como é o caso de nosso objeto-sujeito de pesquisa (os pequenos agricultores de Itaiacoca que migraram para Ponta Grossa na década de 1970 e se fixaram na Vila Jardim Paraíso). Isto porque, quando foram recenseados na década de 80, foram registrados como munícipes pontagrossenses.

Assim, os migrantes camponeses vivenciaram um momento particular de deslocamento de representações sócio-culturais devido à flexibilidade dos elementos de cognição a que foram submetidos entre os espaços urbano e rural. Sem dúvida esse deslocamento gerou um conflito identitário para o camponês, pois passou a dialogar com esses dois espaços (o rural e o urbano) e, desta forma, passou a reconhecer-se como rurbano, sendo uma maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos.

CAPÍTULO 2 - O INCENTIVO ECONÔMICO/CULTURAL PARA AS MIGRAÇÕES.

2.1 O contexto regional para as migrações.

Tal conjuntura, exposta no item anterior, ocorreu em quase toda extensão rural do país, para os quais (pequenos produtores) passaram de uma relação de dependência para a de dominação; ou, em outros casos, optaram pela migração para as cidades e passaram a compor a população de desempregados, ou ainda, com um pouco de sorte, conseguir um subemprego.

Para CHAVES, a gênese dessa estratificação social pode ser encontrada na primeira metade do século XX, no processo de urbanização da cidade de Ponta Grossa -PR, sendo a questão da organização e ocupação do espaço urbano, pontos de destaque. Segundo o referido autor (1998, p. 52), a maneira como Ponta Grossa urbanizou-se (“civilizou-se”) e a forma como ocorrera a distribuição da população ponta-grossense no espaço geográfico, traz inerente uma disputa de poder entre os grupos que compunham a sociedade, através da luta pela ocupação do espaço urbano. Desta forma:

... pode-se compreender como a região central da cidade, onde está localizado o centro histórico com seus símbolos de poder [...] – prefeitura, catedral, fórum, cadeia etc. – era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional. A população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres foram para as áreas periféricas, os arrabaldes e colônias, fixadas fora do perímetro urbano, compostos por terras de má qualidade. (CHAVES, 1998, 32).

Ao apropriar-se do espaço urbano, a elite ponta-grossense manifesta e consolida seu poder na ocupação dos espaços privilegiados, nos quais inserem-se suas casas, bem como, na criação de um código de conduta e normas, expresso nas falas, nos gestos, nos rituais, que definem os papéis sociais, setorizando-os.

Em muitas sociedades, essa observação dos códigos de conduta sociais tem sido rigidamente controlada. Isto é feito para dificultar a inserção de outros membros que não dominem tais códigos e este fato pode ser percebido em comunidades locais, onde a prevalência de um determinado padrão cultural contribui na marginalização de alguns setores da sociedade.

Neste sentido, Magnus PEREIRA (1996) aponta como se estruturou socialmente a população paranaense no século XIX, a partir compreensão dos termos “morigerado” e “não morigerado”, na definição dos papéis sociais. Estes termos, segundo o autor, definem os papéis sociais a ser representados pelas diferentes camadas sociais dentro do espaço paranaense no processo de urbanização das cidades:

Se, a *posteriori*, quiséssemos imaginar uma direção para a história do Paraná no período estudado, diríamos que ela caminhava no sentido da morigeração. Este termo, hoje praticamente em desuso, era freqüentemente utilizado pelas camadas dominantes da sociedade paranaense do século XIX para designar um conjunto de atributos que consideravam como positivos. Por extensão, os portadores destes atributos definiam-se como morigerados, enquanto os demais eram os não - morigerados. Morigerados eram aqueles que compartilhavam do ideário positivista do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. Não morigerados eram aqueles que contrariavam esse ideário e essas regras, portanto, a grande maioria da população paranaense, que, ao longo do século, será levada a morigerar seus costumes. (PEREIRA, 1996, p.12)

A partir da citação acima, fica-nos clara a definição dos papéis sociais desempenhados pelos diferentes setores da sociedade paranaense. O código de posturas elaborado pela elite, cuja formação intelectual deu-se com referência nos centros europeus, normatizava o comportamento da população em vista do que era um comportamento civilizado e urbano, ou seja, “morigerado”. As leis criadas para a regulamentação da ocupação e delimitação do espaço urbano

baseavam-se no ideário positivista de ordem e progresso e previam uma europeização das cidades.

Dentro desta perspectiva, os grupos detentores do poder econômico e político paranaense ostentavam sua condição social e influência ocupando as áreas nobres da cidade, investindo nas fachadas dos prédios públicos e particulares. Como já dissemos anteriormente, o ideal de modernização não permeava apenas as práticas locais, mas se configurava num fenômeno nacional.

Magnus PEREIRA ressalta ainda, que paralelo ao processo de urbanização paranaense, surgem graves problemas sociais como: pobreza, má ocupação do espaço urbano e criação de favelas; e muitos se refletem na sociedade paranaense dos dias atuais. (1996). Percebe-se que as transformações ocorridas no espaço do estado paranaense, especificamente na cidade de Ponta Grossa, beneficiaram apenas alguns segmentos da população em detrimento do empobrecimento de outros. As estruturas sociais relacionadas ao poder e a influência de alguns grupos permaneceram intactas.

A urbanização quando ocorre nestes moldes assume o caráter de disseminação de privilégios em áreas cada vez maiores “e o aparecimento de formas agressivas de dualidade ética, nas quais *nosso grupo* com frequência se reduzia à família dos interessados e o *grupo dos outros* acaba sendo a coletividade como um todo” (FERNANDES, 1987, p. 28)

Sobre a citação acima, podemos pensar com BAUMAN novamente, embora em outro contexto, quando diz de forma irônica a respeito da organização do espaço na sociedade: “sempre há um número demasiado deles. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais devia haver mais”. (BAUMAN, 2005, p. 47).

Na década de 1970, porém, ocorrem mudanças significativas no quadro sócio-político-econômico que podem ser observadas e relacionadas à crescente industrialização do Brasil e conseqüentemente do estado do Paraná e da cidade de Ponta Grossa, verificada na época pelos projetos industrializantes: PND, PLADEP e PLADEI. Segundo Milléo de PAULA: “Ponta Grossa constituindo-se o maior entroncamento rodoferroviário do sul do país, estando localizada estrategicamente entre importantes zonas de produção do Estado e por oferecer grandes incentivos fiscais e financeiros atrai um grande número de empresas de capital nacional e estrangeiro”. (de PAULA, 1990, p. 53).

Guisela CHAMMA refere-se a esse acontecimento como o nascimento da “cidade industrial de Ponta Grossa”, apontando uma série de empresas nacionais e estrangeiras que passam a compor o quadro industrial da cidade. A autora retrata esse momento como um período de grande progresso da cidade, associando desenvolvimento industrial a desenvolvimento social. “Todos os anos de atraso em relação a outras cidades muito mais novas iam terminar. [...] saímos de um túnel escuro, e que não parecia ter saída” (CHAMMA, 1988, p. 118).

Neste momento retoma-se o processo de modernização da cidade; entretanto, mesmo diante do acelerado desenvolvimento industrial, não ocorreram grandes progressos no que se refere à melhoria das condições de vida da população em geral.

Desse modo, aponta BARROS (2003) que, paralelamente ao desenvolvimento industrial ocorrido nas principais cidades paranaenses na década de setenta, surgem os problemas sociais, devido ao desenvolvimento

econômico acelerado e às modificações nas relações capital/trabalho, “levando o Estado a uma crise social sem precedentes, devido às determinações da estrutura econômica e suas conseqüências sobre a vida da população”.(BARROS, 2003, p. 134-135).

Nesse mesmo contexto, coadjuvante ao processo de industrialização, ocorreu o incentivo - por parte do governo brasileiro - à modernização tecnológica da agricultura. As medidas governamentais proporcionaram o crescimento, mas “ao mesmo tempo geraram uma ‘extrema concentração de renda no meio rural e da propriedade da terra’”. (BARROS, 2003, p. 148). Neste momento verificar-se-á um rápido processo migratório da população rural para os centros urbanos.

Da mesma forma PAULA atribui a aceleração do processo de urbanização à rápida mecanização da agricultura. Deste modo, pessoas ligadas às atividades agrícolas de base familiar, as quais por falta de condições econômicas não conseguem acompanhar a evolução tecnológica, descapitalizam-se e perdem suas terras, deixam o campo e passam a procurar na indústria e nos serviços “a sua sobrevivência, deslocando-se para os centros urbanos”. (PAULA, 1990, p.51). Desta maneira, um novo contingente populacional vindo de outras localidades acaba por se instalar em Ponta Grossa, criando uma nova configuração urbanística:

O censo demográfico (1980), do IBGE, demonstra que dos 186.656 habitantes do município, 47% não são naturais de Ponta Grossa, ou seja, 87.627 habitantes; e destes, 52% chegaram a menos de 10 anos em Ponta Grossa. Grande parte, ou melhor, 88% dos habitantes não naturais do município tiveram como lugar de domicílio anterior outras localidades do próprio estado do Paraná, sendo 49% provenientes da zona rural, no entanto, 95% deles moram atualmente na zona urbana”. (PAULA, 1990, p.47-48)

CUNHA (2003) ressalta que, embora tenham existido programas de incentivos ao desenvolvimento rural, muitos desses programas não atendiam a todos. Além disso, segundo o referido autor: “No Paraná, a falta de atenção com a endogenia que acompanha cada um dos seus territórios regionais é um problema, porque se deixa de focar a questão regional nas suas origens”. (CUNHA, 2003, p. 11).

CUNHA (2003) expõe, portanto, que:

o processo histórico-geográfico do Paraná Tradicional *continuou* a sua evolução recebendo influências marcantes a partir da década de 1970 dadas, em primeiro lugar, pelo projeto paranaense de desenvolvimento definido no âmbito estadual. Em segundo lugar, pela política de modernização agrícola implementada sob a liderança do governo federal. Por último, pelo programas governamentais de desenvolvimento rural implementados no Paraná a partir da década de 1980. Todos esses elementos exógenos fundamentavam-se num enfoque homogeneizador e davam pouca ou nenhuma importância a endogeneidade *que o autor defendeu em sua tese*. Isso resultou numa desconsideração com a diversidade territorial fundamental do estado baseada na existência de três grandes regiões ou territórios no interior do Paraná. (CUNHA, 2003, p. 60) (Grifos nossos).

Para LÖWEN, o modelo de desenvolvimento econômico adotado ocasionou grande êxodo rural, pois “de 1940 a 1970, a população rural cresceu 374%, e a população urbana cresceu 729%”. Entre os anos de 1970 a 1980 aconteceu uma reversão neste quadro em relação à população rural; ocorre que apareceu um decréscimo “de mais de um quarto de seu contingente”, enquanto a população urbana apresentou um crescimento de 78,6%. (PAULA, 1990, p. 41).

A soma desses fatores, associados à conjuntura interna da cidade, fez com que problemas sociais se agravassem, pois a urbanização acelerada não permitiu que os setores secundário e terciário crescessem suficientemente para atender a demanda por emprego. Segundo PAULA, foi a partir de 1970 que ocorreram as instalações de “barracos” na cidade, impulsionando o fenômeno da favelização.

“Um dos principais problemas resgatados no processo de urbanização de Ponta Grossa é a falta de infra-estrutura capaz de absorver, em escala compatível, a mão de obra rural”. (PAULA, 1990, p. 51).

Esse quadro sócio-político e econômico acabou por atrair o homem do campo à cidade e a partir daí as relações campo-cidade mudaram significativamente a sociedade como um todo, ora aproximando as comunidades e incluindo-as, ora distanciando e as excluindo.

Isso significa que, se até meados do século XX as pequenas e médias propriedades agrícolas estavam numa relação de dependência ao latifúndio, a partir da década de 70 passaram a ser dominadas pelo capital, por latifundiários e, também, sem menos importância, por ações governamentais.

Na região dos Campos Gerais, no Distrito de Itaiacoca, destacam-se dois grupos de pequenos produtores rurais. Um grupo que resistiu ao processo de modernização do campo e continuou praticando a agricultura familiar e outro grupo que incorporou o progresso prometido pelo desenvolvimento industrial.

Esses pequenos agricultores, histórica e genealogicamente desfavorecidos do ponto vista sócio-político e econômico, eram, muitos deles, descendentes de índios e de escravos, mesclados aos imigrantes europeus, que vieram a compor parte da população itaiacocana num processo de fragmentação dos latifúndios que se estendeu até meados do século XX.

Vale destacar que essa divisão de terras teve suas raízes devido a vários fatores: a distribuição por herança, quando o pai passava parte das terras ao filho que estava casando ou, em caso de morte do pai, a repartição das terras entre os

familiares, ou ainda no esgotamento da fertilidade do solo, quando a especulação imobiliária tornava-a acessível ao pequeno produtor. Assim, esses agricultores viveram da pequena atividade rural com todos os percalços possíveis. (BAUER, 1998, p.140).

Sem dúvida um modelo “rudimentar” de sobrevivência, o qual começou a encontrar sua ruína na década de 70, diante de vários aspectos. Entre eles, podemos destacar: os entraves nas relações de mercado que recaíam sobre os pequenos agricultores, através da negociação dos preços e das condições de venda, tornando quase impossível a concorrência com a indústria; a mecanização agrícola proposta pelos governos, para qual o pequeno agricultor não obteve acesso; a carência de investimentos em infra-estrutura (energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, telecomunicações e estradas) e a falta de apoio financeiro para custear sua pequena produção, uma vez que interessava aos financiadores da “modernização agrícola” apenas os grandes produtores, voltados para a comercialização em larga escala e para a exportação. (BAUER, 1998, 141-142).

Em sua pesquisa de campo, LAVORATTI aponta que...

um dos maiores fatores que provocou o êxodo rural na região foi o processo de expulsão de famílias pelas reflorestadoras, através da compra das terras a preço irrisório que se deu, em primeiro lugar, pela falta de legalização das terras de muitos posseiros que, embora tendo ocupado a região há mais de um século (pois eram descendentes dos primeiros colonizadores¹⁵) não possuíam informações e condições efetivas para enfrentar as pressões dos novos compradores. Em segundo lugar, isso ocorre devido à depreciação do valor da terra e empobrecimento resultantes do refluxo do comércio dos produtos agrícolas. (LAVORATTI, 2002, p. 88).

¹⁵ A historiografia contemporânea aponta para uma outra visão com relação a ocupação de terras na região, pois sabe-se que os primeiros colonizadores eram grandes sesmeiros vicentinos, portanto, absenteístas. (BALHANA, 1968, p. 31). Sendo assim, esses pequenos agricultores da região de Itaiacoca, na segunda metade do século XX, genealogicamente não são oriundos dos grupos de colonizadores formados por “homens bons”. Isso explica melhor o fato de não possuírem documentação das terras. (DITZEL & LAMB, In: Jornal de História, 1998, p. 2).

Estas características acima referidas, que muitas vezes justificam a saída do campo e a vinda para a cidade, estão presentes na voz de um dos Migrantes itaiacocanos:

Eu vim de lá em 77... e o motivo de nós vim de lá, que a nossa luta lá era dificuldade n/é? (...) (...)lá não existia esse negócio de maquinário nada, era um serviço judiado bastante(...) (...)o que a gente plantava lá dava, só que na hora de vender a “sobrinha” que sobrava não tinha preço. Então era meio dado(...) (...) tinha que meio dar a mercadoria (...) (...) e era um tempo que nem estrada existia pro lado de lá(...) (Migrante. Entrevista nº 1).

Percebe-se pela fala do ex-lavrador que, na ocasião da sua vinda para Ponta Grossa, em 1977, as condições de negócio e de sobrevivência no campo não eram boas. Embora haja uma carga de representação na fala do migrante, porque passa a comparar o seu cotidiano com o propagado pela vida na modernidade, concordamos que não existiam investimentos em Itaiacoca que beneficiassem o pequeno agricultor, criando acessibilidade aos mercados consumidores, por exemplo. Isso se deve ao fato de que os projetos oficiais de “desenvolvimento” não contemplavam essa parcela da população - a dos pequenos agricultores - e nem mesmo seus objetivos eram a eles dirigidos.

Isso se explica porque, na medida em que foram privilegiados os setores ligados a alta produção, deixou-se de subsidiar os pequenos agricultores rurais. Nesse sentido, foi destinado um investimento maciço para a infra-estrutura urbana, com o propósito de atrair as indústrias e tirar o país da mera condição de país agricultor.

Os projetos de desenvolvimento, viabilizados após a tomada de poder pelos militares, beneficiavam o setor agro-industrial. Tais projetos foram

realizados nas esferas municipal, estadual e federal, com os projetos: PLA DEI (criado pelo Prefeito Ciro Martins, em 1969), PLA DEP (financiado pelo BA DEP, no Governo Ney Braga, em 1968) e com os PND's (criados pelos governos militares, em 1972 e 1975).

Esses projetos geraram empregos e riquezas, mas deixaram à margem os pequenos agricultores, os quais não conseguiram mais resistir e, assim, trocaram a vida e o trabalho no campo por empregos em fábricas e moradias na periferia da cidade. A falta de investimentos em regiões como Itaiacoca foi decisiva para o êxodo rural. Isso é perceptível no relato do Migrante:

...então daí o pessoal pra mais bem “desacorçoado”...achou melhor vim pra cidade n/é?...mas, hoje a gente pensa...se a gente estivesse lá podia estar bem melhor n/é?...*(muito emocionado, o entrevistado quase não contém as lágrimas)* Porque, hoje até luz no...no Itaiacoca *(gagueja)*, que era um negócio que a gente nunca esperava, nunca sonhava que ia ter luz, e hoje tem tudo isso n/é...hoje tem estrada boa pra você ir...tem condução, a hora que você quiser ir você tem; tem ônibus que faz a linha pra lá *(Itaiacoca)*, que isso nunca tinha na nossa memória que iria ter um tempo lá também...que se a gente soubesse disso, a gente não tinha vindo embora n/é? (Migrante. Entrevista nº 1) (grifos nossos).

A vontade de voltar à vida no campo, expressada acima, permeia as condições urbanas de vida. Mas, ressalte-se que a infra-estrutura existente atualmente na região de Itaiacoca é fruto da industrialização, uma vez que já havia naquela região atividades de mineração, como a extração de calcário; e a partir da década de 70, instalaram-se em Itaiacoca, empresas de reflorestamento estatais (BANESTADO) e privadas (Águia) (LAVORATTI, 2002, p.87), além de um certo turismo rural, pois há no entorno dessa região, importantes e belos pontos turísticos naturais, como o Buraco do Padre e a cachoeira da Mariquinha.

Sendo assim, é possível fazermos uma relação entre urbanização, industrialização e migração e dizer que os projetos de industrialização e desenvolvimento, somados à promessa de empregos que absorvessem os camponeses do êxodo rural, acabaram por atrair o pequeno agricultor para a cidade. Trata-se de um claro processo ideológico de construção de sentidos, sob os quais se tem a falsa idéia de “melhoria de vida”, relacionada com o espaço e o trabalho urbanos, em oposição ao “atraso” do trabalho na lavoura e da vida rural.

As famílias de lavradores itaiacocanos, que começaram a vir para Ponta Grossa nos anos setenta, povoaram (não só, mas principalmente) a Vila Jardim Paraíso. Por isso há nessa localidade um grande contingente oriundo de Itaiacoca, o que aconteceu a partir do referido processo histórico. Não obstante, esses agricultores-migrantes, embora pobres, eram pequenos proprietários de terras na região sul de Itaiacoca, e em Ponta Grossa instalaram-se como empregados. Como se pode perceber na voz de um deles: “eu sou lavrador, minha lida é com a terra, mas no momento trabalho numa metalúrgica”. (Migrante. Entrevista nº 2)

A perspectiva criada em torno da vida urbana pelo imaginário do progresso e do desenvolvimento acabou por atrair o pequeno lavrador em busca de trabalho na cidade, num claro processo ideológico, a partir do qual, como já frisado acima, inclui-se e exclui-se o indivíduo. Incluso no sistema racional capitalista, na lógica de consumo, de mercado, porque passa a autopercepção de que precisa cada vez mais; percebe-se excluído pela baixa escolaridade, por questões raciais e culturais, além do mencionado na fala do migrante - a perda da autonomia - a qual também o exclui.

Em síntese, a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente. (CAMPOS, et. al., 2004, p. 33).

A partir da realidade local exposta, o grau de urbanização da cidade se confunde, muitas vezes, com o avanço do capitalismo no campo. Assim pode-se dizer que, paralelamente ao processo de migração rural-urbana, também há uma expansão da área citadina envolvendo o meio rural nas ações cotidianas dos centros urbanos.

Esse fenômeno mencionado manifesta as transformações da estrutura e da conjuntura da sociedade brasileira no período (1970-80), portanto não pode ser compreendido de forma singular, isto porque deslocamentos espaciais da população não são particulares ao momento estudado; porém, o grande volume e amplitude dos movimentos no período apontaram para profundas transformações econômico-sociais ligadas ao projeto de desenvolvimento do país no seu modo de integração ao mercado mundial.

No ano 2000, por conseguinte, apenas 19% da população brasileira residia na zona rural. Isto significa que, no decorrer do século XX, de quase exclusivamente rural e agrícola, o Brasil tornou-se um país predominantemente urbano e industrial. (IBGE, 2000). Assim, o grau de urbanização das cidades foi gradativo e concomitante ao crescimento demográfico, chegando em Ponta Grossa, por exemplo, a 97,47 % segundo dados do IBGE (2000).

	URBANA		RURAL		
ANOS	nº de hab. (milhões)	% sobre o total	nº de hab. (milhões)	% sobre o total	TOTAL
1950	18,7	36	33,2	64	51,9
1960	31,3	45	38,7	55	70
1970	52,1	56	41,1	44	93,2
1980	80,5	67	38,6	33	119,1
1991	108,1	74	38,0	26	146,1
2000	137,3	81	32,2	19	169,5

Tabela 2: População rural e urbana 1950-2000. IBGE, 2000.

Dado é que, na década de 70, pela primeira vez no Brasil, segundo o IBGE, a população das cidades passou a ser maior que a do campo, coroando um dos mais vertiginosos processos de urbanização registrados no mundo. Esse número chegou a seu ápice no ano de 2000, quando a população das cidades chegou à margem dos 81%.

Contudo, isso pode-se notar que antes da década de 1960-70, as fronteiras que separavam o campo da cidade eram clarividentes; isto porque, seus atributos específicos e seus pontos de contatos culturais, e, principalmente, as relações que existiam entre ambas eram exercidas com precisão por pontos geográficos delimitados. No entanto, de lá para cá, com todo o processo de avanço da urbanização sobre o campo, tornou-se difícil definir os limites – mesmo geográficos - do que é rural e do que é urbano.

2.2.1 - O Plano Nacional de Desenvolvimento e seus valores subjacentes.

“O Brasil tem por destino ser um país agrícola. Toda a ação política tendente a desviá-lo desse destino, é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos”. No início do século XX, quando Alberto Torres – político fluminense - proferiu esta frase, muitos discordaram e até preconizavam que soava tardiamente, pois naquele momento o país já impulsionava um grau de industrialização considerável. No entanto, aos simpáticos da formulação de Torres, o “pior” ainda estava por vir, pois, na década de 1970, os projetos modernizantes e industrializantes se concretizariam, acima de tudo, a partir do PND.

O primeiro PND teve seu projeto lançado em 1972 e entre seus principais objetivos destacava-se: “colocar o Brasil entre uma das 10 nações mais industrializadas e competitivas no mercado internacional” (PROJETO PND I, 1971, p. 7), e para isso...

a agricultura deverá, simultaneamente, adquirir cada vez mais o caráter de atividade com base empresarial. O aprimoramento da produtividade, tanto no campo rural quanto nos vários patamares do parque fabril, importará certamente no forçoso estabelecimento de ‘novas estruturas de comercialização em larga escala’. (PROJETO PND I, 1971, p. 22).

Esse projeto político foi concebido pelos comentaristas políticos e econômicos que o analisaram como democrático e incluyente, mas acenou para alguns setores da sociedade como dicotômico, ressaltando o lado da exclusão.

Se num movimento surgiu ao pequeno lavrador a possibilidade de ascensão social perante o trabalho urbano, assalariado e regido por leis trabalhistas, que há muito vinham sendo discutidas em oposição ao trabalho rural, e até então, existia carência de uma política regulamentadora dos direitos

trabalhistas, noutro movimento colocou o ex-lavrador (que se tornou migrante) em desvantagem para com o trabalhador urbano, visto que os conhecimentos rurais que esse indivíduo trouxe à cidade tornaram-se praticamente nulos perante o maquinário existente no trabalho fabril.

Sendo assim, o PND I possibilitou ao governo e à iniciativa privada, custeios para financiarem obras para a instalação de indústrias em qualquer lugar do Brasil. Ao priorizar as grandes produções, o Plano colocou o pequeno agricultor numa situação de difícil sobrevivência. Por um lado, não puderam mais competir com a produção em série da agroindústria, primeiro porque não eram conhecedores das novas técnicas implantadas na agricultura, e segundo porque não dispunham de capital para investir em maquinários que lhes possibilitassem uma inovação técnica/tecnológica; por outro lado, empurrou-os para os centros urbanos em busca de trabalho que garantisse o sustento da família.

Inerente a esse processo explicitou-se o pré-conceito imaginário, hierarquizado e ideológico que o homem do campo é “atrasado”, comparado com o “avanço” do habitante na cidade. A pergunta que senso-comumente se faz é: por que então eles (os pequenos agricultores) foram para a cidade? A resposta parece simples, mas analisada histórica e politicamente se faz complexa, projetada de forma vertical.

Com a iniciativa desse projeto industrializante tipicamente urbano, os pequenos agricultores ficaram esquecidos; esse projeto político, inserido no “milagre econômico”, em esfera federal beneficiava os grandes produtores, por

custear as largas plantações; a fronteira urbana se alastrava cada vez mais para o meio rural e as condições de vida e de comércio foram se tornando impraticáveis no meio rural para a pequena agricultura. Essas poderiam ser mais algumas das causas que levaram o homem do campo, de modo geral, a migrar.

Observamos com isso que os projetos governamentais da década de 70, como o PND, tiveram êxito nos seus primeiros anos, pois possibilitaram ao cidadão “a ilusão criada pelo capitalismo de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais ‘econômicos’” (CARDOSO de MELLO & NOVAIS, 1998, p. 564). Os que conseguiram empregos formais foram exceções e não condizem com o retrato do Brasil naquele momento, o qual, sim, teve na maior parte das vezes os migrantes, ora inchando as favelas, ora engrossando a fila dos agricultores sem terra.

Nesse sentido, se para Milton SANTOS a medida da desigualdade social é relativa a formas organizativas de trabalho, pode-se dizer que o PND soube se estruturar sublimemente nessa perspectiva, pois colocou o trabalhador sob efetivo controle¹⁶ (a que o governo denominava “política de pessoal”), tirando-lhe, em muitos casos, a capacidade de negociação salarial, ora pela formação de “exércitos de reserva” oriundos de correntes migratórias, ora por conseguir manter a “paz social” mediante “benefícios” trabalhistas como o FGTS, ou pela pseudo-inclusão através do BNH, ou ainda, por sucessivos aumentos salariais, que vingavam em “arrochos”. Esta última condição “pressupõe que a maioria dos

¹⁶ Para aprofundar o assunto sobre o controle do trabalho, ver John Humphrey, o qual elencou pelo menos cinco formas para disciplinar o operariado, em diferentes categorias trabalhistas. (in: DEL ROIO, 1990, p. 99).

assalariados permaneça vítima da ilusão monetária, isto é, na crença de que os aumentos de salário nominal efetivamente lhes proporcionavam maior poder aquisitivo” (SINGER, 1977, p. 52).

Esses mecanismos serviram muito mais para empobrecer os indivíduos do que lhes promover ascensão sócio-econômica, sobretudo, pelo que Paul SINGER (1977) chamou de “controle sobre o preço da força de trabalho”, pela inibição dos sindicatos perante o poder do Estado e a proibição de greves e protestos trabalhistas. Desse modo, formou-se uma classe trabalhadora no Brasil, na qual apenas uma parcela é organizada sindicalmente e, assim, tenta se defender da exploração; não exerce realmente a sua cidadania, pois não tem acesso ao básico que necessita para conviver e sobreviver na democracia. Nesse caso, democracia pressupõe “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania”. (BOBBIO, 2003)

Nos decênios sequenciais a esse período, se refletem mais precisamente as “migalhas” que restaram desse Plano ufanista chamado de “milagre econômico”.

Assim, pode-se dizer que os objetivos principais do PND não foram concretizados. Objetivo primeiro: “comprar o ingresso para a Nação brasileira no fechado clube das grandes potências econômicas” até o final do século XX; (Correio Brasiliense, 17/09/1971). Isso certamente não conseguiu, pois o Brasil continua a ser coadjuvante no cenário econômico mundial. Objetivo segundo: aumentar a oferta de empregos qualificados. Este também não foi atingido, pois o desemprego continua a ser um fantasma da sociedade brasileira. Objetivo terceiro: promover a equiparação gradual entre as diferentes regiões do Brasil. Os

dados comprovam que atualmente essa desigualdade é tão ou mais acirrada do que há três ou quatro décadas.

A conseqüência, sim, é a coexistência de duas sociedades complementares dentro das mesmas demarcações fronteiriças. Dicotômicas e verticalizadas em um abismo que as separam e as definem. De um lado o consumismo e a opulência; na outra ponta, fome e miséria. Ou seja, decorrente de sua crise, o milagre legou aos brasileiros o desemprego, a desigualdade e a exclusão social, somados indissociavelmente ao nível de pobreza regional.

Da década de 1970 para cá, com muito mais intensidade do que se podia imaginar, a paisagem urbana se modificara, trazendo a tona uma multiplicidade de rostos e ideais contrastantes, características próprias da vida frenética das cidades que se expandiram territorialmente e inchavam demograficamente. Cresceram as cidades para o alto e para os lados, colocando no cerne do cenário uma multidão desenfreada.

O final da década de 70 já anunciava sinais de transformação. Daí decorre, segundo MOISÉS (1982), o surgimento de inúmeros protestos populares, ou seja, se tomarmos como medida da desigualdade social o significativo número de movimentos sociais no campo e na cidade, sob formas pacíficas e/ou violentas, veremos que essa desigualdade apresenta-se em diversas facetas e atinge várias esferas da sociedade.

2.2.2 O Plano Estadual-Pr de Desenvolvimento.

O PLADEP foi criado em 1961, mas sua aplicabilidade somente obteve respaldo político governamental a partir da década de 1970; assim, o Plano em questão ganhou um impulso muito forte a partir de 1969. Esse fato se liga diretamente a dois outros fatores pertinentes à conjuntura daquela época: primeiramente pela criação do grande projeto ufanista do “milagre econômico” em âmbito nacional; em segundo lugar, pela inviabilidade de concretização do Plano no ato de sua criação que se deve a problemas de ordem financeira que marcariam o projeto como um todo. Logo, essa questão fora resolvida com a criação do BADEP em substituição à CODEPAR, com o qual o governo do estado do Paraná passou a ter maior credibilidade, devido à probabilidade de ser um negócio rentável.

O “milagre econômico”, idealizado pelos militares no final dos anos 60, tinha como um dos seus objetivos, a descentralização da economia do país; desta forma, o desenvolvimento industrial do Paraná se fazia extremamente necessário para servir como elo e ao mesmo tempo como expansão para a região Sul do país, tirando de São Paulo o favorecimento à industrialização, em detrimento da economia essencialmente agrícola do Sul do Brasil, e, sobretudo, do Paraná.

A questão financeira, nesse caso, se fez importante para poder cumprir as estratégias lançadas com o PLADEP; em suma, para atender as bonificações oferecidas pelo Plano de Desenvolvimento Paranaense era necessário um forte investimento e o BADEP resolvia esse entrave, financiando o plano em questão. Exemplo disso pode ser evidenciado pela propaganda do PLADEP de atração a

empresas que ofereciam redução de encargos tributários, isenção de impostos, concessão de terrenos e infra-estrutura em troca da criação de empregos (DIARIO DOS CAMPOS, 14-01-1969, p. 1).

Desta forma, as políticas industrializantes no Paraná que se desenvolveram após os anos setenta passaram a fortalecer uma conjuntura histórica específica: a industrialização efetiva do Estado. É comum, a partir de tal conjuntura, perceber a criação dos chamados “distritos ou cidades industriais”. Assim, a importância maior das políticas industriais se deve à criação de um certo monopólio espacial, pois, sem dúvida, a capital do estado concentrou boa parte da indústria paranaense. Não há, portanto, uma distribuição equilibrada da industrialização paranaense como um todo.

Pode-se dizer que na década de setenta...

...se constituíram no Paraná apenas três regiões industriais de real significação: a de Curitiba propriamente dita, onde se concentravam os novos ramos industriais dedicados aos bens de consumo duráveis e de capital; a de Ponta Grossa, responsável pela maior parte do complexo agroindustrial; e a de Londrina, onde se concentra alguma produção de bens de consumo não-duráveis. (OLIVEIRA, 2001, p. 55).

Ainda que sobre estes dados (expostos na citação acima) deva ser ressaltado que Curitiba era de longe, o pólo industrial mais importante, chegando em pouco tempo a ser responsável pela arrecadação de 53% de toda a economia do Estado (AUGUSTO, 1978) e não podemos ignorar o fato que a produção industrial, voltada para o beneficiamento de produtos agrícolas, era hegemonicamente realizada em Ponta Grossa e Região.

No Paraná, a interferência do Estado na criação da infra-estrutura necessária à industrialização foi fundamental. É certo que o desenvolvimento das

grandes empresas privadas foi essencial, especialmente pela alta produtividade do setor agrícola; assim se consegue um progresso econômico pautado no latifúndio, uma vez que boa parte da industrialização paranaense se sustenta pela produção agrícola.

O papel influente do governo é tão visível no processo de industrialização que chegou a se criar uma comissão especial para implantar e direcionar as ações do PLADEP, e um órgão - o FDE - para fiscalizar a aplicabilidade dos recursos, cujos objetivos eram: “produção e distribuição de energia elétrica e desenvolvimento industrial e agrícola”. Para isso, fora instituída uma lei que determinava “um empréstimo compulsório equivalente a 1% (*um por cento*) do valor das vendas, consignações e transações efetuadas no estado e que seria arrecadado durante um período de 5 (*cinco*) anos”¹⁷. (AUGUSTO, 1978, p. 27).

No que se refere à produção e distribuição de energia elétrica no Paraná (este símbolo da modernidade), pode-se dizer que “até 1962 a energia consumida no estado era gerada por empresas privadas e/ou auto-produtoras. A partir daí a participação da COPEL na geração foi crescendo até atender a maior parte da demanda do Estado.” (SIQUEIRA, 1994, p. 143).

Embora existissem nos programas sociais da COPEL atenções voltadas para o meio rural, como o “projeto Clic Rural” (o qual tinha como alguns de seus objetivos “integrar o homem do campo à vida moderna” e “colaborar na contenção do êxodo rural, gerando meios para as atividades produtivas”), não atingiram os seus objetivos, pelo menos não em momento oportuno. Isto porque

¹⁷ Lei estadual nº 4529, de 12 de janeiro de 1962, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 15 de Janeiro de 1962, p. 1.

a publicação do enunciado acima se fez em meados da década de 1980, quando a grande intensidade do êxodo rural já estava praticamente concluída e o tão esperado “símbolo da modernidade” ainda não havia chegado na região de Itaiacoca, distrito rural de Ponta Grossa.

A fala do empresário do ramo do talco refere-se à falta de energia elétrica na década de setenta, em Itaiacoca:

logo no começo só pra você ter uma idéia nós não tínhamos energia elétrica; nós tínhamos lá um gerador tocado por um motor Caterpillar n/é? E produzia energia para a indústria e para as casas de funcionários, que nós fizemos inúmeras casas lá, inúmeros funcionários que moravam dentro da área industrial da mineração. Então depois veio energia elétrica, melhorou. (Industrial. Entrevista nº 1).

A afirmação nostálgica de um de nossos entrevistados também se faz relevante nesse ponto, porque faz menção à falta de energia elétrica no momento de sua migração de Itaiacoca para Ponta Grossa, em 1977. Diz ele: “Porque hoje até luz no... no Itaiacoca, que era um negócio que a gente nunca esperava, nunca sonhava que ia ter luz, e hoje tem tudo isso n/é (...)” (Migrante Entrevista nº 1).

Quando perguntamos ao Industrial se a instalação de energia elétrica em Itaiacoca fazia parte de um plano econômico para beneficiar as fábricas que estavam no meio rural, ele respondeu:

eu acredito que essa parte de luz, o governo começou a colocar em todas as regiões, não especificamente em Itaiacoca. Em Itaiacoca e em outras regiões, Socavão, nas regiões aí dos Municípios de Castro, de Ponta Grossa, etc. Começou esse desenvolvimento da luz rural n/é? Então, logicamente que nos aproveitamos disso; foi uma boa mas não foi especificamente pra dizer “vamos auxiliar de modo principal aquela indústria”. Não! Foi no sentido geral que foi bom pra todo mundo n/é? (Industrial. Entrevista nº 1).

Com relação ao desenvolvimento industrial e agrícola, pode-se dizer que o impacto da industrialização no Paraná foi forte, sobretudo no que tange aos trabalhadores rurais. Estes, em meio a um processo de intensa mecanização da produção agrícola (plantio e colheita), viram-se numa situação de

desclassificação, pois as máquinas os substituíam cada vez mais, dispensando-os em lavas cada vez maiores.

Desta forma, dá-se uma aceleração no êxodo rural, fato que surte efeitos positivos para os projetos industrializantes, uma vez que criam-se “exércitos de reserva” de mão-de-obra, barateando-a, aumentando assim a incidência de lucros para a indústria.

Além disso, os pequenos e médios produtores rurais também enfrentavam dificuldades nessa nova conjuntura, isso porque não era fácil encontrar um equilíbrio na passagem das culturas tradicionais para o novo modelo de tecnificação subserviente à indústria. Dessa constatação, decorrem dois fatores que condicionam a pequena e média produção rural. Primeiramente, o fato de não conseguirem subsídios para tecnificarem-se, ou ainda, mesmo quando conseguiam financiamentos, tão logo viam-se afundados em dívidas; tais dívidas somavam-se e avolumavam-se fazendo, muitas vezes, com que o camponês se rendesse ao sistema novo. Isso se explica pelo segundo fator, que diz respeito à dificuldade de negociar a sua produção, porque a competitividade da larga produção da agroindústria com a agricultura familiar era arrasadora.

Logicamente todo esse processo era regulado pela lei da oferta e da procura, para qual: quanto mais se produz em menor tempo e com menor custo, maior será o lucro em quantidade de venda, porque há a possibilidade de vender a preços mais baixos.

2.2.3. O Plano Municipal de Desenvolvimento.

A partir da década de 1950, houve intensamente a tentativa de configurar uma nova caracterização para a cidade de Ponta Grossa; assim, a urbanização e industrialização transformaram-se num grande desafio para o Município. No entanto, uma nova conjuntura econômica passa a ser vivida pela cidade na década de 1970. Essa “nova conjuntura” iniciou-se em 1969, quando, em sintonia com os modelos estadual e nacional, o município investiu maciçamente em sua industrialização. Por meio da Lei 2.157, na gestão do então prefeito Cyro Martins, foi criado o Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa - PLADEI - através do qual o município passou a estimular a vinda de grandes indústrias nacionais e multinacionais, tanto por vantagens fiscais como por outras formas de benefício.

Seguindo esta política-econômica, em 1971, a Prefeitura Municipal adquiriu uma área junto à Rede Ferroviária Federal e destinou-a para instalação do Distrito Industrial de Ponta Grossa, acelerando a vinda de indústrias de grande porte para a cidade. A expansão da produção da soja fez com que o Paraná assumisse um papel de destaque no cenário internacional da produção, atuando no processamento e exportação do produto. Nesse contexto, Ponta Grossa projetou-se novamente no cenário econômico paranaense.

A cidade, além de retomar com grande impulso sua condição de entreposto comercial em função das indústrias atraídas pelo PLADEI - as quais passaram a beneficiar e estocar a soja - entrou em uma fase de expectativa quanto a um novo ciclo de prosperidade econômica.

Foi nessa conjuntura que a cidade viu surgir o título simbólico de “Capital Mundial da Soja”. Infelizmente, assim como o “Milagre Brasileiro” que a produziu, essa fase se caracterizou como de vida efêmera, marcado por uma imagem de progresso vertiginoso; na verdade esse curto momento trouxe algumas conseqüências bastante negativas para a cidade no que diz respeito às suas questões sociais. A implantação das grandes indústrias na cidade e a conseqüente ampliação da oferta de emprego tornou Ponta Grossa um pólo de atração para milhares de trabalhadores, sobretudo oriundos do interior do Paraná. Porém, nem todos aqueles que vieram para a cidade conseguiram emprego. Além disso, a excessiva oferta de mão-de-obra gerou um efeito depressivo sobre os salários pagos no mercado ponta-grossense. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento da população produziu um aumento das demandas por parte do poder público local, principalmente nas áreas de saúde, educação e moradia.

Ponta Grossa ultrapassou a marca dos 50.000 habitantes em 1960 e tinha como característica básica a sua população majoritariamente concentrada na área central da cidade. Em decorrência disto, em 1967, o Plano Diretor da cidade determinou diretrizes sobre o zoneamento e o loteamento urbano, com objetivo de orientar e regulamentar sua expansão. Em seguida, o censo de 1970 registrou que a população local fixada no meio urbano ultrapassou a marca dos cem mil habitantes. Apesar de ainda concentrada na região central da cidade, a população acelerou um processo de ocupação das áreas periféricas e passou a povoar mais densamente novos espaços, sobretudo nos bairros distantes em áreas rurbanas.

O PLADEI foi criado, primeiramente como projeto de lei, quando foi submetido à Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, em março de 1969, e posteriormente aprovado como lei municipal, sob o número 2.157, em 31 de julho do mesmo ano.

Favorecido pela política industrializante nacional, O PLADEI, em um de seus artigos referentes às indústrias diz: “a assistência às indústrias que desejarem se implantar em Ponta Grossa começa pela concessão do terreno em local apropriado ou em local julgado conveniente pelo industrial para a implantação da devida indústria” (PLADEI. Capítulo II, título III).

O Plano foi estruturado para ajudar o Município a crescer, oferecendo raras oportunidades para que as mais variadas indústrias viessem a se instalar na cidade. Desta forma, o PLADEI era um elemento do órgão municipal, responsável em coordenar as ações públicas e privadas que pudessem influir no desenvolvimento econômico da região. A finalidade era promover exposições, feiras, cursos, de modo a dar assistência à indústria e ao comércio. Para isso, contava com divisões como a de administração, a de fomento agro-pastoril, e a divisão de assistência à indústria e ao comércio.

Aplicado de forma a atrair indústrias para a cidade, o plano em curso tinha o poder de obter empréstimos, conceder estímulos fiscais, outorgados pelo Município, fazer isenção de impostos e campanhas de participação societária para as indústrias que aqui desejassem instalar-se. Os objetivos ficavam evidentes nas propagandas veiculadas pela prefeitura sobre o projeto quando dizia: “Ponta Grossa está esperando, traga o parafuso”; ou em outra, na qual o

“slogan” referia: “O PLA DEI semeia, todos nós colhemos os frutos”. (PMPG, 1975).

Toda esta estimulação possibilitou a criação de um distrito industrial na cidade, localizado próximo à rodovia, na entrada de Ponta Grossa (sentido Curitiba - Ponta Grossa). Idealizado pelo engenheiro Luiz Gonzaga Pinto (pós-Cyro Martins), o distrito também era chamado de “Cidade Industrial”¹⁸, o qual, segundo informações da própria prefeitura, contava...

... com uma área cuidadosamente escolhida, com abundância de água e energia elétrica, e uma eficiente rede de comunicações; agora com telex para o mundo inteiro, o distrito industrial de Ponta Grossa tem até rede ferroviária, em comunicação com os maiores centros produtores e consumidores do País. Isso tudo, para fazer sua produção circular mais facilmente. (PMPG, 1975, p. 138).

Do ponto de vista político-econômico, o PLA DEI foi um sucesso, obtendo êxito nos seus primeiros anos, pois graças a esse Plano, Ponta Grossa passou a ser considerada como o maior complexo de extração de óleo e farelo de soja do mundo. Porém - o PLA DEI - do ponto de vista sócio-cultural foi um fracasso, uma vez que deixou muitas pessoas à margem da sociedade, sobrevivendo sem emprego, morando na periferia, muitas vezes em locais inadequados, quase inóspitos, devido à falta de infra-estrutura, além é claro, da falta de acessibilidade, não atendendo a todos no que tange a saúde, educação, segurança e outros quesitos básicos.

No entanto, a ilusão povoava o imaginário do migrante, uma vez que em uma de suas propagandas dizia: “para o PLA DEI, o homem é muito importante”

¹⁸ A idéia de Cidade Industrial englobava territorialmente a Vila Vendrami até a entrada do Parque de Vila Velha; a tentativa era levar todas as fábricas e indústrias para esta região. Ver CHAMA, 1988, p-p. 118-119.

(PMPG, 1975), isto porque uma cidade industrial necessita de recursos humanos; além disso, existiam propagandas com promessas de criação de empregos em massa, apontando para uma transição, saindo de uma formação social tradicional, calcada no ruralismo, para uma sociedade urbano-industrial. Soma-se a essa propaganda, a atração de empresas, para quem o município oferecia redução de encargos tributários em troca da criação de empregos. O PLADEI, em um de seus artigos denota que...

são isentos de todos os impostos municipais as firmas industriais que se estabelecerem no município até o mês de dezembro de 1970, com ramo industrial similar que comprovarem haver admitido até a data da solicitação de isenção, operários e funcionários, na forma abaixo estabelecida, residente no município de Ponta Grossa: a) 3 anos de isenção 25 empregados; b) 5 anos 50 operários; c) 7 anos mais de 100 operários; d) 10 anos de isenção mais de 200 operários.¹⁹

A vontade de se criar empregos que absorvessem os trabalhadores rurais era grande por parte do PLADEI. Em parte deu certo, pois fato é que houve uma expansão econômica no meio urbano e um certo esvaziamento de mão-de-obra no meio rural.

Deste modo, o migrante itaiacocano, que estava na cidade de Ponta Grossa na década de 70, inserido no sistema produtivo fabril, fora atraído pelo projeto desenvolvimentista tornando-se um ser produtivo nos moldes capitalistas, com o conhecimento fragmentado sobre sua própria produção, regido por leis trabalhistas controladas pelo tempo (relógio, calendários).

Esse sentimento de ingresso no mercado capitalista e de mudança de mentalidade em relação ao trabalho foi percebido mais tarde pelos migrantes de forma antagônica: para alguns, essa inserção possibilitou a inclusão, dando-lhes

¹⁹ **PLADEI**. Relatório final de aprovação da lei. Artigo 1 e artigo 2. Casa da memória de Ponta Grossa, Pr. Também é possível encontrar essa lei como mensagem nº 04/69 no Jornal Diário dos Campos de 22 de janeiro de 1969.

acessibilidade à moradia, educação, saúde, etc; para outros, entretanto, a percepção foi de perda da autonomia e transformação identitária, fazendo com que ele, o pequeno agricultor, perdesse os laços com a cultura de origem.

Tudo isso representou a implantação de um novo modelo de economia, pautada principalmente na entrada de grande volume de capitais estrangeiros no país. A partir disso, o Brasil esteve no chamado “milagre econômico”, e embora com pouca duração temporal, remeteu a sociedade a intensas conseqüências e Ponta Grossa não ficou isenta dessa realidade.

Segundo o dicionário histórico em sua versão eletrônica, hospedado na página da UEPG, o PLADEI aparece desta forma:

...tal plano tinha como objetivo a instalação em Ponta Grossa de uma estrutura econômica que contemplasse as políticas do modelo brasileiro. Com isso instalaram-se em Ponta Grossa grandes indústrias nacionais e multinacionais. Em seu artigo 16 do Plano define sua função principal: “A atividade do PLADEI será desenvolvida no sentido de estudar a conveniência e escolher, no município, área de situação topográfica favorável a fim de instalar as novas indústrias”. Dando prosseguimento a esse objetivo, em 1971 a Prefeitura Municipal adquiriu junto a Rede Ferroviária Federal, uma área destinada à instalação do Distrito Industrial de Ponta Grossa, acelerando a vinda das grandes indústrias para o município. A expansão da produção de soja em terras brasileiras fez com que o Paraná tivesse destaque internacional, tanto na produção como no beneficiamento e na exportação do produto. Nesse contexto Ponta Grossa se projetou no cenário paranaense, pois além de entreposto comercial passou, através das indústrias que aqui se instalaram a partir do PLADEI, a assumir a condição de forte pólo agro-industrial de beneficiamento do produto. Empresas como Anderson Clayton, Incopa, Sanbra, Cargil, todas voltadas para a transformação da soja. No final dos anos 70, 40% da indústria de esmagamento e beneficiamento de soja do país estava situada em Ponta Grossa. A cidade recebeu, inclusive, a denominação simbólica de “capital mundial da soja”. Ao mesmo tempo verifica-se, no período, aumento de determinadas mazelas sociais, como pode ser verificado na elevação considerável do número de favelas, que passam de 0,8% em 1970 para 5,3 em 1980. Passados mais de trinta anos de sua implantação, o PLADEI reservou duas grandes heranças para a cidade. Do ponto de vista econômico, foi responsável pelo aumento significativo da capacidade produtiva e também da oferta de empregos no município, o que gerou a dinamização da economia local e o fortalecimento político de Ponta Grossa. Por outro lado, os indicadores sociais que despontaram, revelam um crescente aumento de demandas nem sempre atendidas pelo poder público. (CARNEIRO JR, 2002. *on line*.).

Mas qual seria a relação dessa conjuntura político-econômica com a migração rural-urbana de Itaiacoca para Ponta Grossa? A resposta é simples: a pequena propriedade naquela localidade passa a ser um entrave para o avanço do capitalismo no campo, sendo necessário ao latifúndio englobar boa parte das terras de agricultura familiar. Assim, os pequenos agricultores itaiacocanos que já não se sustentavam pelos inúmeros fatores incondicionais já mencionados, sentem-se motivados pela oferta de compra de suas terras e optam por deixá-las.

Contudo, os índices de exclusão social cresceram na região urbana. No ano 2000, segundo o IBGE, a mesorregião do interior que apresenta maior número de favelas é a Centro-Oriental, onde Ponta Grossa possuía o maior número de famílias vivendo em favelas do estado, num total de 4.111, o que correspondia a 6,69 % de toda a população do município. (IBGE, 2000).

Relatórios do IBGE revelam que Ponta Grossa, principal pólo da mesorregião centro-oriental paranaense, apresenta entre 1970 e 1991, as seguintes características:

na região, a proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos é de 50 %, e a de analfabetos maiores de 15 anos é de 84, 45 % - indicadores desfavoráveis considerando-se o alto grau de urbanização²⁰. A escolaridade média é de 4 anos de estudo (dentre as mais baixas do estado), apontando para situações internas extremas. (...) A região apresenta um crescimento urbano ligado à evasão rural de áreas contíguas, também sem sinalizar capacidade de sustentação, pelo perfil das atividades econômicas que a área desenvolve. (IBGE, 2000).

Paradoxalmente, as estruturas de trabalho no campo também passavam por um processo de significativas mudanças, acompanhando o que já acontecia no meio urbano.

²⁰ O grau de urbanização de Ponta Grossa, segundo o IBGE, variou na casa dos 50% na década de 1970 e chegou a casa dos 90% entre 1990-2000.

Historicamente, a produção agrícola da região sul de Itaiacoca foi resultado fundamentalmente do trabalho familiar com uma produção restrita. Isso ocorreu, em boa parte, devido às características do solo. “Existem áreas (norte e nordeste de Itaiacoca) em que predominam os cambissolos, tendo como determinantes o granito de origem e o relevo”. (FERREIRA da CRUZ, In: DITZEL & SAHR, 2001, p. 465).

Por isso, foi “comum a agricultura e a pecuária se desenvolverem com aptidão inadequada” (IDEM, p. 466); no entanto, na região sul de Itaiacoca prevaleceu o clima cfb: (segundo a classificação de Köppen) com verões brandos e chuvas moderadas o ano todo, contrastando com a deficiência do solo, o que permitiu que um fortuito número de pequenos produtores desenvolvesse ali uma agricultura mercantil, a partir do trabalho intensivo dos familiares envolvidos. (MAACK, 2002, p 406).

Entretanto, a reestruturação da agricultura, com implantação de novas tecnologias e mudança nas relações de trabalho, desestabilizou parte dos pequenos agricultores que deixou a área rural, enquanto a outra parte vem buscando manter-se pela atualização tecnológica na sua forma de produção, a qual é uma condição básica para não ser excluído do processo produtivo; mas para isso, muitas vezes o pequeno produtor acaba endividando-se com instituições financeiras ou aliando-se a grandes produtores como trabalhadores assalariados.

A presença de trabalhadores assalariados nas atividades agrícolas, nas quais antes era praticada a mão-de-obra familiar, pode ser um indicador de

modernidade, mas as condições de vida e de trabalho dessas pessoas ficam distantes do padrão mínimo socialmente aceito (jornada de trabalho, piso salarial, salubridade, alfabetização, etc); daí advêm as desigualdades visíveis nas leis trabalhistas rurais e urbanas e as constantes lutas para que leis compensatórias sejam efetivamente implementadas aos trabalhadores rurais.

Assim, o processo migratório surge como uma possibilidade aos indivíduos em novos espaços, mas na dependência da criação de novas frentes de trabalho, as quais muitas vezes não se assemelham às atividades rurais. Esse fenômeno foi intenso em quase todo o Paraná no espaço de tempo entre 1970-1991, em que a população rural reduziu-se à metade, em contingente e em percentual, enquanto o espaço urbano teve um aumento de 8,97% nesse mesmo período e a população rural apresentou uma baixa demográfica de 6,35 %. (IBGE 1991, In: IPARDES, 1994).

Acompanhando esses indicadores, em Itaiacoca a população diminuiu consideravelmente a partir de 1970 (segundo dados do IBGE); assim, se em 1970 tinham 4.979 pessoas vivendo em Itaiacoca, em 1991 passaram a 3.530 (IBGE, 1991) e no ano 2000 esse número decaiu para 2434 moradores em Itaiacoca. (IBGE, 2000).

Pode-se afirmar ainda (segundo dados do IPARDES) que a expansão industrial e a modernização agrícola não geraram número de empregos suficientes para absorver toda a demanda, tanto no campo como nas cidades; ainda que nos anos setenta se pudesse contar com a euforia do “milagre

econômico”, isso não evitou que principalmente os centros urbanos ficassem “inchados”.

CAPÍTULO 3 – ITAIACOCA: APANHADO HISTÓRICO- GEOGRÁFICO.

3.1 A formação de Itaiacoca dentro da História dos Campos Gerais: as sesmarias e a formação dos latifúndios.

Itaiacoca, região rural de Ponta Grossa, situada à sudeste do município, entre 30 e 45 quilômetros do centro. Esse distrito foi regularizado como pertencente ao município em 1909, através da lei municipal nº203, de 3 de janeiro desse mesmo ano. Portanto, no aspecto formal, sua história é recente, porém quando se trata da ocupação territorial e povoamento, sua história antecede à própria história de Ponta Grossa e remonta a formação dos Campos Gerais. Isto porque a historiografia tradicional traz como um dos primeiros lugares habitados nesta região dos Campos Gerais, a Sesmaria de Itaiacoca.

Segundo WACHOWICZ, a ocupação dessa região assumiu características particulares em relação ao restante do Paraná. As posses iniciais na área dos Campos Gerais se deram a partir das primeiras décadas do século XVIII.

(As solicitações de terras foram) feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos, Itu e Paranaguá, não como uma forma de fixação definitiva (trazendo família, escravos, padres, agregados etc.), mas como um negócio lucrativo a ser explorado. Eram proprietários absenteístas.

Assim, para se obter uma propriedade na região dos Campos Gerais era comum o interessado enviar um preposto, acompanhado de escravos para tomar posse da terra através da soltura de algumas cabeças de gado bovino. Decorridos alguns anos, alegava a posse da terra e requeria a concessão da sesmaria. As propriedades possuíam área de 4 a 8 mil alqueires, ou entre 9.680 e 19.360 hectares aproximadamente, portanto de grandes dimensões físicas. (WACHOWICZ, 1968, p. 76 ‘grifos nossos’)

Seus primeiros ocupantes foram, portanto, pecuaristas, principalmente de São Vicente (São Paulo), os quais tendo adquirido as terras compreendidas pelas Sesmarias de Itaiacoca, Conceição e Carambeí, ocuparam-nas com criação de

gado, retornando a São Paulo, pois lá residiam. Eram, portanto, absenteístas, pois muitos dos sesmeiros não residiam em Itaiacoca e somente possuíam terras nessa localidade, ficando a administração dos latifúndios nas mãos dos “jagunços” fazendeiros; “a administração das sesmarias ficavam nas mãos de capitães também chamados de fazendeiros”. (sic) (PILATTI, 1968. p.31). Note-se que o termo fazendeiro não se refere ao proprietário das terras, mas sim ao seu ocupante.

“Dos seus beneficiados, membros da sociedade paulista, apenas Inácio Taques de Almeida passou a residir na região (...)”. “(...) As primeiras sesmarias dos Campos Gerais foram concedidas a vários integrantes da família de Pedro Taques de Almeida: o latifúndio compreendia as áreas dos atuais municípios de Jaguaraíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa” (DITZEL & LAMB, 1998, p. 2).

Essa parte de Ponta Grossa diz respeito exatamente à região de Itaiacoca, como escreveram outros historiadores a respeito:

O Capitão-mor Pedro Taques de Almeida requereu para si e seus familiares em março de 1702 as terras compreendidas entre os rios Jaguaticatú ao Iapó, a paragem que chamam de Itayacoca, também chamada de Pitanguy, sendo assim um dos primeiros a receber as sesmarias nos Campos Gerais. (NOVAES, 1943, p.16).

Com o passar do tempo, essas terras foram divididas entre as famílias, de várias formas. Algumas foram por herança, outras foram, em boa parte, doadas para a Igreja Católica; “foi freqüente a posse de fazendas por ordens religiosas;

muitas vinham de doações, como a sesmaria de Itaiacoca, que José Góis de Moraes²¹ doou à Companhia de Jesus (...). (DITZEL & LAMB, 1998, p. 5).

A divisão das terras na sesmaria de Itaiacoca possibilitou o surgimento de vários sítios e fazendas na região, onde começaram a surgir os primeiros bairros e vilas na redondeza. Estas fazendas, grandes em extensão e pertencentes a latifundiários, com o passar do tempo foram fragmentando-se e ficando aos cuidados de pequenos agricultores. A este processo, a historiografia paranaense se referiu de forma um tanto quanto romântica, afirmando que “José Góis de Moraes enriqueceu com a sua criação de gado nas sesmarias de Carambeí e Itaiacoca e depois não querendo aumentar seu latifúndio começou a distribuir entre seus empregados”. (WACHOWICZ, 1968).

É romântica essa abordagem sobre a redistribuição da terra em Itaiacoca porque sabe-se que as pequenas propriedades agrícolas do tipo familiar e os minifúndios²² começaram a aparecer no século XIX, mas, em geral, ocupando áreas marginais, as quais eram, muitas vezes, ineficazes para suprir o sustento da família, ou seja, as pequenas propriedades surgiram como “um subproduto do sistema latifundiário” (FURTADO, 1998, cap.XXI).

Pode-se dizer ainda que as pequenas e médias propriedades surgiram de uma ocasional subdivisão das grandes, devido à falta de exploração das terras, ou

²¹ Interessante observar que embora os sobrenomes não coincidam, os Góes Moraes e os Taques de Almeida são parentes diretos. Isto acontece porque os filhos e filhas freqüentemente não costumavam usar o sobrenome do pai e sim o da família dos padrinhos de batismo. Ver LANGE, 1988, p. 25.

²² Existem diferenças entre minifúndio e pequena propriedade agrícola. Essa diferença, segundo o INCRA, é principalmente de tamanho. Minifúndio corresponde a uma propriedade rural menor que o módulo fiscal; e uma pequena propriedade a uma área entre 1 e 4 módulos fiscais. Sendo que, módulo fiscal é um imóvel rural “que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência”. (INCRA: disponível em: <http://www.incra.gov.br> - acesso em 12 de julho de 2008).

“pelo seu abandono após o esgotamento do solo, quando os latifundiários procuram novas áreas virgens, mais produtivas, ou ainda, emergem em determinados momentos de crise da grande exploração ou da sua ruína” provocando a inevitável repartição da extensa propriedade. (IDEM, cap. XV).

Esse processo de subdivisão latifundiária resultou no aparecimento de novas regiões. As localidades que surgiram em Itaiacoca, ao longo do tempo, foram: Barra Grande, Biscaia, Cerrado Grande, Campinas, Caeté, Imbuia, Mato Queimado, Princesa do Ribeirão de Cruz, Rio de Dentro, Roça Velha, Rio Bonito, Cerradinho, Sete Saltos, Anta Moura, Carazinho, Passo do Pupo, Conceição, Caçador dos Casemiros, Lagoa dos Pintos, Bairro dos Ingleses, entre outros. Com a soma destes bairros rurais²³, o número de moradores em Itaiacoca na metade do século XX (segundo o censo realizado pelo IBGE em 1950) era de 4167 pessoas. (IBGE: Anuário Estatístico do Brasil, 1984).

No início do século XX, o que se percebia em Itaiacoca era a ocupação de Bairros inteiros por uma mesma família; a estes se dava o nome de “sítios”. “Os sítios eram pequenas e/ou médias propriedades realmente exploradas e ocupadas por seus posseiros” (WACHOWICZ, 1968). Assim, tínhamos a família dos Rodrigues no bairro Conceição, a família Da Luz em Sete Saltos, a família Inglês no Bairro dos Ingleses, entre outras. Segundo relatos dos próprios migrantes, esses sítios possuíam uma média de 120 alqueires²⁴ cada um.

²³ Embora o termo “Bairro” pareça anacrônico, utilizamos-nos da compreensão de Bairro Rural como uma unidade territorial, criada a partir da identidade territorial. (Ver: QUEIROZ, 1967)

²⁴ Unidade de medida antiga de volume para grãos (36,27 litros). Também medida de superfície, ou seja, é o terreno necessário para produzir um alqueire de grãos (2,42 hectares). WANKE, E. T. **Dicionário paranista**.

Uns 120 alqueires, era essa média o terreno que ele (o pai do entrevistado) tinha lá...a gente...então a gente, casava, fazia a casinha de apar [ao lado] lá...e, então era um povoadinho assim n/é?...entre a família n/é?...então era uma redondeza de muita gente aquele tempo n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Nestas propriedades era praticada a agricultura de subsistência, na qual toda a família estava envolvida, como podemos ver nesse relato abaixo:

muitas famílias mesmo caboclas, que cultivavam para a subsistência usavam a família e também as mulheres na lavoura, não tanto na roçada, que é um trabalho mais duro, mais pesado, isso era mais para o homem. Mas na carpida, na plantação, aí a mulher entrava de sola, trabalhando intensamente na época do preparo da terra. (Ney Meira, entrevista concedida. In: LAVORATTI, 1988).

Deste modo, a chamada agricultura familiar de subsistência resistiu em grande proporção até meados do século XX em Itaiacoca. No entanto, a modernização agrícola e o processo de aceleração da urbanização, pautada na industrialização excessiva, tornaram incompatível esse modelo de produção com os propósitos agro-exportadores do país.

Segundo relatos de antigo morador, o senhor Ney Meira, em Itaiacoca atualmente...

percebe-se a cultura intensiva com maquinário e técnica, isto nas grandes propriedades, mas ainda prepondera a cultura de caráter de subsistência na região, haja visto que existem mais pequenas propriedades, as grandes são em número reduzido (...) (além disso) o pessoal daqui (de Itaiacoca) está também priorizando outras alternativas de trabalho que aumentem a renda. (Ney Meira, entrevista concedida. In: LAVORATTI, 1988).

As alternativas encontradas pelos pequenos e médios agricultores foram, em muitos casos, inserir-se como empregados nos latifúndios produzindo monocultura em grande escala com o propósito de agro-exportação, deixando de lado a sua própria produção, a qual era variada em espécies, mas em pequena quantidade.

Com tudo isso, o pequeno produtor já não conseguia vender seus produtos na cidade, devido ao baixo custo com que a concorrência entregava os produtos aos comerciantes ponta-grossenses; assim, a pequena produção começou a encontrar muitas dificuldades em seu escoamento, explicitadas pela fala do ex-lavrador:

final da história acabava vindo vender na cidade, mas vinha aí, às vezes não conseguia vender, tinha que voltar e ficava esperando, o preço era muito ruim n/é?...não compensava, tinha gente que chegava a perder o mantimento dentro de casa por não ter preço pra vender n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Em outros casos, ainda como alternativa de sobrevivência para os agricultores itaiacocanos, estes empregavam-se como assalariados nas fábricas de extração de cal, calcário e/ou madeira. Diz um de nossos interlocutores do segmento “Industrial”: “então, houve um desenvolvimento muito grande, chegamos a ter, pelo menos, uns duzentos funcionários naquela região”.

Empresas como: Pupo Menezes, Costalco, BANESTADO e Águia Florestal passaram a se implantar nesta região, favorecida pelo PLADEI, que em um de seus artigos dizia: “a assistência às indústrias que desejarem se implantar em Ponta Grossa começa pela concessão do terreno em local apropriado ou em local julgado conveniente pelo industrial para a implantação da devida indústria” (PLADEI, artigo 11, parágrafo I), e para isso os industriais necessitavam também de mão-de-obra, preferencialmente a baixo custo.

A escolha dessa região por empresários se deu pelo fato que, a partir de meados do século XX, descobriu-se que Itaiacoca era uma região rica em minérios, com aproximadamente sessenta variedades de minerais, além de ser rica em talco, calcário, cal e caulim. Conseqüentemente passaram-se a explorar

esses recursos para servir à indústria. O principal destes minérios a ser explorado foi o talco; assim Ponta Grossa passou a ser considerada a maior produtora de talco do país.

E aquilo começou a evoluir, a crescer bastante, porque o talco começou a ser desejado e muito interessado pelas firmas, principalmente de azulejos, e um outro material ao talco que é a pirofeleta, era muito interessante para as fábricas de inseticida da época que usavam então como veículo a perofilina. E as cerâmicas usavam o talco na massa, porque o talco tem uma quantidade interessante de magnésio e no produto final eles podem fazer os pisos e azulejos de forma contínua sem que no final ao esfriar eles pudessem sofrer trinca ou qualquer coisa assim. (Industrial. Entrevista nº 1).

O talco tem várias aplicabilidades na indústria moderna, pois é componente de inseticidas, tintas, perfumarias, sabão, lubrificantes, além de ser usado em cerâmicas, refratários, papel, plásticos e isolantes elétricos. Desta forma, pode-se dizer que das minas de talco de Itaiacoca é extraído talco para suprir muitas finalidades em todo o Brasil. Itaiacoca deixou de ser o centro de produção agrícola e passou a ser fornecedor de matéria-prima.

Começou mais ou menos em 1965-66 por aí. O estouro assim do talco, na década de setenta assim em diante, enfim o movimento era bastante acentuado. Então quando ele (sogra do entrevistado) foi pra lá, a mineração estava evoluindo lá na região, ela teve um salto muito grande; foi justamente quando as cerâmicas começaram a necessitar do talco na massa, porque os fornos que eles tinham, eram fornos italianos; os italianos recomendaram que teria que ter magnésio e o magnésio aonde eles ia encontrar? Foi justamente por aí que a coisa evoluiu. (Industrial. Entrevista nº 1). (grifos nossos).

A exploração dos recursos minerais em Itaiacoca resultou em danos ambientais de séria repercussão. “A extração do talco, um dos principais recursos da região de Itaiacoca, é a razão de grande parte dos impactos na área de mineração, juntamente com a estrada asfaltada para escoamento da produção mineral, que recebe a denominação de Rodovia do Talco, antiga estrada de união dos povoados”. (FERREIRA DA CRUZ, Op. Cit, p. 475).

Segundo nosso entrevistado do segmento Industrial, essa estrada que liga Ponta Grossa ao distrito de Itaiacoca leva o nome de um dos pioneiros da mineração na região: Estrada Municipal Peri Pereira Costa.

3.2. Ponta Grossa: das origens aos anos 1970.

Ponta Grossa surgiu a partir do requerimento de terras por algumas famílias nobres de São Paulo que utilizavam-nas para a criação de gado, iniciando assim a ocupação de terras na região.

CHAMMA (1988) revela que paralelamente ao processo de concessão de sesmarias também houve na região um impulso no sentido da colonização; isso se deu com o crescente desenvolvimento da atividade do tropeirismo. Os tropeiros eram aqueles que passavam pela região, levando gado para Sorocaba, no interior de São Paulo, ou a caminho do sul do país à procura do gado. Utilizando-se das pastagens como pouso para a invernada, muitos tropeiros ao passarem por esta região, entusiasmados com os férteis pastos, requeriam ao governo novas terras dando origem a novas fazendas.(CHAMMA, 1998, p. 10). Assim, foram aparecendo ao longo do tempo, as grandes fazendas dos Campos Gerais. Segundo CHAMMA, as terras eram de fácil obtenção, diz ela: “não era difícil conseguir grandes extensões de terras. Bastava ser recomendado por algum fazendeiro de posse”. (CHAMMA, 1998, p. 11).

Pode-se perceber pela configuração da ocupação latifundiária, citada por CHAMMA, que a partir do tropeirismo instigou-se um rápido povoamento da região de Ponta Grossa. Neste âmbito, surgiram grandes propriedades rurais, as

quais estavam nas mãos de poucos, ou seja, um modelo de estruturação social baseado no latifúndio.

Estes proprietários rurais tinham suas vidas ligadas muito mais a São Paulo do que necessariamente à região dos Campos Gerais. Na região limitavam-se à vida nas fazendas, ocupavam-se pouco da vida na cidade, pois como constata Magnus PEREIRA:

A pecuária paranaense, apesar de voltada para o mercado, tinha seu núcleo em unidades produtivas autárquicas, disseminadas pelo mundo rural, para as quais as cidades pouco representavam. Na economia dos Campos Gerais do século XVIII, e mesmo do XIX, os fazendeiros ‘iam’ esporadicamente à cidade, ou para o culto religioso, ou para resolver questões burocráticas, ou para comercializar a produção agropecuária. (PEREIRA, 1996, p. 11)

Somente no final do século XIX é que ocorre uma concentração urbana, a qual acontece em oposição à dispersão rural dos proprietários de terras em busca de outras atividades econômicas, provocando transformações sensíveis na estrutura social e econômica da cidade, gerando mudanças no processo de urbanização, em que a auto-suficiência das fazendas foi substituída pela economia urbana. (PEREIRA, 1996).

Do ponto de vista político, Ponta Grossa originou-se como paragem no caminho dos tropeiros, e mais tarde tornou-se bairro dependente política e economicamente da Vila de Castro. Ponta Grossa só obteve relativa autonomia depois da elevação à freguesia, vila e mais tarde ao status de cidade.

O poder político da cidade concentrou-se nas mãos de grandes proprietários de terras e comerciantes locais. Os fazendeiros da época “eram homens rudes, caudilhos acostumados a resolver seus problemas à força”. (WANKE, 1993).

Durante o processo que elevou Ponta Grossa da categoria de freguesia à cidade, é claro que o poder e o prestígio refletiam nos interesses da elite pontagrossense. Segundo CHAMMA (1988), a influência das elites locais podia se fazer sentir durante todo o processo de requerimento de status político para a cidade, isto porque na época, alguns homens importantes da região foram indicados como lideranças do movimento, sendo que os interesses políticos e econômicos foram relevantes para o processo.

Obviamente se tratava de obter autonomia política e econômica das autoridades locais frente às resoluções do governo de Castro, bem como a obtenção de recursos financeiros, uma vez que as verbas destinadas pelo governo castrense ao bairro de Ponta Grossa eram pequenas, o que talvez essas questões tenham impulsionado a emancipação política de Ponta Grossa. Sendo assim, foram, sobretudo, interesses econômicos da elite que impulsionaram o processo de emancipação de Ponta Grossa em relação a Castro.

Imbuída no discurso da modernidade, ligada ao ideal nacionalista de civilidade e progresso propagado na época, e mais especificamente, no contexto local pelo Movimento Paranista, Ponta Grossa passou por inúmeras transformações sócio-espaciais no limiar do século XX. (CHAVES, 1998).

Segundo (CHAVES, 1998), as ferrovias instaladas na região trouxeram consigo infra-estrutura em termos gerais e a cidade tornou-se cada vez mais atrativa, oferecendo oportunidades de trabalho, uma vez que as fábricas - e em decorrência delas - faziam com que o comércio crescesse rapidamente. Assim, as modificações ocorridas no espaço, na economia e no âmbito social, com o

advento das ferrovias, fizeram surgir uma nova configuração urbana e isso deu à cidade a impressão de progresso.

A cidade oferecia oportunidades de trabalho. À medida que crescia a oferta de empregos, o mesmo ocorria com a população, que cresceu intensamente. Isso ocorreu porque, segundo CHAVES (1998), em 1893, Ponta Grossa tornou-se ponto terminal da Estrada de Ferro do Paraná, e em 1896, também da estação Central da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

A instalação dessas ferrovias fez da cidade um ponto obrigatório de passagem de mercadorias e pessoas que se deslocavam pelo Paraná. Assim, Ponta Grossa virou pólo de atração de imigrantes nacionais e estrangeiros; (CHAVES, 1998) demonstra ainda, em seu estudo, que a instalação das ferrovias na região proporcionou a ampliação do cenário urbano e a intensificação das atividades econômicas.

A comercialização de produtos como a erva-mate e a madeira, juntamente com a presença de imigrantes nacionais e estrangeiros, aceleraram o desenvolvimento urbano da cidade de Ponta Grossa do ponto de vista do contingente populacional e da economia. É o que nos mostram duas historiadoras locais:

as transformações sócio-econômicas até então ocorridas sucedem-se de forma mais rápida, caracterizando a região em centro de atração não só daqueles habitantes do meio rural como também de outros migrantes nacionais e estrangeiros que aqui buscavam novos horizontes, fosse como proprietários ou simples empregados. (GONÇALVES;PINTO, 1983, p.52).

Pela citação acima, percebe-se que a cidade de Ponta Grossa passou a ocupar papel enfático na região dos Campos Gerais, assumindo a condição de cidade dinâmica no Estado do Paraná, pois passou a ser um pólo de atração.

Embora tenha ocorrido um crescimento na cidade no início do século XX, esse desenvolvimento foi tímido se comparado à conjuntura nacional ou mesmo paranista. Ao ver de CHAVES, essa euforia está ligada à idéia de “construir uma imagem positiva do Paraná, que representaria o Paraná do futuro” (CHAVES, 1998, p. 32). Entre os difusores do Movimento Paranista, CHAVES cita figuras como Nestor Vitor, Romário Martins e Rocha Pombo.

Sendo assim, ainda segundo CHAVES, a visão de “Ponta Grossa - cidade progressista”, transmitida nos artigos escritos sobre a cidade, vinculadas pelos meios de comunicação da época, está intimamente relacionada aos ideais do Movimento Paranista, apresentando a cidade como um ótimo lugar para se viver: ordeira, acolhedora, sem conflitos e contradições sociais.

Faz-se necessário destacar que a ocupação do espaço e a organização sócio-político e econômica da cidade se fizeram de forma arbitrária e o que se entende por ausência de conflitos, é na verdade, uma ideologia de subserviência, na qual o “bom cidadão” é aquele que obedece. Assim,

o poder político local continuava centrado nas mãos da elite que se projetara dentro do cenário local ao longo de sua história, administrando a cidade segundo seus interesses. Se recorrermos a historiografia local perceberemos que o poder político, representado pela figura do prefeito, esteve, em grande parte, centrado nas mãos de uma elite formada por proprietários de terras, pecuaristas, comerciantes. (SHIMANSKI, 2006, p. 94)

Para HELLER, entretanto, as interações individuais são realizadas nos espaços de constantes disputas e conflitos cotidianos, que estão dialeticamente relacionadas com as relações de poder, associadas a uma sociedade e sua conseqüente hierarquização. A realização desigual do poder alimenta os conflitos, os movimentos, os enfrentamentos, ou seja, as disputas que são travadas todos os dias, marcadas pelo lento ritmo dos eventos diários, alterando

assim gradual e continuamente as estruturas do cotidiano. (HELLER, 1989, p-p 210-212).

3.2.1. Ponta Grossa a partir dos anos 70.

Na década de setenta, Ponta Grossa passou a contar com um desenvolvimento econômico pautado, principalmente, pelo PLADEI, já referido no capítulo anterior. Segundo (FERREIRA, 1986), “a própria definição da palavra desenvolvimento está associada originalmente à idéia de crescimento, aumento, progresso ou estágio econômico, social e político, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, recursos naturais, capital e trabalho”. Esta definição está limitada a uma visão estreita de desenvolvimento, associado ao crescimento econômico.

Esta concepção, centrada na idéia de "quanto mais melhor", ao invés de orientar as finalidades do desenvolvimento, concentra-se na instrumentação do aumento da oferta de bens e serviços. Não avalia diferenças qualitativas entre uma proposta de desenvolvimento "bom" e um desenvolvimento defeituoso, para o quais pesam conseqüências, como um baixo grau de satisfação das necessidades humanas de grande parte da população, e os custos ambientais transferidos para a sociedade, pelos processos adotados para o crescimento da produção.

Ponta Grossa recuperou sua condição de entreposto comercial, beneficiada pelas indústrias atraídas pelo PLADEI, fundamentada, sobretudo, pelo beneficiamento da soja, e, com isso, entrou em uma fase de grande expectativa quanto a um novo ciclo de prosperidade econômica e geração de empregos. Essa

percepção de atração da cidade aparece em um dos depoimentos dos Migrantes quando diz:

que as primeiras indústrias que vieram naquela época, que veio a Cargil, a Sanbra, que hoje é a Bunge lá, naquele tempo influenciou o povo. Acharam que era “um Deus nos acuda” e vieram todos pra cá e hoje tá acontecendo n/é? Não tem emprego mais! Mas aquele tempo a cidade tinha emprego, as firmas que apareciam tinham serviço. (Migrante. Entrevista nº 2)

Porém, esse desenvolvimentismo, calcado num economicismo, trouxe algumas conseqüências bastante negativas para a cidade, no que diz respeito às suas questões sociais. A implantação das grandes indústrias na cidade e a conseqüente ampliação da oferta de emprego atraíram para a cidade milhares de trabalhadores. Entretanto, ao contrário da percepção de nosso entrevistado, nem todos que vieram para Ponta Grossa conseguiram emprego. Além disso, a grande oferta de mão-de-obra, muitas vezes desqualificada, baixou consideravelmente os salários na região.

Paralelamente à intensa aglomeração humana surtiu um aumento das necessidades básicas à população, nem sempre atendidas com eficácia; além disso, mais recentemente, aparecem questões ligadas à violência e a segurança pública.

Sobre este processo, a equipe técnica do Município de Ponta Grossa, quando fez levantamentos e diagnósticos para o Plano Diretor Participativo, referiu o seguinte:

O rápido aumento populacional vivido por Ponta Grossa e a incapacidade do Poder Público em resolver os problemas decorrentes desse fenômeno, teve nas formas de ocupação urbana uma de suas maiores conseqüências. A área central da cidade registrou um considerável aumento populacional e uma verticalização sem precedentes. Ao mesmo tempo foram construídos diversos núcleos habitacionais periféricos, o que produziu um aumento de população em áreas isoladas no norte, noroeste e leste da cidade. Ao iniciar o século XXI, Ponta Grossa vive um momento especial na economia, agricultura, saúde, cultura e educação, planejamento, reunindo

características estatísticas de uma cidade de porte médio. O interessante é que, ao mesmo tempo em que avança em direção à modernidade, a cidade se abre para sua gente, demonstrando o caráter democrático e plural da sociedade ponta-grossense.

Desta forma, a cidade está cotidianamente construindo uma nova identidade, baseada na realidade que hoje se descortina. Ao mesmo tempo, traços profundos da formação ponta-grossense ainda sobrevivem. A cidade, ainda mantém a condição de um dos principais entroncamentos rodo-ferroviários do sul do Brasil, e, em função disso, continua atraindo e recebendo um expressivo número de pessoas. Ou, em outras palavras, assim como nas suas origens mais remotas, Ponta Grossa continua sendo uma “Cidade Encruzilhada”. (Apêndice, 2005, p. 356).

Na década de 1970, Ponta Grossa entra numa perspectiva econômica que adota medidas mais amplas em relação à agricultura e, desta forma, passa a privilegiar um tipo de agricultura de caráter empresarial. Neste sentido, políticas de crédito e de subsídios foram criadas com a finalidade de ampliar as possibilidades de investimentos maciços dos produtores rurais na aquisição de máquinas e de insumos modernos. Isso permitiu a associação dos seguintes objetivos: aumento de mercados para os produtos de origem industrial e, ao mesmo tempo, o crescimento da produção de matérias primas para as indústrias alimentares emergentes num país em processo de urbanização.

Com isso, tornou-se possível implementar uma bem sucedida estratégia de modernização agrícola, devido à presença de empresas rurais com relativo poder aquisitivo, as quais tinham interesses no aumento da produtividade e da rentabilidade. Assim, os anos 70 caracterizaram-se por expressiva expansão produtiva, condicionada não mais somente pela preocupação com a incorporação de terras ao processo produtivo, mas também através de assimilação de inovações técnicas e diversificação na pauta de produtos.

Essa transformação, baseada em produtos tecnicamente “modernos”, decorre de um processo complexo ocorrido nas relações existentes entre indústria

e agropecuária. Esse foi um elemento crucial e determinante no crescimento expressivo do número de máquinas agrícolas e insumos modernos, originários da atividade industrial que começavam a transformar qualitativamente o perfil econômico social paranaense.

Conforme as análises de (FLEISCHFRESSER, 1988) e do (IPARDES, 1987), durante a década de 70 verifica-se crescimento na utilização da força-de-trabalho mecânica e estabilização relativa no uso da força-de-trabalho animal. Entre 1970 e 1975 ocorreu uma rápida incorporação da mecanização, principalmente entre os produtores proprietários, mas também entre os não proprietários, porém de forma muito menor, possibilitando assim um aumento da área trabalhada com estas máquinas.

Conseqüentemente, o fenômeno de expansão produtiva e a adoção de tratores implicaram numa re-adequação do tamanho dos estabelecimentos; isso ocorreu tanto através da aquisição direta das terras como pela retomada das terras dos estabelecimentos que se encontravam em regime de parceria e arrendamento.

Quanto à análise do crescimento relativo de aquisição de tratores entre os estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, os dados demonstraram uma rápida, mas desigual incorporação desses equipamentos pelos produtores rurais nos estabelecimentos.

FLEISCHFRESSER, tratando os dados do IBGE, constatou em relação às áreas médias trabalhadas com tratores, que todos os grupos apresentaram redução no número de maquinário, mas foi mais expressiva para os estabelecimentos na pequena agricultura, situada entre vinte e cem hectares, identificados como

“familiares tecnificados”. (FLEISCHFRESSER, 1988). A diminuição da área média trabalhada por trator, entre os segmentos de menores dimensões físicas, relaciona-se não apenas à incorporação de novos tratores, mas também refere-se à uma redução na área trabalhada, traduzindo o processo de expropriação sofrida por este grupo e sua diferenciação social.

Contudo, para a pequena produção familiar, as técnicas incentivadas não eram apropriadas em virtude da pouca disponibilidade de terras e de capital, fatores que se constituíam em obstáculos sérios para ganhos de escala, além dos empecilhos para acesso ao crédito.

Em síntese, no decorrer da década de setenta, a produção rural pontagrossense - em especial a agro - sofreu um intenso processo de mudança em sua base técnica, fortemente impulsionada pelas políticas públicas. Estas tornaram mais agudo o quadro de problemas já existentes pelo aumento das desigualdades, refletidas no agravamento dos índices de pobreza e de exclusão social.

Assim sendo, pode-se dizer que as características contemporâneas da industrialização e urbanização brasileiras foram efetivadas a partir da década de 70, e sem dúvida, da maneira que foi realizada, “terminou por reforçar o elitismo e a exclusão social”. (POCHMANN & AMORIN, 2003, p. 9).

A realidade brasileira mudou muito ao longo de todo o século XX, e muito mais nos últimos trinta anos, mas as desigualdades foram preservadas ou ainda ampliadas. O sul do país, segundo o Atlas de exclusão no Brasil (2003), possui uma mancha de exclusão social amena, se comparada com norte e nordeste brasileiro. “No entanto, suas realidades sociais internas, principalmente nos

(municípios) mais populosos, são de grande desigualdade. Esse quadro parece ter se agravado a partir dos anos 1990 (...). (POCHMANN & AMORIN, 2003, p. 73). E mais, segundo esse mesmo Atlas (2003), “entre os três Estados que compõem a região Sul, o Paraná é o que apresenta maior proporção de municípios com alta exclusão, localizados na sua maioria na área central do Estado (...)”. (POCHMANN & AMORIN, 2003, p. 38).

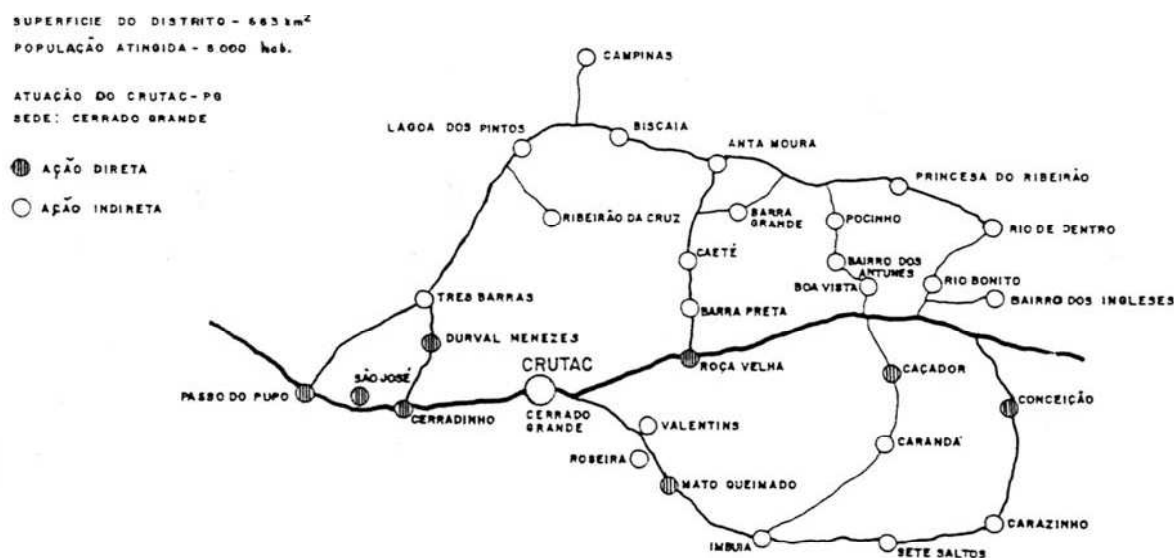
Essa realidade acima citada, também é perceptível na região dos Campos Gerais como um todo, e, acima de tudo, em Ponta Grossa; isto porque, conforme dados indicadores do “Mapa da Pobreza do Paraná (1997), Ponta Grossa é classificada como um dos municípios que se encontra em situação crítica, no que diz respeito aos índices de saúde, habitação e renda, inclusive com índices piores do que a média do Estado”. (LAVORATTI, 1998, p. 74).

Com todo esse quadro nota-se que, ainda hoje, se faz necessária a adoção de políticas públicas e ações privadas que viabilizem um processo real de inclusão em todos os setores, sócio, político, econômico e que principalmente, possibilite ao “não-cidadão” a inclusão cultural, pois afinal, como já dizia o poeta Arnaldo Antunes, consagrado pela música brasileira, “(...)a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte (...)”

3.2.2. O contexto regional da pesquisa.

Atualmente existem dados sobre Itaiacoca levantados pela EMATER no ano de 1988 em dois estudos (a e b), além de outros relatórios com descrições da região de Itaiacoca, dos quais evidenciaremos alguns pontos citados por SOUZA, (2000) que sejam relevantes para nosso trabalho. Esses estudos apresentam cinco localidades da região; tentaremos fazer um plano geral sobre a região, a partir dessas observações e apresentaremos parte da análise das entrevistas realizadas com os três segmentos: Industrial, Migrantes e Resistentes (não necessariamente nessa ordem). Para tanto, enfatizaremos algumas categorias que surgiram no decorrer da pesquisa.

As localidades analisadas foram: Carandá, Sete Saltos, Caçador, Passo do Pupo e Biscaia.



Mapa 1: Comunidades do distrito de Itaiacoca.
FONTE: SESC – UEPG (1981)

Carandá “localiza-se na região Sul do distrito de Itaiacoca, distante aproximadamente 60 km da sede do município de Ponta Grossa. A paisagem é

caracterizada por um relevo de declividade acentuada, dividida pelo sistema hidrográfico do rio Limeira”. Nessa localidade consta um forte movimento migratório na década de 1970. Segundo o relatório do EMATER.

A saída em grande proporção da população ocorreu na década de 70 como uma das conseqüências mais diretas do processo de modernização agrícola. De particular importância nessa região foram os incentivos concedidos por parte dos governos (federal e estadual), de forma subsidiada, para grandes empresas ligadas à exploração florestal – as quais expropriaram com relativa facilidade os pequenos produtores que possuíam uma forma precária de acesso à terra. (EMATER 1988 a, Apud: SOUZA, 2000, p.249)

Nessa citação acima, justificam-se algumas de nossas categorias: a especulação imobiliária e a venda da terra, a baixa produtividade do solo e a decisão pela migração ou resistência, pois houve na década de 1970 um acirramento da atividade reflorestadora mediada pelo Estado (governo estadual através do BANESTADO), cuja área passou a ser explorada mais tarde, sobretudo pela empresa Águia Florestal.

Com a baixa produtividade devido a fatores geográficos, mas também à falta de modernização nos equipamentos para acompanhar a demanda exigida num contexto de mecanização da agricultura, muitos dos pequenos agricultores optaram pela migração à cidade.

E daí foi indo foi indo que o povo foi descorçoando e daí no final da história pareceu o governo... “roubando” os terrenos e daí pessoal já tava desacorçoado com a lavoura n/é? Já uns falando em vim embora pra cidade, daí nessa época de 75, 76 por aí apareceu uns compradores de terra lá, mandado do governo n/é? E o pessoal começava a vender os terrenos n/é? Aí um vendia, outro também já se interessava vendia e afinal de contas a maioria daquela redondeza que era um bairro grande aonde a gente morava, bastante vizinhada, venderam todos os terrenos lá, venderam não, deram, o governo roubou os terrenos lá e naquela quem vendeu os terrenos veio embora n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Segundo os Migrantes entrevistados, os quais eram pequenos agricultores na região do Conceição, muito próximo ao Carandá, houve uma determinada pressão por parte do Estado para a compra dessas terras.

Meu pai vendeu também todas as terrinhas que ele tinha, vendeu! E foi praticamente roubada, porque eu até, inclusive foi pressionado primeiro pelo governo, foi na época que foi criado o BANESTADO, então o BANESTADO foi criado pra...(...) Hoje você sabe que o BANESTADO acabou, mas deixou as marcas dele. Então esse terreno foi vendido pro BANESTADO... então ele era... só que eles lançaram um imposto naquele tempo lá, fizeram um tipo, é tipo reforma agrária, mas não foi reforma agrária. Eles lançaram um imposto muito nas tarifas dos terrenos do pessoal, então alguns conseguiram pagar os impostos, mas nós que era da classe mais baixa ainda (...), então não tinha como pagar. Daí eles foram com um preçinho, mas, aquele tipo indenização pra você e eles ficavam com a terra. Naquele tempo era um governador antes do Álvaro Dias... foi em 75, 76 n/é? Foi nessa mesma época que nós vendemos tudo certo? Até inclusive desistimos desse terreno, meu pai desistiu do terreno. Então foi na casa dele pra passar o documento pra todo mundo...ainda que eles fizeram um troço pra ir lá e catar mesmo o terreno de todo mundo, que nem o nosso que dava uns 15 alqueires, ia ficar no meio do BANESTADO, como é que você ia ficar ali vivendo? Não tinha jeito! Sei que pra falar a verdade ninguém sabe se aquele documento é certo, eu mesmo até hoje não entendo que aqueles documentos era só documento frio, aqueles tróços lá que eles levaram. Era aqui do cartório aqui, levaram o cara do cartório daqui e era só...representante do BANESTADO! que ia fazer lá? sabe? (Migrante. Entrevista nº 2).

Pelo relato do entrevistado, nota-se que a compra foi realizada de modo legal pelos trâmites jurídicos, com documentação cartorária. (Embora haja desconfiança na voz do migrante em relação à veracidade dos documentos).

O outro migrante, ao lembrar desse processo de compras de terras, diz de maneira enfática:

aquilo lá foi “roubado”, o que eles foram ofertando eles pagaram, só que era um valor...que....e o pessoal lá não conhecia mesmo o que era um valor de terra n/é? Então achavam que estavam vendendo bem ainda! Só que o BANESTADO dava preço pra eles mais ou menos decerto, só que eles vinham lá e davam o preço deles e o restante ficava com eles, então é aí que foi a ladroagem. Que o governo, ele talvez pôs o preço certo pra comprar, só que ele ponho os “gatos” lá pra comprar n/é? Eles foram lá e iludiram o povo no preço que eles fizeram e ficaram com a outra parte. Então foi dessa que foi o negócio, porque se o governo mesmo fizesse um preço diretamente pro pessoal, ele mesmo...o pessoal ia saber o valor que era n/é? Só que ele lançou os preços Para esse “gatos²⁵” irem comprar lá, daí eles foram e fizeram o preço deles e o povo foi na deles n/é? (Migrante. Entrevista nº1).

²⁵ O gato nesse caso é o mediador da tramitação imobiliária.

Observa-se que o pequeno agricultor não acredita que tenha sido “enganado” pelo governo, mas sim por alguém, que se aproveitou da ingenuidade deles, utilizando o nome do Estado.

No outro segmento, o dos Resistentes, os depoimentos a respeito da compra de terras aparecem de forma antagônica de um para com o outro. No entanto, faz-se necessário um pouco de história de vida para entendermos a posição de cada um dos entrevistados. O primeiro (Entrevista nº 1) era, além de pequeno agricultor, proprietário de um armazém e de um caminhão, com os quais servia e abastecia a região de mantimentos, dos quais não dispunham. Assim, a proposta de reflorestamento da região, a substituição da lavoura pela plantação de pinus e a conseqüente migração rural esvaziaram, de certo modo, a sua freguesia.

Diz o relato:

o próprio governo, o próprio BANESTADO, isso começando de lá, que veio desapropriando, que nós viemos ficando sem...caindo os mutirões...ou então porque ele vendeu o terreno lá? Por que que ele vendeu pro BANESTADO? Porque o BANESTADO pressionou primeiro. Pressionou...”não sabe como é? Porque vai melhorar, porque ela oferece pelas terras...compra, paga ou aquela coisa”; e aí vem o desgosto do povo. “Eu vou vender o meu sítio porque o BANESTADO comprou do fulano de tal, daqui amanhã eles vem me tomar”. E assim começou a pressão pro povo, ora aqui do meu lado, aqui pra baixo...só que eu trabalhei, que eu negocieei, eu tinha armazém... eu lidei mais ou menos com umas 200, isso pra não exagerar, duzentas e poucas famílias, que ocupavam o meu movimento. Não o total, mas ocupava um pouco (...) Que nem muitos partiam tranqüilo até...”ah, se o BANESTADO... eu vou vender também? Que me importa? Que se lasque, que a região desenvolveu”. Não pensou ele que ele vendeu o dele se prejudicou e prejudicou a região. Então são coisas que a gente fica até...meio sem explicação. Olha são poucas pessoas que não vendeu pro BANESTADO. E o que não vendeu pro BANESTADO...de começo a Águia também começou a pressionar. (Resistente: Entrevista nº 1).

O outro entrevistado é um morador antigo da região do Caçador, o qual viveu durante alguns anos na cidade de Ponta Grossa e depois voltou para

Itaiacoca, onde está até hoje. Era pequeno agricultor, mas sob a alegação de baixa produtividade da terra devido às condições do solo, mudou de atividade e se dedicou ao corte de árvores nativas, as quais terceirizava para empresas madeireiras.

Fui empregador, antes que a Águia estar aqui eu trabalhava, dei muito emprego pra várias pessoas, porque mexia com material lenhoso e com firma, como se diz a Cargil, firma multinacional, pra mim foi um crescimento, cresci muito aquele tempo através disso, daí depois ela parou de comprar eu caí pra baixo e entrei trabalhar com o BANESTADO que me vendeu material. (Resistente. Entrevista nº 2).

Deste modo, num longo discurso, diz ele sobre a compra de terras na região:

então nesse ponto eu tenho a dizer que a Geosul, que foi a que comprou e transferiu pro BANESTADO os compradores, donde veio várias pessoas...ela que comprou e transferiu pro BANESTADO. Agora infelizmente eu vou ter que contar porque a história é verdadeira, é isso? Assim, eu também vendi uma área pra Geosul, sendo que ela vinha a bastante tempo querendo me comprar, me ameaçava, falava, falava, falava, mas minha terra eu peguei e ganhei do pai da minha mulher, ela ganhou do pai dela, eu documentei pus em ordem, tudo certinho. Até eu vendi um negócio de uma falha do meu sogro, ou pra melhor dizer, da minha sogra e do meu cunhado, venderam, fizeram negócio falso, e enfim eu tive que dispor, negociar a minha área de terra com a Geosul depois, trocando com meu sogro, mas não fez nada de mal, não foi a Geosul que me ameaçou, eles falavam, mas não era o que eles falavam que era verdade, eu protestava contra eles, não era verdade! Enfim, então, aí fui chamado a um tempo atrasado, fui chamado na 13ª ou sei lá...eu fui falar com o delegado regional. Lá tinha trinta e poucas assinaturas que falou que a Geosul ameaçava e fazia isso e fazia aquilo. Digo: eu não sei se pros outros fazia isso, não sei...só sei dizer que pra mim eles falaram, mas não fizeram e eu negocieei minha terra porque eu achei bem que eu estava fazendo um bom negócio e salvando meu sogro que estava num caminho errado, os pertencente dele tinham feito mal, caíram num delito e fizeram mal e caiu pro meu sogro. Então, eu não vendi minha terra ameaçado, eu vendi fiz bom negócio, só que depois voltou a ser um mau negócio porque o meu cunhado me logrou, mas daí é caso de família. Agora não é que firma nenhuma entrou comprando ameaçando os outros, não existiu. Eu protesto! E todos venderam pelo preço que combinou e recebeu. Por que que vendeu? Como eu fiz exemplo com o delegado, quando ele disse que eu era o único. Eu disse: eu posso ser o único, mas eu estou com essa bolsinha, com essa pastinha, e eu paguei cindo reais, mas se o Senhor disser que quer me dar dois reais e eu precisar vender e quero vender e lhe vendo, recebo e não posso dizer, porque me fez bem! Aí parou por aí. Agora todo mundo que saiu daqui, eu não posso dizer que fez mal, porque venderam e se formaram lá na cidade como eu também, meus filhos. Eu tenho 50 alqueires de terra e meus filhos nenhum pode criar família de lavrador porque a terra não dá pra produzir, e o pinus e outras coisas é que está produzindo e que está dando renda pro município, se é que posso dizer, ou não posso, sei lá...mas o que posso dizer é que pelo menos trabalho pra todo mundo está tendo. Então

quem vendeu a sua terra e foi embora pra cidade fez um bom negócio. Fez sim! Nem que digam que não! Fizeram sim, porque muitos deles se ficassem aqui não iam poder criar família e dar estudo pra família. Eu criei e dei estudo pra minha família porque na realidade eu deixei da roça e passei a trabalhar com caminhão e tive uma renda superior que eu pude deixar minha família, tipo assim, “filhinho de papai” graças a Deus tudo bem. E hoje estão todos lá na cidade empregado, tem mais recursos, de fato ganharam estudo mas foi o pai que deu. Até dessas pessoas que venderam a terra porque foram ameaçado, não muito pelo contrário, isso é falso testemunho, enganam-se, como o caso do meu cunhado e da minha sogra que enganaram, eles fizeram é... foram corruptos, demoraram os carnês que estavam pagos e foram vender as terras como se estivessem em dia e estava irregular, por isso que eu entrei e quis vender meu terreno, aí depois me arrependi (risos), mas vendi por caminho de bem, não foi de mal, não tenho nada contra eles. (Resistente. Entrevista nº 2).

Existe uma idealização sobre a venda das terras na fala do entrevistado, pois mesmo ao afirmar ter sido pressionado, ainda assim não admite ter sido enganado ou sequer salienta a possibilidade de denúncia dos compradores, alegando que foi justa a transação, uma vez que naquele momento (o da venda) o entrevistado acreditava realmente estar fazendo um bom negócio e segundo ele, era a melhor estratégia. Há de se observar, porém, que as representações sociais levam a determinadas práticas e essas práticas, geralmente, são capazes de explicar a realidade.

Também um dos representantes do segmento Industrial refere-se à compra de terras na região na década de 1970 como:

o governo do Estado comprou aquelas áreas pra reflorestar de pínus, comprando daquela gente a preço vil a terra, expulsando eles de lá pra cidade eles tiveram uma vida muito pior, muito pior, vindo pra cidade grande onde eles não tinham mais o compadre, eles não tinham mais a terra, e não eram capaz de ter uma galinha, de ter um porquinho, de caçar um bicho do mato lá de vez em quando, eu acredito que pra eles aquele negócio não foi bom não. O pior, o pior foi o reflorestamento de pínus. (Industrial. Entrevista nº 1).

Na visão do entrevistado, a perda da terra foi prejudicial para os pequenos agricultores, pois, segundo ele, houve o intermédio do governo do estado para o desenvolvimento intencional de uma área de reflorestamento em detrimento da

pequena lavoura. Dessa forma, num outro ponto da entrevista, o Industrial comenta:

mas a perda da terra não foi uma coisa boa pra eles; eu acredito que sinceramente isso não...o nosso amigo lá da Águia, ele não tem culpa porque ele comprou as áreas do governo, ele já pegou o bolo pronto, mas o governo que tirou a terra daquela gente a preço vil pra poder fazer reflorestamento, acho que não foi uma boa não! (Industrial. Entrevista nº 1).

Como nosso questionário permite uma certa flexibilidade, por se tratar de entrevista semi-estruturada, permitimo-nos levantar o seguinte questionamento ao Industrial: A instalação de sua firma na região influenciou no processo migratório? Ou retirou a autonomia dos pequenos agricultores? A isso o empresário, na condição de diretor de produção da Costalco, respondeu:

depois com mineração baixou um pouquinho. (...) A mineração no tempo em aquilo estava com força total foi muito bom pra eles, muito bom. O que acontece é o seguinte é que eles continuavam a ter a terra e continuavam a desenvolver. Então era ele que trabalhava, vamos dizer, nos domingos, nos feriados, trabalhava depois do horário, era a mulher que trabalhava também, porque a mulher sempre trabalhou nesse negócio de plantar de poder criar das suas galinhas, do porquinho n/é? Eu acredito que a mineração veio e ajudou a uma série de desenvolvimento, inclusive de poder ter um salário no final do mês com que eles podiam comprar mantimentos até financiados que antigamente era mais difícil n/é? (Industrial. Entrevista nº 1).

Numa outra categoria, analisada a partir dos dados e das entrevistas, ressalta questões relacionadas ao plantio, a infraestrutura e as condições sociais.

Sobre a condição de plantio, o migrante se refere: “a nossa luta lá era dificuldade mesmo, era só serviço no braço, tinha que fazer; lá não existia esse negócio de maquinário nada disso, era um serviço judiado bastante”. (Migrante. Entrevista nº 1).

Deve-se levar em consideração que mesmo nos últimos anos do século XX, ocasião em que foram levantados os dados sobre Itaiacoca pelo EMATER, a situação de sobrevivência pela produtividade agrícola na região era impraticável,

pois “as lavouras são conduzidas ainda utilizando técnicas rudimentares como a chamada “roça no toco” e o uso da queimada para obtenção da limpeza, bem como de cinzas que servem de adubo. Tudo isso realiza-se com o uso basicamente da força-de-trabalho humana, mas também animal”. (SOUZA, 2000, p. 250).

As condições sociais na localidade deixam a desejar se comparada com a conjuntura do mesmo período na cidade. Diz o relatório:

Em termos de infra-estrutura a comunidade apresenta as seguintes características: estradas em péssimo estado de conservação, sem existência de bueiros, nem de pontos para drenagem das águas pluviais, tornando-as intransitáveis mesmo após algum período de estiagem; sérios problemas de acesso a serviços de saúde, pois o posto de saúde mais próximo localiza-se a aproximadamente vinte quilômetros, que se agrava ainda mais pelas dificuldades de transporte da comunidade; a escola, que atende as famílias, dista cerca de vinte quilômetros e aos alunos somente o primeiro grau é oferecido; condições precárias de moradias tanto em termos de tamanho, como em termos de qualidade; inexistência de energia elétrica (a mesma foi instalada somente em uma das propriedades, cujo proprietário reside em São Paulo, estando a 500 metros da residência mais próxima); coleta de água realizada em minas, poços e rios, sem nenhuma canalização e nem tratamento; inexistência de igreja, centro comunitário ou armazém; e difícil acesso à comunicação por telefonia, já que este serviço localiza-se a 27 quilômetros. (IDEM, p. 249).

A respeito dessas condições, um de nossos entrevistados diz:

E era um tempo que quase nem estrada não existia para aqueles lado lá então era na base da carrocinha, cavalo essa coisas n/é? E pra pegar uma condução pra gente vir pra cidade a gente tinha que caminhar 30, 40 Km a pé pra pegar uma carona pra chegar a té a cidade porque era longe lá aonde a gente morava n/é? Então tudo isso era dificuldade n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Esse tempo, referido pelo entrevistado, trata-se do início da década de setenta, isso porque refere-se ao período anterior ao seu deslocamento definitivo para a cidade, que foi em 1977. E continua, “daí o povo ia muito pra cidade com carrocinha de cavalo por causa que a estrada era muito ruim, se chovesse condução nenhuma ia, a não ser carroça com cavalo mesmo, porque as estradinhas que tinha malmente cabia o carro n/é?” (Migrante. Entrevista nº 1).

Essa dificuldade aparece na voz de outro migrante quando diz:

Eh... a dificuldade era muito grande n/é? Lavoura de milho, feijão era a luta nossa lá, era milho, feijão, criame de porco. Naquele tempo nós criava porco... só porco comum n/é? Não existia esse negócio de porco de granja sabe? Mas...eu tinha meu pai e minha mãe que eram doentes, lá não tinha médico, não tinha nada, que nem... as vezes pra vir pra cidade tinha que andar eu mesmo com 14 anos andei uma média de 40 Km a pé pra vir pra cidade. Era um dia e meio a pé, a cavalo eu vinha as vezes, mas já na época não tinha nem onde deixar o cavalo aqui n/é? Então você tinha que vir a pé pra pegar carona, caminhão de tora, caminhão dali do Passo do Pupo pra cá já tinha movimento do talco n/é? Então a esperança era essa...pegar carona, mas isso tinha que andar muito e tinha que andar 40 Km lá de onde eu morava. (Migrante. Entrevista nº 2).

A comunidade de Sete Saltos está a 65 quilômetros de distância de Ponta Grossa; sua descrição em termos de infraestrutura é muito similar ao da região do Carandá. O ponto de destaque dessa região é estar no caminho dos intensos carregamentos de madeira, oriundos da reflorestadora; por isso suas estradas, segundo o EMATER (1998 b), apresentam condições intrafegáveis, restringindo, desta forma, a circulação de veículos aos dias secos.

Essa observação do relatório da EMATER se faz presente na percepção do entrevistado, que vai além e propõe:

O transporte, a estrada que nós tivemos também muita dificuldade, já está um pouco melhor, mas ainda é preciso mais...ser mais rigorosa a fiscalização de estrada, porque você vê as vezes nós ficamos aí 8, 10 dias sem estrada n/é? E o que que é isso? E tem, existe recurso pra isso n/é? Até da própria Águia. Agora mais ou menos um mês atrás como ficou incrível! Precisou quebrar as carretas deles, prejudicar o movimento deles para eles botarem maquinário, porque eles como, eles tem condições, eles são donos da Águia. Só que eu não sei o que eles trataram no convênio deles aí com o prefeito e com as outras demais firmas. Mas eles pegaram o pó com as duas mãos n/é? Você viu como melhorou bem n/é? Se continuar assim já está melhor, mas nós queremos melhor ainda, nós queremos asfalto! (risos) porque o dia que continuar o asfalto nós vamos ter melhor condição de ir a Ponta Grossa numa precisão n/é?. (Resistente. Entrevista nº 1).

A melhoria das estradas é atribuída a instalação de firmas, sobretudo, aquelas que usam-nas para o transporte de cargas de madeiras; porém, a falta de manutenção também pesa sobre as empresas. No entanto, essa dificuldade de tráfego é sentida pelos industriais, acarretando muitas vezes em prejuízos e no

desembolso de recursos próprios para sanar problemas que consideram do Estado. Assim, diz o empresário entrevistado sobre a instalação da empresa na região e as condições das estradas:

No começo foi bastante difícil. Bastante difícil também a estrada. A estrada sempre foi um problema sério, nós gastamos milhões e milhões de reais lá fazendo a manutenção da estrada. Punha no final de semana 5, 6, 7 tombeiras pra carregar pedra pra poder tapar buraco, levar trator pra poder acertar, chegamos a comprar uma patrol pra poder patrolar as estradas. Então veja de incentivo nós só tivemos a nossa força mesmo né? Nada de incentivo governamental pra essas coisas. (Industrial. Entrevista nº1).

Segundo nosso entrevistado, não houve por parte do poder público, incentivo para a melhoria das estradas da região, por isso a necessidade de usar recursos próprios; talvez por isso nosso entrevistado manifeste com orgulho a denominação de seu sogro para a estrada que liga Ponta Grossa a Itaiacoca. Diz ele: “Veja, na realidade quem começou a investir lá em Itaiacoca foi meu sogro, Peri Pereira Costa, a estrada hoje lá para aquela região de Itaiacoca inclusive recebe o nome dele. Estrada Municipal Peri Pereira Costa”. (Industrial. Entrevista nº 1).

A economia dessa localidade está limitada pela condição do solo, pois

os solos dessa comunidade apresentam ondulações que variam entre 20 e 35%, mas em alguns casos podem chegar até 60%. Existem ainda muitas matas e terrenos em pousio. Diante dessas dificuldades e associadas a uma distância considerável do mercado consumidor, observam-se sérias restrições ao desenvolvimento dos sistemas de produção. (EMATER, 1998 b. Apud: SOUZA, 2000, p. 251-252).

As condições do solo na região e a dificuldade nas vendas dos produtos foram destaques nas falas de nossos entrevistados. Um dos Resistentes diz:

Então hoje nas minhas condições que eu tenho eu voltei quase como comecei quando era àquele tempo a lavoura oferecia o direito pra gente que poderia criar família. Já que os meus estão todos criados, agora não digo que hoje várias pessoas vão criar família da lavoura como criava antes. Aqui não dá porque as terras são muito dobradas, a pessoa não pode produzir bastante, porque não dá pra mecanizar roça que nem eu digo, uma pessoa que vai fazer uma roça, que vai criar uma família, ele não vai conseguir seu salário de sustento da terra, ele vai ter que dividir muita coisa, mesmo que agora as matérias de hoje, o funcionamento do governo que está beneficiando o

pessoal, o bolsa família está ajudando bastante pro lado das pessoas. (Resistente. Entrevista nº 2).

Embora tenha conseguido criar todos os seus filhos e garantir o sustento da família vivendo na região, o entrevistado é realista (ou pessimista) em relação ao solo e às condições de produtividade agrícola; por isso ressalta que a mudança de atividade foi o que possibilitou a sua sobrevivência e resistência na localidade.

“Não desapropriei do que eu tinha, mas o que eu ganhei numa altura em negociação, de movimento de trabalho, de outro tipo de trabalho não na roça, e como o criar dos filhos com o movimento que a gente teve, educar os filhos, dá estudo pros filhos, que hoje estão todos casados, só tem uma solteira.”. (Resistente. Entrevista nº 2).

No que diz respeito ao mercado consumidor, além do distanciamento, citam outras impossibilidades, como a competitividade com o mercado local, por exemplo. “E, além disso, o que a gente plantava lá dava só que na hora de vender a sobrinha que sobrava não tinha preço, então era meio dado quando aparecia um comprador a gente tinha que quase meio dar a mercadoria”. (Migrante. Entrevista nº 1).

Esse pequeno agricultor não menciona a baixa produtividade, mas fala da dificuldade associada à venda dos produtos agrícolas devido à concorrência, e, em virtude disso, o baixo preço.

E o que plantava lá era mais milho e feijão, esse era o mantimento que eu plantava lá, algum ou outro plantava arroz mas não era todos e esse aí a maior parte tinha que vim vender na cidade aí muito que anda com o tempo começou a ir comprador aqui, mas ia as vezes não se acertava no preço e aí o pessoal não vendia n/é? Final da história acabava vindo vender na cidade. Nós vinha ali, as vezes não conseguia vender, tinha que voltar e ficar esperando, o preço era muito ruim n/é? Tinha gente que chegava perder o mantimento dentro da casa por não ter preço pra vender n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

A ausência de preços adequados para a venda dos produtos na década de setenta, pode estar intimamente ligada ao processo de mecanização da agricultura, o qual passou a produzir em larga escala; portanto, conforme a lei da oferta e da procura, a existência de muito produto no mercado o torna mais barato.

O entrevistado do segmento “Resistentes” comenta que houve uma época boa para a agricultura e para o comércio e faz uma abordagem ambígua referente ao processo de modernização da lavoura.

Eu tive um tempo de boas condições, agora na minha idade já não está ela tão boa, está bem mais fraco do que o tempo que eu lutei com comércio, eu estava mais ou menos de vida e depois disso aí que desenvolveu o comércio de uma certa maneira que pode-se dizer que hoje é mais ativo, mas pra mim não...não melhorou, pra mim está mais difícil. Mais difícil porque a gente já não tem a força que tinha e a gente não ta aceitando assim muito bem o desenvolvimento por falta de cultura acho que deve ser. Então daí eu acho pra mim ficou difícil, mais um pouco difícil, não tanto. Em certo sentido é bem melhor, porque hoje tem tanto recurso, tem estrada, pode-se dizer estrada boa, ao tempo que eu comecei trabalhar. Mas do outro lado ela torna-se difícil porque é mecanizado e pra mim não estou aceitando muito bem. Visto que ela ta bem melhor, comparando esse tempo que eu tive está bem melhor. Eu fazia em seis horas daqui até Ponta Grossa, hoje eu faço em 40 minutos. Então nesse sentido facilitou, mas aí depende de condição financeira, depende adquirir esses meio para facilitar a luta e pra facilitar também a parte de lavoura. (Resistente. Entrevista nº 1).

Além disso, confirma o relatório do EMATER, que: “nessa comunidade predomina a produção de base familiar com baixo nível tecnológico e de capital, assim como baixa qualidade de mão-de-obra e uma forte exploração assentada nos recursos naturais disponíveis (...) muitas propriedades dispõem de áreas com pastagens nativas e cultivadas, mas o manejo dos animais é mínimo e a bovinocultura é uma atividade mais espoliativa do que econômica”. (EMATER. Apud. SOUZA, 2000).

Por isso tudo há, segundo os moradores da região, uma constante procura por outras formas de trabalho que gerem novas oportunidades de emprego para os membros da família. Baseado nisso, segundo o EMATER:

São produtores conscientes da fragilidade do seu solo no que tange a erosão e a pequena capacidade de produção devido a uma fertilidade baixa, aliada às pequenas propriedades das famílias. O capital de giro é um problema constante e dificulta uma expansão nas áreas de produção. O êxodo ocorre com os jovens que não encontram condições de permanecerem com os pais na propriedade, indo então principalmente para Ponta Grossa e Campo Largo, ou outra cidade qualquer em busca de serviço e dinheiro para enviar a seus pais reduzindo assim as dificuldades da família. Os reflorestamentos próximos à comunidade são fonte de uma renda extra para as famílias, quando contratam pessoas para os trabalhos de manejo inerente à exploração. (EMATER, 1988 b).

Em relação aos serviços sociais básicos, o relatório apresenta as seguintes constatações:

Com referência ao atendimento de saúde, o mesmo é obtido tanto na comunidade de Cerrado Grande, como também no posto de saúde da comunidade próxima, o qual localiza-se no município vizinho de Campo Largo. É também neste município que se encontra o único telefone disponível aos moradores. As condições de moradia são débeis, pois as condições econômicas e financeiras das famílias não possibilitam um aumento dos cômodos e durante a noite os mesmos locais referentes à sala e cozinha transformam-se num único dormitório. As condições de saneamento são também muito precárias aumentando os casos de verminoses na população residente. Apesar disso, a comunidade conta tanto com uma excelente igreja de alvenaria (em Sete Saltos de Cima) onde se reúne a população e se realizam suas festividades, bem como com um cemitério. (IDEM, 1988 b).

O serviço de saúde é uma preocupação constante dos moradores da localidade de Itaiacoca, principalmente das regiões mais afastadas. Desta forma aparece na voz do morador do Bairro Roça Velha, quando perguntado sobre as condições de vida atualmente (queixas pertinentes com o relato acima do EMATER):

O que falta aqui é...Em primeiro lugar é uma assistência de saúde, mais bem assim, mais bem assessorada, vamos dizer assim, tomar um cuidado melhor pra dizer bem certo. Nós temos já, melhorou bastante, a vista no passado, porque no começo da nossa luta nós não tinha doutor médico. Então hoje nós dependemos muito do doutor médico formado em medicina. Eu acho que é o que eu penso assim, se nós tivesse uma assistência mais...rigorosa pra saúde eu acho que melhora bem paras as famílias viu. Acho que em primeiro lugar, principalmente a saúde. Tem o médico mas o médico vem de cada 8 dias,

quando que ele precisava... podia ter um médico diariamente, pode ter n/é? Tão perto, o que é 40 Km daqui na cidade? (Resistente. Entrevista nº 1).

Com todas as observações apresentadas, torna-se fácil compreender os motivos que levaram aos pequenos agricultores da localidade dos Sete Saltos a migrarem para a cidade. Na cidade a vida dessas pessoas passa a ser regida pela dinâmica capitalista; assim, “para os migrantes que chegam expulsos do campo, a cidade continua sendo o lugar onde há mais trabalho, embora lhes sejam destinados empregos sem qualificação e mal-remunerados”. (HABERT, 2003, p. 19). Ademais, aos que resistiram e continuaram a residir no meio rural, ainda há carência de infraestrutura e de serviços sociais como saúde e educação.

A comunidade do Caçador foi descrita pelo relatório (SSR & PESR, 1993), e trata-se de um aglomerado rural, situado a mais ou menos 50 quilômetros de Ponta Grossa. Na época do levantamento (1993), a principal atividade econômica da comunidade estava centrada na agricultura; porém esta se apresentava com baixa produtividade devido as más condições do solo e de “um sistema primitivo de roças que não utiliza nenhum tipo de insumo moderno”. (SOUZA, 2000, p. 254). A maior parte da renda, portanto, era obtida anualmente pela locação da mão-de-obra em atividades de reflorestamentos da região, serviços de transporte e aposentadorias dos mais idosos.

É dessa região que sai a maior parte do efetivo da Águia Reflorestadora, sendo que a baixa produtividade do solo é o principal motivo. Sobre essa troca de ramo de atividade, as considerações dos entrevistados são dicotômicas, pois ao mesmo tempo em que percebem não haver alternativas para a subsistência,

também são conscientes sobre a perda da autonomia em relação ao trabalho na lavoura.

Ontem ainda estava falando não tem maquinário...não tem como lidar, não tem como plantar. Então o pessoal agora aí pegou essa mania: “vai trabalhar pra Águia!” Não quer trabalhar mais na lavoura, trabalha pra Águia, é e daí, um ano ou dois anos, pede a conta ou apronta qualquer coisa lá e fica só vagabundeando. O bairro do Caçador está sim, ninguém mais quer trabalhar. Então eles vem estragando o sistema do povo. É uma firma que de um lado de muito resultado, como diz o Ferdinando, eles tem dois mil funcionários. Mas os que eles mandaram embora, sem mais nem menos, sem direito. Então eu fico aqui pensando...o meu piá às vezes fala “olha pai eu vou me entregar, eu vou trabalhar pra Águia”. Eu falo pra ele: você que sabe, lá todo mês você está recebendo, agora ela não está garantindo mais ninguém! Não adianta! Vai lá trabalha um ano e daqui a pouco te mandam embora por qualquer coisa, te pagam por direito, dá uma porcaria de um lucro aí você vai ter quer vender todas as tuas coisas. Eu não vou te dar nada! Você já tem teus recursos. (Resistente. Entrevista nº 1).

No Caçador, as condições sociais são descritas da seguinte forma:

A infra-estrutura de serviços comunitários resume-se à existência de uma capela de madeira, onde mensalmente recebe-se a visita de um frei, e da escola municipal. O sistema de esgoto sanitário da comunidade é extremamente precário. O abastecimento de água local é realizado ainda de forma individual e coletiva. Este último “sistema” baseia-se na captação de água de uma fonte a montante do rio Caçador, sem proteção nem tratamento. Constatou-se a presença de uma escola municipal “integrada” (os alunos recebem aula em conjunto numa única sala de aula). Existe também um serviço de transporte escolar, que conduz os alunos dessa comunidade para a de Cerrado Grande, onde existe escola consolidada, porém, não existe transporte coletivo afora o ônibus escolar. O aglomerado é abastecido por uma rede de energia elétrica rural monofásica, todavia, atingia na época apenas 46% das moradias da localidade. Não existe telefone na comunidade, sendo que o posto telefônico mais próximo encontra-se a 15 quilômetros de distância. (SOUZA, 2000, p. 253).

Como nas demais localidades já descritas, a infraestrutura deixa a desejar se comparada à cidade na mesma época. O sistema de energia apontado na citação foi implantado somente na década de 1980, portanto no período mais intenso de migração (1975-1977) a energia elétrica ainda era algo tratado como um ícone de modernidade tipicamente urbano. Assim, nos relatos dos Migrantes aparece:

Ah! Isso foi o que a gente percebeu logo de início! Que lá era tudo na base do lampiãozinho a querosene né? E aqui, chegou aqui, luz tudo, então aquilo ali

a gente sentiu outra coisa n/é? A água a gente sentiu diferença porque tinha que pagar n/é? E lá não! Lá não precisava pagar água n/é? Energia a gente sentiu outra coisa...porque lá tinha n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Passam a comparar o campo com a vida na cidade, e, desta forma, utilizam a falta de energia quase como um fator determinante para a decisão de migrar ou resistir.

O pessoal hoje em dia tem energia elétrica lá, tudo... pode manter o negócio bem diferente do que era antigamente. Isso aí que nem nós pensava que hoje em dia fosse estar que nem está agora; naquela época ninguém pensava nisso, se todos pensassem isso, maior parte tinha ficado por lá. (Migrante. Entrevista nº 1).

Num outro trecho da entrevista, quando indagamos a esse mesmo migrante sobre seu vínculo atual com Itaiacoca, ele respondeu: “mas hoje a gente pensa... se a gente tivesse lá, podia estar bem melhor n/é? (muito emocionado). Porque hoje até luz tem no Itaiacoca...que era um negócio que a gente nunca esperava, nunca sonhava que ia ter luz, e hoje tem tudo isso n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

A comunidade do Passo do Pupo, por sua vez, apresenta-se em melhores condições socioeconômicas se comparada com outras localidades da região descritas acima. Os terrenos das propriedades rurais são variados, podendo ser de pequeno, médio ou até grande porte (As informações para o Passo do Pupo foram levantadas com a própria Prefeitura Municipal de Ponta Grossa).

A economia é marcada por pluriatividades, muitas das quais ligadas ao turismo, a construção civil, nas atividades mineradoras da região, ou mesmo nos empregos da cidade, favorecidos pela distância relativamente curta, com um tempo de deslocamento de aproximadamente vinte minutos até Ponta Grossa. Diz a descrição da Prefeitura: “o acesso pode ser realizado rapidamente (aproximadamente vinte minutos) e sem muitos problemas, pois a estrada é

praticamente toda asfaltada. A rodovia Ponta Grossa – Biscaia (outra localidade mais ao interior do distrito) é a maneira mais fácil e econômica de chegar a esta comunidade rural”. (SOUZA, 2000, p. 254).

A comunidade do Passo do Pupo dispõe de um território marcado por uma beleza natural exuberante, com muitos pontos turísticos, sendo que dois deles se destacam: as chamadas Furnas Gêmeas e o Buraco do Padre. Nestes locais constata-se a presença de matas nativas. Desta forma, a paisagem torna-se uma mistura de pecuária extensiva, agricultura e de locais de exploração turística.

Talvez seja por essa descrição de caráter prático, se comparada as demais localidades, que haja nessa comunidade investimentos e assistência mais veementes por parte do poder público. Sendo assim, na percepção de um habitante Resistente, existe prioridade de recursos para a comunidade do Passo do Pupo. Considera ainda que há uma má administração dos programas de incentivos aos pequenos agricultores. Diz ele:

seria melhor se nós tivéssemos uma assistência, uma cobertura, vamos dizer, do prefeito ou do governo. Pode-se dizer que estamos sonhando n/é? Eles oferecem as coisas mas não realizam. Nós temos que ter... bom fazem reunião n/é? Vem um pessoal na época da... agora por esses tempos, semana passada teve aí uma reunião sobre sementeira, oferecendo semente, depois vai fornecer semente. Só que existe uma coisa que eu já falei aí...acho que a gente tem que falar isso, eu agora eu só tenho a reclamar, porque não aceitam a minha opinião? (risos) Eu sei o que é preciso fazer, e o que é preciso fazer? Ofereceram, tem que cumprir! Porque não adianta vir aqui fazer uma reunião “olha, vamos fazer o cadastro, cadastrar a comunidade”. Todos precisam de semente, selecionada n/é? Todo ano precisa plantar, só que hoje não tem tempo viu. Mas a cada tempo que eles tenham uma qualidade de semente, “nós prometemos”. Não! A promessa só não...não resolve! Então ficou o meu cadastro lá...ficou o ano todo e quando veio, deslocaram tudo. Eles não fazem assim uma rotina, uma seqüência, vamos supor: Itaiacoca começa lá no Passo do Pupo, então? E em toda parte você vê que tem lavoura, um pouco tem! Então anote lá no começo da safra, não é um trator só que vai vencer, então põem um lá no Passo do Pupo, põem outro no Cerradinho, esse do Cerradinho já pode servir aqui e daqui já poder servir o Caçador e do Caçador pode servir o Boa Vista e assim seja. Mas eu não sei, não que eu queira ser melhor do que os outros. Eu só tenho um passado, um sofrimento do passado. Então é por isso que a gente aprendeu como dever tocar as coisas em seqüência, pra ver se melhora pro povo n/é? Eu pra mim... pra mim está bom viu. Do jeito que eles estão fazendo agora o que é que eu vou fazer? Mas

só que não tem administração. Eu falei pro rapaz lá na prefeitura n/é? Digo como é isso aí? Cadê o trator? “Éh...o trator ta quebrado, porque não sei o que e não sei o que...” Daí por que se firmou? Então o que falta é eles consultarem os próprios agricultores, exatamente, mas consultar como eu digo pra eles na reunião eu falei assim: “olha aqui, vocês vão me liberar pra falar?” Eu não tenho assim uma preparação... não sou assim... como é que posso dizer? Eu não tenho expressão pra falar. Eu sei o que acontece, eu sei o que é preciso, mas eu não sei me expressar. Só que existe isso “vocês dão conveniência e esse sistema de conveniência atrapalha tudo, porque vocês deixam, bom vamos dar um trator,...vamos supor...quem é o mais poderoso do Passo do Pupo? Aquele que é mais forte que mais pode, aquele é que abraça...Oh! ele não precisa!tem que proteger a classe pobre vamos dizer...não faz isso. Olha Aparício bem na verdade o que falta pra nós...o que falta mesmo é administração, porque o estudo até não está dos piores. Está bom! Aos poucos aos poucos está melhorando, mas precisa melhorar mais! Precisa administração! (Resistente. Entrevista nº 1).

A argúcia do entrevistado, ainda que seja de senso comum, tem fundamento se levarmos em conta a descrição das condições sócio-econômicas gerais do Distrito realizada pelo EMATER (1993), pois fica nítido que a comunidade do Passo do Pupo é mesmo privilegiada em detrimento da carência de outras localidades. Como já mencionado, essa localidade possui infraestrutura melhor se comparada às outras. A esse respeito diz a descrição sobre o local:

A totalidade dos seus moradores possui energia elétrica instalada e verifica-se ainda a ocorrência de iluminação pública equiparando-se assim às comunidades de Cerrado Grande e Biscaia. Além disso, é servida por um sistema de transporte coletivo o qual tem uma frequência de três vezes ao dia. É dotada de um posto telefônico, de estabelecimentos comerciais, igreja e cemitério. Contudo, quanto ao sistema de saúde e educação, ainda se encontra dependente em relação ao município de Ponta Grossa, ou mesmo da comunidade melhor estruturada. (SOUZA,2000, p. 256).

A última localidade descrita é denominada Biscaia. Essa comunidade situa-se ao norte do Distrito de Itaiacoca; difere da região sul, sobretudo, pela infraestrutura da qual dispõe. A economia está baseada na mineração, mas também há na região atividades ligadas ao turismo, o qual na opinião de (SOUZA, 2000), “assegurariam perspectivas promissoras num futuro não muito distante” pelos contornos turísticos que apresenta.

Sobre as atividades de mineração que nos interessa nesse caso, perguntamos aos Migrante e Resistentes se essa prática interferiu em suas vidas. Para tal indagação, as respostas foram sintéticas, mas contundentes. Um de nossos Resistentes, ao manifestar-se a respeito da atividade de mineração na região do Biscaia, remete a um histórico condizente com os dados levantados no capítulo 2 desse trabalho. Assim descreve:

O tempo da Costalco um pouco antes começou a se desenvolver com a fábrica de cal e depois com a Costalco que era a Mina São José, não era o Costalco que existe hoje, mas aí começou a melhorar, porque aí apareceu o pessoal oferecendo emprego então muitos se empregaram na mina de talco, aí depois que eles foram descobrindo foram puxando mais a área pro lado do Biscaia. Pra mim influenciou, porque eu tive como, assim, tive um pensamento de comprar uma condução pra mim, e o qual podia aquele movimento da costalco, do cal beneficiou, porque daí que começou aquele movimento de caminhão. A maioria dessas pessoas que pertenciam, até uma parte que pertencia a minha família, muitos já se foram, mas hoje os netos que estão trabalhando hoje como funcionário da Costalco, então depois que funcionou mesmo a Costalco a mina São José fechou. Eu acho que de um lado, de um lado, a parte da saúde, as empresas dão cobertura. (Resistente. Entrevista nº 1).

Como tinha sido descrito na breve biografia do entrevistado, ele possuía um armazém (comércio) e um caminhão, com os quais tratava de fazer carretos de Itaiacoca - Ponta Grossa para suprir as necessidades de mantimentos, que porventura não fossem produzidos na agricultura familiar. Sendo assim, é perceptível no depoimento que a instalação de empresas mineradoras no distrito influenciou economicamente o cotidiano do entrevistado.

No depoimento do outro Resistente, a instalação das fábricas na região também foi vista como algo positivo e progressista. Em resposta a pergunta - se a Costalco interferiu na vida das pessoas -, o depoente respondeu:

MUITO BEM, pra todo mundo não só pra mim. Tanto a Costalco que é a primeira influenciou muito muito pra lá bastante também deu credibilidade a bastante família que lá tiveram trabalho, tiveram renda mensal. A Costalco, ela forma de um trabalho de talco importado não sei pra onde e de um tempo pra cá ela deu uma baixa, eu não sei porque que foi que deu uma baixa toda a

firma da Costalco, como a Costalco é uma das mais influenciada, outras também, são menos, mas estão trabalhando. A Costalco nunca parou, está continuando, alguma outra deu baixa e ela continua exportando material pra outros países acho eu. Com toda certeza melhorou a vida das pessoas depois da Costalco, mas com toda certeza sim! Eles foram muito beneficiado, todos os empregados, não só pela empresa da Costalco, como muitas outras também deu emprego pra bastante gente. As pessoas deixaram de trabalhar na lavoura e foram trabalhar com o talco e isso foi muito bom... foi muito bom. (Resistente. Entrevista nº 2).

Em relação a infraestrutura, é assim descrita por SOUZA: possui...

uma considerável infra-estrutura, a saber: energia elétrica, iluminação pública, posto telefônico, estabelecimentos comerciais, posto de saúde, escola da rede estadual, capela e cemitério. Somente com relação à questão da água e do esgoto sanitário ela permanece problemática: no primeiro caso, apesar de existir abastecimento a água oferecida não sofre tratamento e, no segundo caso, realmente não existe sequer promessa de instalação. Em todo caso, essa razoável infra-estrutura requer reformas, ampliação e manutenção, principalmente com relação à escola, à praça, etc., e que não vêm sendo realizadas por parte do poder público municipal que há várias décadas não lhe dispensa a devida atenção. (SOUZA, 2000, p. 256).

Por estar inserida numa região de terras relativamente férteis, há também uma ocupação na agropecuária por muitas famílias da região; algumas inclusive sendo proprietárias, mas que se abstém de cultivar a terra, dispondo-as para o lazer e/ou arrendamento a terceiros.

Com esta descrição sócio-econômica e geográfica da região de Itaiacoca ressaltam os fatores endógenos, os quais são de ordem natural e climática, mas também aparecem fatores exógenos em ações políticas, ou melhor, na falta de ações políticas, tanto para os empresários que investiram na região como para os pequenos agricultores, sendo que a migração em muitos casos foi à solução encontrada para a sobrevivência da família, ou, em outros casos, a mudança de ramo de atividade e a permanência no campo.

No item a seguir, evidenciaremos duas categorias que surgiram a partir dos depoimentos, que são: a “agricultura familiar” e o “bairro”. Trataremos das duas separadamente, embora sabemos que por vezes elas se misturam devido às

relações de atividades cotidianas.

3. 2.3 Categorias empíricas: agricultura familiar

Entendemos por agricultura familiar aquilo que corresponde a uma unidade de produção agrícola, na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Essa pequena produção tem grande importância no abastecimento de alimentos. Segundo o IBGE, no Brasil, apesar de ocupar uma pequena área de 17,5% das terras, esse tipo de atividade é responsável pelo fornecimento de mais da metade dos produtos básicos da alimentação e dos hortifrutigranjeiros.

Para José Eli da VEIGA, “a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Esta diversidade é também regional”. (VEIGA, 2001). Sendo assim, em Itaiacoca as particularidades intrínsecas à agricultura familiar são mencionadas de forma nostálgica pelos pequenos agricultores, tanto para aqueles que migraram como os que permaneceram em Itaiacoca.

O primeiro migrante entrevistado relembra a região onde morava e trabalhava. Diz ele:

então a gente casava, fazia sua casinha de apar lá...e, então em um povoadinho assim n/é? Entre família n/é? Ficava tudo em família, depois vinha outras redondezas mais por perto assim, principalmente quem morava em outro bairro assim. Mas divisava com o terreno do meu pai, então ali no povoadinho cada um tinha sua divisa de terreno n/é? (Migrante. Entrevista nº1).

Ressalta duas informações na fala do migrante: a questão da demarcação territorial de bairro e família, e a idéia de aglomeração no bairro. Embora exista a

informação de separação em terrenos, ao mesmo tempo parece haver satisfação na idéia de “povoadozinho” presente na voz do entrevistado, ou seja, a propriedade privada não interfere na vivência coletiva.

Um dos Resistentes entrevistado por nós fala sobre a modernização da agricultura como sendo um dos fatores que levaram a desestruturação da agricultura familiar.

Ao refletir sobre a individualidade proposta pela mecanização do campo pelos financiamentos, dos quais puderam beneficiar-se aqueles que já dispunham de alguns recursos, diz o pequeno agricultor Resistente sobre os agricultores que conseguiram empréstimos ou outros benefícios para modernizar a lavoura:

Hoje...não é falar mal...mas a maior parte do povo é ganancioso, quer mais pra si, judia um do outro e é aquela coisa. Por que? Falta de união n/é? É essa falta que nós estamos...estamos sentindo hoje n/é? E a maior parte viu Aparicio, puxa conveniência n/é? Convém, leva tudo aquilo lá “não nós vamos por lá..não” e isso é que atrapalha, não acha você? (Resistente. Entrevista nº 1).

Mais adiante, ele reporta com nostalgia o porquê de sua insatisfação com a mecanização, uma vez que, segundo seu relato, retira a autonomia e a união dos agricultores.

Como que nós fazíamos as coisas assim todos reunidos, quando nós estávamos trabalhando junto. Se reuniam todos pra trabalhar, fazer puxirão²⁶ n/é? E por que que hoje quer tudo individual: não pode! Está certo cada um tem que fazer a sua parte, mas tem que ter cobertura total pra comunidade, e nós temos isso aí, porque é falta de administrativo. Isso aí não é praticado mais. (Resistente. Entrevista nº1).

E continua o pequeno-agricultor, num discurso altamente nostálgico e romantizado, a lembrar de um tempo em que a agricultura familiar era fortemente praticada. “Então esse povo todo usava o mutirão, pra fazer as roças, era a coisa

²⁶ O termo “puxirão” é comumente utilizado na região de Itaiacoca e remete a uma organização coletiva de trabalho na lavoura, ou seja, pode ser entendido como sinônimo de “mutirão”.

mais linda que tinha viu? Nós se reunia ali em 50, 70, 100 homens trabalhando juntos, lutando, carpindo, plantando. Era o sistema antigo, era esse. Então eu acho que igual a esse sistema não vai voltar, não tem como!”. (Resistente. Entrevista nº1).

A idealização do itaiacocano sobre o trabalho em família no campo supera por alguns instantes as dificuldades existentes no cotidiano, fazendo-o referir-se ao trabalho como algo prazeroso. Diz o entrevistado sobre o assunto:

esse gosto, esse lazer nosso caiu, porque aquele sistema de nós ficarmos lá sovando no meio da capoeirada lá, cozinhando no estaleiro, comendo feijão, arroz e toucinho de carne de porco. Isso aí olha...eu tenho até saudade disso. Então, esse era o sistema prático nosso e simples, todo mundo trabalhando junto. Você vê ali nas terras dos Boava, nós ia lá... eu quando era piação, nós se reunia pra pousar lá na casa dos Boava, morava o Arlindo, o mais novo n/é? Nós pousávamos lá 40, 50 pessoas, pousando lá...pra no outro dia 6 horas nós já estávamos na capoeira. Inverno velho, descalço, pezão partindo na geada e ia embora. Quer dizer, mas pra nós era gostoso isso. (Resistente. Entrevista nº 1).

A lembrança do agricultor sobre o cotidiano de trabalho revela detalhes exaustivos em relação à lavoura, contudo, ainda é motivo de boa recordação pelo caráter comunitário que a prática apresentava.

O empresário entrevistado também faz menção a agricultura familiar quando perguntado como via o povo que habitava Itaiacoca. Assim se refere:

Era um povo assim, simples, eles tinham lá aquilo tudo lá aquele tipo de agricultura familiar em que eles muitas vezes se ajudavam no chamado pixirão²⁷, um vizinho, um compadre ajuda o outro; eles tinham, vamos dizer, casas simples, mas perto de uma água boa; eles tinham uma vida simples, mas eu acredito que eles eram felizes sabe? Dentro da simplicidade deles. Lógico eles não tinham uma escola, eles não tinham um posto de saúde, eles não tinham um salário, eles viviam com dificuldades, mas eu acredito que eles eram felizes. (Industrial. Entrevista nº1).

Interpelamos mais uma vez para o fato que, com a instalação de empresas no meio rural, o pequeno agricultor perde ou não a autonomia de trabalho. Sobre

²⁷ Trata-se de uma variação do termo “puxirão” já explicado na nota anterior.

isso e continuando o depoimento, o Industrial reporta: “eu acredito que nós fizemos um trabalho bastante interessante na época ajudando aquele povo a ter um certo desenvolvimento”. (Industrial. Entrevista nº 1). Baseado nisso, indagamos em torno do que seria esse desenvolvimento, a que tivemos a seguinte resposta:

Nós tivemos gente que aprendeu a dirigir e depois vieram pra cá dirigir ônibus pra nossas empresas de ônibus aqui ou trabalhar como motorista em firmas. Eles aprenderam mecânica, eles aprenderam a dirigir tratores, pá-carregadeira. Nós tivemos escolas pra eles, salário em dia, uma assistência, pois eles chegavam lá desse jeito “olha a minha mulher está pra ter nenê”. Pega o caminhão e leva pra Ponta Grossa e não tinha esse negócio de esperar não!então, isso era um negócio também do meu sogro sabe? Meu sogro era homem muito humano, então ele tinha isso como uma primazia sabe? Poder ajudar aquela gente. (Industrial. Entrevista nº 1).

A fala do empresário carrega um tom de paternalismo, próprio do âmbito rural, em que há ausência do Estado. Nesse caso, podemos perceber que o assistencialismo patronal vai desde a qualificação de mão-de-obra para outras atividades além da agricultura familiar, passando por questões financeiras e de educação, chegando até a soluções ligadas ao transporte e saúde.

Referente a agricultura familiar, nosso entrevistado migrante trata-a com realismo a incapacidade de auto-suficiência; aponta as dificuldades em relação a questão financeira pela dificuldade de negociação dos produtos, mas ressalta a autonomia em relação a sobrevivência da família pela existência constante de alimento na mesa.

Éh! Tinha aquele dinheirinho pra comprar aquilo que você não vencia plantar, e comprar roupa essas coisas n/é? E o dinheiro que sobrava pra você, porque lá é de cada ano que saía dinheiro, você só ia ver o dinheiro no fim da safra n/é? Então é de cada ano que se fazia uma vendinha pra você ver o dinheiro... até aquele tempo você estava só empatando...daí depois dentro de um ano você vendia a mercadoria pra você pegar um dinheirinho n/é? Aquele dinheirinho você comprava roupa, comprava calçados...comprava café, açúcar que isso não tinha como plantar n/é? E aquilo tudo era pouco, porque a mercadoria você vendia muito barato... não era um negócio pra você ter dinheiro guardado...só que se você tivesse dinheiro ou não tivesse..passar fome você não passava, você tinha mantimento crioulo, você plantava n/é?

Então o que comer não faltava n/é? Você tinha, só que o que sobrava pra vender não tinha valor. (Migrante. Entrevista nº 1).

Essas condições descritas pelo entrevistado são usadas como argumentos por ter deixado o trabalho da terra, trocado de atividade e migrado para a cidade em busca de uma vida com melhores condições, sobretudo, do ponto de vista financeiro.

Em resumo, a agricultura moderna não vem permitindo a absorção suficiente da população rural e por isso pode-se entender que uma grande parte da “agricultura familiar” vai se tornando rapidamente desnecessária sob a ótica da produção, restringindo cada vez mais os postos de trabalho disponíveis. (SOUZA, 2000).

3.2.4 Categorias empíricas: o bairro rural.

Pensar as atividades agrícolas num âmbito de trabalho familiar requer pensar numa interação entre pessoas do mesmo bairro e/ou de bairros vizinhos. Deste modo, implica em definirmos as relações de trabalho, entrelaçadas por indivíduos, que de alguma maneira têm as atividades cotidianas interligadas. Ou seja, “o território é, desta forma, fruto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo’. (BOMBARDI, 2004, p. 57)”.

Sendo assim, cabe dizer o que vem a ser o bairro e que influência esse espaço ocasiona no comportamento das pessoas. Na concepção de (QUEIROZ, 1967), o bairro rural se diferencia do urbano por guardar um certo distanciamento entre os habitantes. QUEIROZ defende que o Bairro Rural deva ser interpretado de maneira isolada, “pois o entendimento que tem de sitiante é também aquele

que envolve uma certa parcela de isolamento” e continua QUEIROZ, “proponho a compreensão do Bairro Rural como uma unidade territorial criada a partir da identidade territorial. Esta interpretação permite abarcar, compreender e lançar luz sobre o lugar do campesinato nesta sociedade”. (Queiroz, 1967. Apud. BOMBARDI, 2004).

Apesar da distância que separam as residências rurais como propõe a definição acima, há uma ligação dos habitantes pela agricultura familiar e o povoado, numa relação intermediária pelos ditames de produção e sobrevivência.

“Eu não morava nos Inglêss, eu me criei no Conceição que tinha já próximo desse lugar n/é? Meu avô ou bisavô era Inglêss, não era rico, mas tinha a “lavourinha” dele lá”. Na fala do migrante nota-se que, embora ele fosse de um bairro mais distante, ele e sua família relacionavam-se com outra localidade. No entanto, quando continua a tratar do assunto, transparece uma certa competitividade baseada na propriedade. Diz ele: “Mas, na casa deles ali.. do Nhô José²⁸, que era o...eles foram na casa dele, que era ele que tinha mais terra n/é”? (Migrante. Entrevista nº 2).

Está implícita na fala do migrante, suprimida pela ausência de palavras, o adjetivo para quem possuía mais terras. Assim, o termo “que era o...” talvez poderia ser interpretado como uma certa competição entre os pequenos agricultores.

O outro migrante, quando questionado sobre onde vivia em Itaiacoca, responde:

²⁸ Quando faz essa referência à casa do Nhô José, o entrevistado aponta com o dedo para uma outra residência na Vila Jardim Paraíso.

Então era uma redondeza de muita gente aquele tempo n/é? Lá tinha o Conceição, o Caçador já era outro bairro n/é? Tudo perto. Tinha o Rio de Dentro também, bairro que divisava junto n/é? Rio Bonito...ia pegando os nomes assim... tinha os Inglêss que diziam... esse já era uma família e daí depende da assinatura eles “ponhavam” o nome do Bairro n/é? Que nem esses Inglêss. E conceição por certo dever ser algum pessoal antigo que tinha esse nome n/é? Ou sobrenome Conceição e eles batizavam o lugar com esse nome n/é? Tinha os Varzim dos Rodrigues... tudo era um bairro n/é? Separado assim, mas cada bairro tinha o seu nome n/é? Lá era o Conceição o nome do lugar lá. (Migrante. Entrevista nº 1).

No outro segmento, o dos Resistentes, também aparece esse sentimento de bairrismo, mesmo quando relacionado com outros assuntos; por exemplo, ao ser indagado sobre o que espera de Itaiacoca, o entrevistado fala de melhorias, voltadas para o bairro, ou para a comunidade como um todo, a partir da qualificação via educação dos jovens. Diz ele:

Eu tenho uma menina aí que está estudando e ela me pergunta assim: “o que será que eu vou estudar? Eu vou estudar pra advogada ou vou estudar pra isso...” eu digo pra ela: “olha filha, se você defender (porque eu quero puxar pro nosso lado, puxar pro nosso povo) ou você tem que tirar curso de administração, ser administradora, saber como tem que ser uma administradora, ou então tirar o curso de agrônoma, porque você está na área que nós dependemos de agrônomo, ou então tira um curso de veterinária, porque nós precisamos”. (Resistente. Entrevista nº 1).

Fala com orgulho familiar e esperança sobre a atual situação dos moradores de Itaiacoca: “agora que o povo está mais... mais orientado...muita gente aí, que nem eu, de resistir assim, que nem do nosso nome ninguém vendeu pra firma nenhuma, de outro tem gente que vendeu, mas vendeu da parte deles... mas estão todos arrependidos”. (Resistente. Entrevista nº 1).

O outro entrevistado desse segmento, dos Resistentes, aborda a família como sendo um elo de pertencimento à terra, a região. Assim nos fala: “eu sou da família conhecida por Gonçalves, natural daqui. Eu tenho 60 anos, fiquei fora... assim 5 anos morei em Ponta Grossa, morei uns dois anos no Serradinho, sou

natural do Caçador, mas moro aqui agora”. (Resistente. Entrevista n° 2). É comum associar a família ao bairro e às características de trabalho. “Os filhos trabalhavam junto com os pais como antes era... eu desde 7 anos fui “fera” no trabalho que morava aqui”. (Resistente. Entrevista n° 2).

E num discurso parecido com o anterior, que relaciona família e trabalho: “eu comecei com 17 anos... é... com 21 anos que eu saí de casa de meu pai solteiro e programei minhas terras, solteiro, uma terrinha de vinte e poucos alqueires e através de familiares eu cresci na vida”.

Em resumo, as relações de família estão muito ligadas para esses moradores com o espaço. Então perguntamos aos dois moradores de Itaiacoca sobre a possibilidade de saírem da região, a que os dois responderam de forma similar. O primeiro disse, com ênfase:

De jeito nenhum! Para falar bem a verdade eu não acostumo com o regime de cidade, não tem como me acostumar. Não acostumo com o movimento, eu não gosto, então quando vou pra cidade eu vou de manhã e volto a tarde, porque se eu ficar em Ponta Grossa eu não durmo. Então é isso aí e depois eu acho que eu não me dou bem, é falta de costume. Olha eu nasci aqui, quero morrer aqui. Não tem por onde, eu gosto do meu lugar? Não sou rico financeiramente, mas eu tenho como viver, acho que, tranquilo. Se eu for lá eu vou ficar agitado. Tenho certeza que eu vou ficar agitado. Não sei se eu estou certo, porque até convite eu tenho, eu tenho família, eu tenho convite, mas a minha resposta é essa. Não tem não! A não ser que mude, mas eu não tenho proposta pra mim sair daqui. Só aceito a proposta lá do (aponta para o céu) para sair daqui (risos). (Resistente. Entrevista n° 1).

O segundo entrevistado do segmento Resistente responde: “eu pra sair de Itaiacoca, como eu sou natural e minha natureza está aqui, é só quando Deus quiser eu, do contrário não! Está bom aqui do jeito que está, porque eu nasci aqui, e pra saí fora, ir embora só através de um caso que for muiiiito inesperado”. (Resistente. Entrevista n° 2).

Assim, cabe dizer que o bairro rural se configura como uma unidade geográfica, a partir da identidade territorial, num entendimento que se caracteriza como uma parte do território que é resultado da articulação das unidades camponesas, que por sua vez, são determinadas pela liberdade e autonomia camponesas, via o controle do tempo e do espaço, não só o de residência, como e, sobretudo, o de trabalho. (BOMBARDI, 2004).

3.2.5 Categorias empíricas: o bairro urbano

A perda dessas características acima – liberdade e autonomia – foi sentida pelos Migrantes quando trocaram o espaço rural pelo urbano. Um dos entrevistados reflete sobre o trabalho em si, que em sua interlocução aparece:

quando a gente veio embora, era acostumado com um tipo de trabalho lá, você chega aqui... então virou a cabeça nossa...virou só em horário então..porque lá não existia esse negócio de horário, eu já se criei bem diferente...porque hoje nós achamos que o tempo está passando mais rápido por causa do horário...hoje todo mundo cumpre horário... aquele tempo nós não tinha horário...você levantava a hora que você queria, você ia trabalhar a hora que você queria, você não era mandado por ninguém...sabe? você criava....ninguém mandava! Hoje você tem que fazer teu horário de serviço. Então nessa parte era melhor de viver. Porque hoje todo mundo é mandado, virou em horário...só por isso que passa mais rápido o tempo pra gente, porque hoje a gente trabalha pelo relógio n/é? Que nem quando cheguei aqui fui trabalhar numa metalúrgica. (Migrante. Entrevista nº 2).

O outro entrevistado, do segmento Migrante, discorre sobre a mudança na aquisição dos alimentos e a dificuldade de sobrevivência pelo valor do trabalho.

Diz ele:

então primeira coisa que a gente sentiu que cada mês a gente tinha dinheiro, em vez de ser anual era mensal. Então de cada mês você sabia que você tinha “tanto” pra você receber, só que você foi vendo que a dificuldade...nos cereais que você via que você tinha que comprar da água pra cima...que lá nada disso precisava n/é? Então nisso a gente já viu que o dinheiro aqui era pegar e trocar, porque aqui você compra de tudo n/é? Desde a água você compra e lá tudo era de graça, lá não tinha esse negócio, então foi a coisa, todo mês você via o dinheiro de novo, ma você já estava com ele empatado

de novo, você tinha comprar as coisas pra você comer. (Migrante. Entrevista nº 1).

Prossegue a sua reflexão sobre o valor do dinheiro e do trabalho; assim o migrante em questão reporta:

Hoje em dia o empregado, principalmente, é isso que ele faz, se ele ganha pouco dinheiro não sobra pra ele guardar, do jeito que a mercadoria é cara pra comprar hoje em dia n/é? Se por um lado adiantou, por outro não adiantou nada, piorou, porque veja que aqui se você não pagar a luz você fica no escuro, se não pagar a água você fica sem tomar água, então as coisas é... o dinheiro você vê todo mês, mas você sabe que no final do mês você está com ele certo pra...(Migrante. Entrevista nº 1).

Sabemos por dados preliminares que a maioria dos migrantes que vieram de Itaiacoca para Ponta Grossa passaram a ocupar a Vila Jardim Paraíso. Esta localidade passou a ser ocupada nos anos 1950, quando o senhor Juliano Rubini, até então proprietário da Chácara que havia nessa região resolveu fazer do espaço, um loteamento habitacional. Segundo informações da prefeitura de Ponta Grossa, foi a extinta imobiliária Vila Velha que se encarregou da venda desses terrenos. O espaço foi inaugurado no dia 03 de março de 1952, com o nome de Jardim Paraíso²⁹.

²⁹ Informações prestadas pelo senhor Dimbarre na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.



Mapa 2: Vila Jardim Paraíso. (Segundo o IBGE, apenas a área demarcada corresponde ao Jardim Paraíso).

Embora a vila tenha sido inaugurada oficialmente na década de 1950, quando os itaiacocanos migraram, aparece o seguinte relato:

E aqui era mato quando nós mudamos aqui. E esse terreno foi comprado com o mesmo da venda do terreno de lá. Eu só me lembro que (até esses dias tava falando pro meu piá) que tava na imobiliária o terreno aqui, então o dono da imobiliária eu cheguei a conhecer ele só que nem me lembro mais o nome dele. Aqui era casa uma longe da outra se você ver o tamanho que está isso hoje aqui, nossa não dá nem pra acreditar que aqui o que não era mato era campo, então as casas aqui eram bem pouquinho, daí daquela pra cá é que foi aumentando daí. O pessoal que era de Itaiacoca foram vindo tudo pra cá, que o terreno era mais barato pra comprar aqui, então o povo veio comprar nessa redondeza aqui. Aqui, São Francisco n/é? Daí foi aumento a vila aqui e hoje está desse tamanho a vila. (Migrante. Entrevista nº 1).

Quando nosso interlocutor afirma: “o pessoal de Itaiacoca foram vindo tudo pra cá”, perguntamos sobre a intensidade de pessoas que vieram na década de setenta. A isso ele respondeu:

Eu já era casado, tinha dois rapazes, veio eu a família do lado da minha mulher e fora os parentes dela, vieram tudo, daquele bairro ali vieram tudo. Boa parte já morreu, os que estão vivos estão aqui em Ponta Grossa, tem bastante gente de Itaiacoca que vieram todos aquela época, em 77 junto com os parentes do lado da minha mulher, agora os meus parentes já tinham vindo antes um ano mais ou menos e se instalaram tudo aqui no Paraíso, São Francisco. (Migrante. Entrevista nº 1).

O Jardim Paraíso situa-se a mais ou menos dez quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa. É o primeiro aglomerado de casas encontrado por quem vem de Itaiacoca, sendo distante da sede deste distrito uns 25 quilômetros, aproximadamente.

Segundo o G1 (grupo de estudos do curso de Odontologia da UEPG), o Jardim Paraíso conta atualmente com 5.605 habitantes. Esse alto contingente foi efetivado entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, segundo um de nossos entrevistados, os dados de contingente de Itaiacoca em Ponta Grossa passaram a ser tratados de forma pejorativa. Diz o migrante: “porque hoje tem gente que fala: “é o pessoal de Itaiacoca que encheram Ponta Grossa”. Claro que não foi! Se fosse só o pessoal de Itaiacoca, Ponta Grossa estava muito mais....n/é? (risos)”. (Migrante. Entrevista nº 2).

Segundo nossos entrevistados, em meados da década de 1970 ainda não havia aspectos de urbanização no Jardim paraíso, isto porque conforme afirmam, existiam poucas casas e ausência de símbolos de modernidade, tais como água encanada e energia elétrica.

Eu tive que chegar arrumar emprego para dar de comer meu pai, minha mãe e meus irmãos que eram menores n/é? Eram de idade já o casal de velho e não tinham como trabalhar n/é? Então pesou desde início já, eu tinha o que uns 20 anos de idade; com 20 anos tinha que agüentar a despesa da casa, tinha que chegar aqui e agüentar a despesa da casa com aquele salário n/é? Foi mesma coisa que se eu viesse casado e com a família, mas eu tinha meu pai, minha mãe e meus irmãos. Então você já chega pagando tudo, então você já sente que ta bem diferente que lá n/é? Aquele tempo tinha que tinha que fazer poço, não tinha água e não tinha luz, a luz, acho que demorou uns dois anos pra vir aqui, a água... chegamos cada um tinha que furar um poço, eu mesmo furei um poço com 16 metros de fundura. (Migrante. Entrevista nº 2).

Segundo os relatos dos Migrantes, as condições eram favoráveis, porque apesar de todas as dificuldades apontadas, existia a possibilidade de adquirir um emprego facilmente. O primeiro diz: “a mudança de ramo de trabalho não foi difícil, a gente ficou só uns dois meses parado e já começou a trabalhar empregado daí”. (Migrante. Entrevista nº 1). O outro migrante entrevistado por nós, detalha o seguinte sobre o fato:

Eu trabalhei na Metalcom. Eu cheguei aqui em novembro e em dezembro comecei a trabalhar na Prefeitura, trabalhei 30 dias na prefeitura, pedi a conta e saí porque aquele tempo tinha mais serviço, tinham as outras firmas que pegava a gente, que as primeiras indústrias que vieram naquela época, que veio a Cargil, a Sanbra, porque hoje é a Bunge lá, naquele tempo influenciou o povo. Acharam que era “um Deus nos acuda” e vieram todos pra cá e hoje está acontecendo n/é? Não tem emprego mais! Mas aquele tempo a cidade tinha emprego, as firmas que apareciam tinham serviço. Eu larguei mão de trabalhar em metalúrgica e fui trabalhar de pedreiro, que é o que eu faço até hoje. (Migrante. Entrevista nº 2).

Embora tenham conseguido emprego rapidamente como apontam acima, o estranhamento para com a cidade foi grande: “O mais difícil foi a gente fazer o cômodo de novo aqui pra se acomodar n/é?” (Migrante. Entrevista nº 1) e prossegue: “eu trabalho em metalúrgica e trabalho até hoje em metalúrgica, mas eu sou lavrador, a minha lida é com a terra”. (Migrante. Entrevista nº 1).

O outro migrante fala do impacto que teve a sua vinda para Ponta Grossa: “Eu vim pra cá em 75 e em 76 eu comprei um terreninho, você vem pra cidade, você chegava ali, você não conhece nada, você chega pra você é um susto, é um susto!”. (Migrante. Entrevista nº 2).

Diante dessa mudança tão brusca de comportamento e de relação com o espaço, perguntamos aos Migrantes sobre os motivos que os levaram a escolher a Vila Jardim Paraíso para morar. A resposta foi a seguinte:

O que atraiu nós aqui foi a proximidade com Itaiacoca e outra coisa tinha menos movimento, eu acho no meu entender, que meu pai e minha mãe não queriam ir muito pro centro, então peguei e comprei aqui, até inclusive comprei o terreno com o dinheirinho que nós....compramos aqui porque não tinha movimento. Aqui era...pra um pessoal de idade que nem meu pai e minha mãe, porque eles chegaram aqui e se encontraram aqui porque quando chegou aqui...aqui era um campo, então aqui era um lugar de morar, teve uma semelhança com que o pessoal estava acostumado, pro pessoal mais velho, cidade pra eles era um monstro. Nem queriam morar na cidade, então vieram porque foram obrigados. (Migrante. Entrevista nº2).

Então para finalizar essa etapa, perguntamos a eles se teriam vontade de voltar para Itaiacoca. A essa questão responderam:

É um ar diferente n/é? Principalmente quando a gente vai pra lá da vontade de ficar por lá e não vir...sabe que essa altura não tem o que dizer, porque, no pensar bem é um assunto que deixa emocionado mesmo. Só que hoje em dia se a gente conseguisse o terreno de novo em Itaiacoca era vantagem voltar de novo. Se eu pudesse comprar uma terra de novo eu voltava, só que hoje em dia está duro de comprar terra lá, porque quem tem não quer vender e o preço é caro, aquele tempo que nós vendia era dado, hoje em dia tem preço as coisas lá, tem preço o terreno, tem preço a mercadoria que você planta lá, tudo tem preço. E o comprador vai pegar lá na lavoura, tem jeito de ir, tem estrada agora n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

Nesta questão, nosso interlocutor desabafa, faz um resumo do processo que o trouxe para Ponta Grossa e descreve o vínculo que mantém com a região:

Então terra não eu não tenho lá! Mas a gente vai pra lá , de tempo pra cá nós estamos indo. Festas, tinha muita gente que fazia assim, festa no sistema antigo, uma vez por ano, tem festas nas nossas igrejas lá. Agora já com uns 5 anos que nós vamos todo ano, agora a estrada é boa pra ir n/é? Terra não tem mais. Tem parente, parente sempre tem lá sim. Eu gosto do lugar. Ih! Até hoje, ainda se estivesse lá parece que tava melhor n/é? Com todas as dificuldades que tinha aquele tempo n/é? Eu ainda achava melhor... que a gente veio pra cidade, mas assim mesmo veio meio obrigado n/é? Veio por necessidade...(com os olhos cheios de lágrimas) porque, além disso, de ser difícil lá, o governo começou a tomar as terras n/é? (Migrante. Entrevista nº 1).

O outro interlocutor faz um discurso mais realista e analisa da seguinte forma a possibilidade de voltar para Itaiacoca:

Só saudade... porque, a mesma dificuldade que nós encontramos aqui quando nós viemos embora, se você voltar pra lá você vai sentir a mesma dificuldade, pior até. Pode ser que acostume mas vai custar mais a se adaptar do que na época, mas se voltar daqui de novo querer viver lá de novo vai ser muito mais custoso, é capaz de não acostumar mais. Só que é mais custoso acostumar lá do que na época que nós viemos morar aqui. (Migrante. Entrevista nº 2).

Atualmente, porém, existe um movimento de regresso urbano-rural. Alguns moradores do Jardim Paraíso, oriundos de Itaiacoca, têm tentado retornar ao distrito. Alguns conseguem. Um caso específico que temos acompanhado faz-nos perceber que os terrenos adquiridos são de 1 ou 2 hectares, em média (na medida imprecisa dos próprios entrevistados); no entanto, utilizam a terra recém comprada para fazer uma casa pequena, criar alguns animais e plantar em pouca quantidade e variedades. Utilizam o espaço como lazer, como relaxamento e, principalmente, com nostalgia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

LEFBVRE (1991) já demonstrou que tanto no tempo como no espaço, as relações entre cidade e campo - a partir de processos migratórios - são geográfica e historicamente muito diferentes. Essa diversidade implica na dificuldade de qualquer caracterização genérica. No entanto, a partir do referencial teórico e do material analisado, somados as considerações da banca examinadora de qualificação, pudemos chegar a algumas conclusões.

Desta forma, destacamos abaixo algumas impressões sentidas por nós durante o processo de pesquisa em relação aos fatores endógenos e exógenos que levaram à migração/resistência de pequenos produtores do distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa-Pr, na década de 1970.

As dificuldades apontadas pelos moradores de Itaiacoca foram determinantes para a migração à cidade; no entanto, os itaiacocanos que resistiram na terra foram paulatinamente mudando de atividades, deixando a agricultura familiar como segundo plano para o orçamento. Isto porque a agricultura familiar como meio de subsistência era quase impraticável na região pela baixa produtividade do solo, a qual pode ser explicada pelo mau uso durante longo tempo ou ainda por fatores geográficos e geológicos.

Percebemos também que houve investimentos (por parte do poder público na região) em infraestrutura, embora não seja reconhecida pelos industriais que lá investiram. As melhorias nas estradas e a instalação de energia elétrica, por exemplo, são oriundos de projetos industrializantes no município que priorizavam a expansão do perímetro fabril, visto que há na região a existência de

matérias-prima (recursos naturais – minérios) fundamentais para a qualidade de outros produtos como inseticidas, cera, cerâmicas, etc.

A especulação imobiliária foi um fator endógeno e ao mesmo tempo exógeno que contribuiu em muito para o deslocamento de parcelas da população itaiacocana na década de 1970. Ora, pois, a compra de terras na região foi realizada por corretores, que em nome do BANESTADO (banco que representava na ocasião o governo do estado do Paraná) compravam terras de pequenos agricultores, sobretudo na região sul do distrito, com a finalidade de reflorestamento de pinus. Sendo assim, retirava os pequenos agricultores da condição de subsistência, colocando-os numa relação de dependência ao capital como um todo, e ao mesmo tempo atendia a indústria madeireira, que na época estava com altíssimo rendimento.

Outro fator importante para o processo foi a busca por empregos na cidade, estratégia que fazia parte de uma idealização de sucesso, de melhoria de vida, de ter acesso a recursos que não chegaram ao campo. Essas conquistas poderiam vir via ascensão econômica, visto que boa parte dos pequenos agricultores não possuía renda fixa. Desta forma, encontrar um emprego formalizado na cidade já era uma possibilidade de chegar ao bem estar social. Esses ideais passaram a ser transmitidos via oral por munícipes que freqüentavam o distrito para especulação imobiliária ou pelos próprios camponeses quando entravam em contato com o meio urbano para comércio de excedentes.

A escolha da região do Jardim Paraíso para ser imensamente ocupada por itaiacocanos se deve por aparentar um aspecto de proximidade com o campo e por, no momento da migração, possuir terrenos a preços acessíveis (local com características rurais, afastadas da agitação urbana). Nesse caso, fica evidente na fala dos Migrantes que a noção de proximidade estava presente na decisão; ora, isso se deve a maneira como encaramos as distâncias, as quais são sempre medidas pelo ponto de partida.

A instalação de indústrias em Itaiacoca, embora tenha retirado a autonomia dos pequenos agricultores porque deixaram de trabalhar na lavoura - que era prioridade - levou a eles a possibilidade de não deixarem a terra e persistirem morando na região. No entanto, há de se ressaltar que, na maioria dos casos, esses pequenos agricultores da agricultura familiar passaram a dar prioridade para as atividades na fábrica, deixando e relegando ao segundo plano os cuidados da lavoura, praticando-na em horários pós-expediente ou em finais de semana. Por isso, para manter a subsistência muitas vezes opta-se pela pluriatividade, quando a mulher e os filhos mais novos ocupam-se da agricultura enquanto o marido e os filhos mais velhos empregam-se nas fábricas da região.

Sendo assim, podemos dizer que foi realmente a soma de fatores endógenos e exógenos ao distrito de Itaiacoca que influenciou, tanto na migração para a cidade como a decisão de permanecer na terra.

Para aqueles que resistiram em Itaiacoca, os principais pontos internos são: o vínculo com a terra, a autonomia de trabalho e a esperança da valorização do espaço. Há de se salientar que, embora resistentes, as queixas sobre a falta de

infraestrutura e recursos sociais básicos são constantes. Daí advém a necessidade de uma intervenção do Estado, no sentido de proporcionar melhores condições para que esses agricultores continuem a praticar a agricultura familiar com qualidade de vida. Em relação à conjuntura fora do distrito, os Resistentes apontam, principalmente, para a falta de sossego na cidade ocasionado pelo ritmo acelerado de vida; em oposição, idealizam um espaço campesino tranquilo, sem os elementos conturbados do meio urbano mas com conforto.

Para a migração, do ponto de vista interno, temos a baixa produtividade do solo associado à falta de infraestrutura social como maiores pontos de motivação. Assim, a possibilidade, ainda que remota, de melhoria nas condições de vida levavam à migração. Porém, temos a especulação das terras para reflorestamento e a criação de empregos na cidade a partir de projetos industrializantes, os quais geram expectativas imagéticas nos campesinos de ascensão econômica, acompanhada de um bem estar social provocado pelos aparatos de modernidade.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BARROS, S. A. B. de M. **Inserção do Programa Saúde da Família no Estado do Paraná, como estratégia de implementação da atenção básica à saúde**. São Paulo: PUC/SP, 2003. (Tese de Doutorado).
- BAUER, G. G. T. Sobre as origens da questão agrária brasileira. In: **REVISTA de História Regional**. DEHIS/UEPG. Vol.3, nº1, verão de 1998.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- BOBBIO, N. Democracia. IN: BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 6 ed. Brasília: Unb, 2003. (CD Rom).
- BOMBARDI, L. M. **O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia**. Revista Agrária nº 1, 2004. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/revistaagrar/revistas/1/bombardi.pdf
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUENO, A. Sinais da cidade: forma literária e vida cotidiana. In: LIMA, R. & FERNANDES, R. C. (orgs). **O imaginário da cidade**. Brasília: UNB, 2000.
- CADERNOS CERUS**. (Centro de estudos Rurais-Urbanos). São Paulo: Série 2, n 11, 2000.
- CAMPOS, A. *et. al.* **Atlas de Exclusão Social no Brasil**. Vol. 2.: dinâmica e manifestação territorial. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO de MELLO, J.M., NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da Vida privada no Brasil** vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. SCHWARCZ, L. M. S. São Paulo: Companhia da letras, 1998.

CARDOSO, F. H. **A democracia necessária**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1985.

CARNEIRO JR, S. PLADEI. **Dicionário eletrônico de História**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/pladei.htm>

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, 1988.

CHAVES, N. B. **O Diário dos Campos: Discursos e Representações Sociais** - Ponta Grossa – Pr. Década de 1930. São Carlos –U.S.C., 1998. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Seropédica, UFRRJ, 2003. (Tese de Doutorado – arquivo digital em pdf).

DANTAS, E. M. & DINIZ, I. R. Migração e crescimento urbano: o Seridó potiguar em análise. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (75), 1 de agosto de 2001 Migración y cambio social. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-75.htmprincipal>

DAVIS, K. *et al.* **A urbanização da Humanidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DIARIO DOS CAMPOS, 14 DE JANEIRO DE 1969. ANO LXII, Nº 21543.

ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV e MEC, 1987.

DITZEL, C. de H. & LAMB, R. Ponta Grossa 175 anos. In: **JORNAL de História**. DEHIS-UEPG. Edição especial. Nº. 10. Ano3. Setembro/outubro de 1998.

DITZEL, C. de H & LÖWEN, C. L. S. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DURHAN, E. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: Edusp, 2003.

EMATER. **Plano de Ação da Comunidade rural de Carandá**. Ponta Grossa – PR, 1998 a.

_____. **Plano de Ação da Comunidade rural de Sete Saltos de Cima**. Ponta Grossa – PR, 1998b.

_____. **Plano de Ação da Comunidade rural de Roça Velha**. Ponta Grossa –PR, 1998c.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Ciro Mioranza. **Coleção grandes obras do pensamento universal** vol. 2. São

Paulo: Escala, S/D.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERRAZ, H. **Filosofia Urbana**. (Tomo I). São Paulo: João Scortecci, 1997.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GONÇALVES, J. A. **Entrevista concedida** a José Aparício da Silva em 12 de abril de 2008.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **Ponta Grossa um século de vida – 1823-1923**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas, 1983.

HABERT, N. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios – 1875-1914**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.

IBGE. Vários censos e relatórios metodológicos. 1950-2000.

INGLÊS, C. **Entrevista concedida** a José Aparício da Silva em 12 de julho de 2007.

LAVORATTI, C. **A produção familiar enquanto unidade organizacional**: estratégias de reprodução dos agricultores de Itaiacoca – Ponta Grossa/Pr. UFPR, 1998. (Dissertação de Mestrado)

_____. A História da agricultura familiar no Brasil. In: **REVISTA PUBLICATIO UEPG: Ciências Humanas**, 7 (1). Ponta grossa: Editora UEPG, 1999. p-p. 89-119.

_____. Racionalidade urbano industrial: a única possível? In: **REVISTA EMANCIPAÇÃO**, 2 (1). Ponta Grossa: UEPG, 2002. p-p 75-103.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos Setenta**. Curitiba: IPARDES, CONCITEC, 1989.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo. Ática. 1991.

LENHARO, A. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro dos anos 50. In: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA** 12. Terra e Poder. São Paulo: Anpuh/Editora Marco Zero, 1986. P. 47-64.

LOWËN, C. L. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR**. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990. (Dissertação de Mestrado).

LUNA, S. V. de. **Planejamento de Pesquisa – Uma introdução - Elementos para uma Análise Metodológica**. São Paulo: EDUC, 2002.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3 ed. Curitiba: Imprensa oficial, 2002.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. Vol. 17 nº 49, junho de 2002.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção obra prima de cada autor, texto integral).

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em**

saúde. 4 ed. São Paulo: Hicitec-Abrasco, 1996.

MIRANDA, E. de. **Entrevista concedida** a José Aparício da Silva em 24 de maio de 2008.

MOISÉS, J. A. *et al.* **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAES, J. G. V. de. **Cidade e cultura urbana na primeira república**. São Paulo: Atual, 1994.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo: um pensamento que pensa. In: MORIN, E & LE MOIGNE, J-L. **A Inteligência da Complexidade**. Trad. Nurimar Maria Falci. São Paulo, 2000. (mímio).

NADALIN, S. O. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NOVAES, P. **A fundação de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: PMPG, 1943.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PAULA, J. C. M. de. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – Pr.**– Rio Claro - Universidade Estadual Paulista, 1990. (Dissertação de Mestrado) (*mímio*).

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando Iras Rumo ao Progresso: (ordenamento Jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)**. Curitiba: UFPR, 1996.

PILATTI, A. B. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.

PLADEI. Plano de desenvolvimento industrial. PMPG, 1969.

PLADEP. Plano de desenvolvimento paranaense, 1961. (*mímio*).

PMPG. **PONTA GROSSA** 152 anos: Edição Histórica. PMPG, 1975.

PND. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). República Federativa do Brasil, dezembro de 1971.

PND. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Comentários e estratégias. República Federativa do Brasil, Setembro de 1971. (vários autores).

POCHMANN, M. & AMORIN, R. (Orgs.). **Atlas de Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRADO JR. C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

REVISTA Projeto História: campo/cidade. n 19 v 6. São Paulo, 2000.

RIBEIRO, A. S. Notas para um conceito de fronteira. In: SOUZA SANTOS , B. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, F. **Entrevista concedida** a José Aparício da Silva em 13 de julho de 2007.

SALLES, I. G. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, F DE T. **Entrevista concedida** a José Aparicio da Silva em 12 de abril de 2008.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa**: representação social, mito ou realidade na política local. Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SESC-UEPG. **Itaiacoca**: Pesquisa de cultura popular. Rio de Janeiro:

Departamento Nacional do SESC, 1981.

SILVA, J. A. da. **O processo migratório rural-urbano (Itaiacoca-Ponta Grossa) ocorrido nas décadas de 1960-70 e o povoamento das vilas Jardim Paraíso e São Francisco.** (mímio: Monografia de Conclusão de curso em Licenciatura em História, 2004).

SILVA, N. G. A. **Alteração na Composição do Gênero do Mercado de Trabalho Agrícola.** In: VII Congresso Brasileiro de Sistema de Produção, 2007, Fortaleza. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.

SINGER, P. **A Crise do Milagre.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SIQUEIRA, M. D. *et al.* **Um século de eletricidade no Paraná.** Curitiba: UFPR/COPEL, 1994.

SOUSA SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o Social e o Político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, M. de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná.** Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese de Doutorado). Disponível em:

<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaooid=157>

SSR-PESR. **Relatório técnico da Comunidade de Caçador.** Ponta Grossa-PR, 1993.

STUART HALL. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TRIVINOS, A. N. S. **Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais.** Idéias gerais para a elaboração de um Projeto de Pesquisa.

Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. Volume IV. ISSN 1518-1502, 2001.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** (Série Textos para Discussão n. 1) Brasília: NEAD/MDA, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 7^a ed. Curitiba: dos Professores, 1968.

WANKE, E. T. **O vôo da pombinha.** 1993. (mímio).

WEBER, M. Conceitos e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

APÊNDICES

- a- Termos de autorização das entrevistas utilizados.
- b- Questões elaboradas por segmento.
- c- Técnicas e exemplos utilizados nas transcrições das entrevistas.
- d- Quadro de Transcrições das Entrevistas Realizadas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.
CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL
ECOMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE*

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado(a): _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

_____,

CPF: _____ RG: _____, emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade. _____.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)

* **Modelo para depoimento em que a identidade do entrevistado não deva ser apresentada.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.
CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL **

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado(a): _____

_____,

RG: _____ emitido

pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

_____,

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

_____,

CPF: _____ RG: _____, emitido

pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

_____,

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----

-----.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

**** Modelo para depoimento em que a identidade do entrevistado possa ser revelada.**

QUESTÕES ELABORADAS POR SEGMENTO:

Para o empresário perguntamos:

- 1- Quando resolveu fazer investimentos em Itaiacoca?
- 2- Por que escolheu a região de Itaiacoca para investimentos?
- 3- Quais foram as condições que encontrou para implantar a fábrica em Itaiacoca?
- 4- Recebeu algum incentivo governamental?
- 5- Que “Itaiacoca” encontrou nessa época? (vegetação, população, mão-de-obra, infra-estrutura).

Para os Migrantes perguntamos:

- 1- Por que escolheu o Jardim Paraíso, na cidade de Ponta Grossa, para morar?
- 2- Quais eram as condições de vida em Itaiacoca quando decidiu vir para Ponta Grossa?
- 3- Tinha conhecimento das condições de vida na cidade antes de migrar?
- 4- A instalação de fábricas como a Águia e/ou Costalco em Itaiacoca influenciaram em suas vidas?
- 5- Qual o vínculo que mantém com Itaiacoca e com as pessoas que habitam o Jardim Paraíso e que também vieram de lá?

Para os Residentes foram feitas as seguintes perguntas:

- 1- Desde quando mora em Itaiacoca?
- 2- O que sabe sobre a vida na cidade? (meio urbano).

3- Quais são as condições de vida que se tem aqui em Itaiacoca?

4- A instalação de fábricas como: a Águia e/ou Costalco em Itaiacoca influenciaram em suas vidas? (de que forma?).

5- Tem vontade de sair de Itaiacoca?

TÉCNICAS E EXEMPLOS UTILIZADOS NAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

1. A nossa primeira regra é resultado de nossas reflexões; ela diz respeito justamente à maneira como o texto é transcrito. Tomemos a título de exemplo, a frase: “o homem chegou e não deu pra falar”. Transcrita desta forma, ela não traz consigo qualquer preconceito, seja de classe, grupo social ou étnico. Porém, se ela for transcrita da seguinte maneira: “O home chegô e num deu prá fala”, carrega consigo o pressuposto de que o falante se encontra em uma condição precária — ou mesmo nula — de escolaridade. Ora, temos observado que quando o falante possui escolaridade e “status” mais elevado, mesmo que a pronuncie dessa última maneira, o transcritor não a transcreve assim. O transcritor, contaminado pela ideologia, corrige o discurso dos seus pares e o seu próprio, pois se não o fizesse, isto sim, seria “desrespeitar” a condição do falante, ou seja, um claro processo ideológico determina esse ato: corrige-se a fala do pesquisador (que também erra, mas nunca aparece) e “respeita-se” a do entrevistado, caricaturizando sua maneira de falar.

2. No entanto, acreditamos que quando emergirem palavras e expressões características da pessoa e do grupo ao qual ela faz parte, elas devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia, podendo-se, portanto, grafá-las em ortografia alternativa e colocá-las entre aspas. Por exemplo: “cidadinha”. Esta 2ª regra funciona como uma espécie de exceção à 1ª, já que toda regra tem uma exceção que a confirma; esta licença a nós foi sugerida pela prática. Ressaltar o pitoresco enriquece a transcrição quando feita de forma criteriosa. Esta é uma convenção do grupo.

3. Não corrigir concordância verbal. Deve-se transcrevê-la da maneira exata que o falante a expressa, conforme explicitado na primeira parte deste artigo. Por exemplo: “...mandou nós fazer...”; “...depois que eu mudei perto dele nós namorou dois anos assim, firme”. De forma geral, respeitar a sintaxe do discurso do entrevistado: Então eu parei pra mim ajudar em casa...”. “O meu filho ainda era de menor...”.

4. A indicação de risos deve aparecer entre parêntesis na sequência da entrevista. “...mas eu gostava muito de andar nas árvores (risos), eu não gostava de brincar com boneca...”. Esta regra se coloca obviamente pela impossibilidade de reproduzir o som do riso com nosso alfabeto de 23 letras.

5. Gestos significativos e expressões devem aparecer no texto entre parêntesis: (os olhos ficaram marejados de lágrimas); (A voz embargou). Esta prática ajuda a enfatizar

sentimentos que se perdem na transcrição, uma vez que a riqueza da fala, cheia de ressonâncias, é impossível de ser assim reproduzida. Aqui alguém pode contestar. “Por que não usar só a fala gravada com sua maior riqueza? Ou o vídeo?” O caráter efêmero do som e da imagem obviamente é obstáculo à análise. Daí a necessidade da transcrição, única forma que permite ao pesquisador debruçar-se sobre o dado e analisá-lo. Análise é processo demorado, exige dados fidedignos.

6. Quando a entrevista é interrompida por terceiros, deve-se explicitar tal interrupção, com nota de rodapé para não quebrar o discurso, interrompendo seu fluxo natural, que lhe dá coerência.

7. Resolvemos que a expressão “né” (não é) deveria em nossos trabalhos aparecer da seguinte forma: N/É seguida de ponto de interrogação, quando estiver no final da frase. Por exemplo: “Era três quilômetros pra ir na escola n/é? Se a expressão ocupar o meio da frase, a interrogação deve vir seguida de reticências e a frase continuar com letra minúscula. Por ex: “Então, eu tentei, n/é?... mas a chuva não veio”. Esta medida visa mostrar a expressão como contração e não como erro. Contração está presente em discurso de todas as classes sociais, do coletor de lixo ao ministro e que só aparece na transcrição da fala do coletor.

8. Nota de rodapé — Devem ocupar nota de rodapé também explicações acerca de palavras características. Enfim, notas de rodapé serão utilizadas sempre que o transcritor sentir necessidade de explicar procedimentos.

9. Pausa no discurso, hesitação ou interrupção no pensamento devem ser seguidas de reticências: “chegava com as pernas...estocada de sangue.”³⁰

10. Expressões enfáticas serão transcritas em caixa alta ou em repetição da letra que se quer ressaltar. Por exemplo: “MUITO BEM, melhorou muiiiiiito”.

³⁰ CADERNOS CERUS. São Paulo: Série 2, n 11, 2000.

QUADRO DE TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

QUESTÕES	Industriais 1
Quando o senhor resolveu investir em Itaiacoca? Por que escolheu aquele lugar?	Veja, na realidade quem começou a investir lá em Itaiacoca foi meu sogro, Peri Pereira Costa, a estrada hoje lá para aquela região de Itaiacoca inclusive recebe o nome dele. Estrada municipal Peri Pereira Costa. Um homem assim com uma visão bastante interessante, ele começou a trabalhar naquela região com talco para firma Aranha e depois acabou comprando a mineração. E aquilo começou a evoluir, a crescer bastante, porque o talco começou a ser desejado e muito interessado pelas firmas, principalmente de azulejos, e um outro material ao talco que é a pirofeleta era muito interessante para as fábricas de inseticida da época que usavam então como veículo a perofilina. E as cerâmicas usavam o talco na massa, porque o talco tem uma quantidade interessante de magnésio e no produto final eles podem fazer os pisos e azulejos de forma contínua sem que no final ao esfriar eles pudessem sofrer trinca ou qualquer coisa assim. Então meu sogro é que começou a trabalhar com talco naquela região. E como precisava de mão de obra com o crescimento, de mão de obra de pessoas que ele pudesse confiar, ele começou a trazer parentes e entre eles eu que vim de São Paulo justamente pra trabalhar como diretor de produção da Costalco que foi uma das firmas assim de grande empreendimento daquela região. Veja, lá já existia minerações, quando o meu sogro foi pra lá já existia minerações. Nós poderíamos falar a respeito do Matarazzo que já tinha áreas de mineração e a Mina São José dos Madalozos aqui há muito mais tempo até. Então quando ele foi pra lá a mineração estava evoluindo lá na região, ela teve um salto muito grande foi justamente quando as cerâmicas começaram a necessitar do talco na massa, porque os fornos que eles tinham que eram fornos italianos; os italianos recomendaram que teria que ter magnésio e o magnésio aonde eles ia encontrar? Foi justamente por aí que a coisa evoluiu e lá nós tivemos assim, vamos dizer, um número muito grande de operários, ajudamos muita gente a aprender dirigir caminhões, tratores, máquinas de sondar na abertura de mina, furadores, fornos pra secar, pra triturar afinal de contas. Então, houve um desenvolvimento muito grande, chegamos a ter, pelo menos, uns duzentos funcionários naquela região. Começou mais ou menos em 1965-66 por aí. O estouro assim do talco, na década de setenta assim em diante, enfim o movimento era bastante acentuado.
Quais foram as condições que o senhor encontrou para implantar a fábrica naquele lugar?	Veja, como tudo no Brasil é difícil n/é? O financiamento é difícil, os juros tudo, sempre foi uma luta bastante grande. Mas nós conseguimos. Logo no começo só pra você ter uma idéia nós não tínhamos energia elétrica; nós tínhamos lá um gerador tocado por um motor Caterpillar n/é? E produzia energia para a indústria e para as casas de funcionários, que nós fizemos inúmeras casas lá, inúmeros funcionários que moravam dentro da área industrial da mineração. Então depois veio energia elétrica, melhorou. No começo foi bastante difícil. Bastante difícil também a estrada. A estrada sempre foi um problema sério, nós gastamos milhões e milhões de reais lá fazendo a manutenção da estrada. Punha no final de semana 5, 6, 7 tombeiras pra carregar pedra pra poder tapar buraco, levar trator pra poder acertar, chegamos a comprar uma patrol pra poder patrolar as estradas. Então veja de incentivo nós só tivemos a nossa força mesmo n/é? Nada de incentivo governamental pra essas coisas. Eu acredito que essa parte de luz, o governo começou a colocar em todas as

	regiões, não especificamente em Itaiacoca. Em Itaiacoca e em outras regiões, Socavão, nas regiões aí dos Municípios de Castro, de Ponta Grossa, etc. Começou esse desenvolvimento da luz rural n/é? Então, logicamente que nos aproveitamos disso; foi uma boa mas não foi especificamente pra dizer “vamos auxiliar de modo principal aquela indústria”. Não! Foi no sentido geral que foi bom pra todo mundo n/é?
O senhor recebeu algum incentivo governamental?	Não! Foi indiferente! Não vejo que tenha ajudado ou atrapalhado. Não! Os mineradores se viraram (risos) numas feras pra poder levar adiante a coisa.
Que Itaiacoca o senhor encontrou nessa época? (vegetação, população, mão-de-obra, infra-estrutura).	Era um povo assim, simples, eles tinham lá aquilo tudo lá aquele tipo de agricultura familiar em que eles muitas vezes se ajudavam no chamado pixirão, um vizinho, um compadre ajuda o outro; eles tinham, vamos dizer, casas simples, mas perto de uma água boa; eles tinham uma vida simples, mas eu acredito que eles eram felizes sabe? Dentro da simplicidade deles. Lógico eles não tinham uma escola, eles não tinham um posto de saúde, eles não tinham um salário, eles viviam com dificuldades, mas eu acredito que eles..depois com mineração baixou um pouquinho, e que o governo do Estado comprou aquelas áreas pra reflorestar de pínus, comprando daquela gente a preço vil a terra, expulsando eles de lá pra cidade eles tiveram uma vida muito pior, muito pior, vindo pra cidade grande onde eles não tinham mais o compadre, eles não tinham mais a terra, e não eram capaz de ter uma galinha, de ter um porquinho, de caçar um bicho do mato lá de vez em quando , eu acredito que pra eles aquele negócio não foi bom não. O pior, o pior foi o reflorestamento de pínus. A mineração no tempo em aquilo estava com força total foi muito bom pra eles, muito bom. Nós tivemos gente que aprendeu a dirigir e depois vieram pra cá dirigir ônibus pra nossas empresas de ônibus aqui ou trabalhar como motorista em firmas. Eles aprenderam mecânica, eles aprenderam a dirigir tratores, pá-carregadeira. Nós tivemos escolas pra eles, salário em dia, uma assistência, pois eles chegavam lá desse jeito “olha a minha mulher está pra ter nenê”. Pega o caminhão e leva pra Ponta Grossa e não tinha esse negócio de esperar não!então, isso era um negócio também do meu sogro sabe? Meu sogro era homem muito humano, então ele tinha isso como uma primazia sabe? Poder ajudar aquela gente. E eu acredito que nós fizemos um trabalho bastante interessante na época ajudando aquele povo a ter um certo desenvolvimento. Mas a perda da terra não foi uma coisa boa pra eles; eu acredito que sinceramente isso não...o nosso amigo lá da Águia, ele não tem culpa porque ele comprou as áreas do governo, ele já pegou o bolo pronto, mas o governo que tirou a terra daquela gente a preço vil pra poder fazer reflorestamento, acho que não foi uma boa não!
	O que acontece é o seguinte é que eles continuavam a ter a terra e continuavam a desenvolver. Então era ele que trabalhava, vamos dizer, nos domingos, nos feriados, trabalhava depois do horário, era a mulher que trabalhava também, porque a mulher sempre trabalhou nesse negócio de plantar de poder criar das suas galinhas, do porquinho n/é? Eu acredito que a mineração veio e ajudou a uma série de desenvolvimento, inclusive de poder ter um salário no final do mês com que eles podiam comprar mantimentos até financiados que antigamente era mais difícil n/é? Eu aí não vou poder falar muito, porque na realidade já faz pelo menos uns 15

	anos que eu saí da Costalco e pelo menos uns 20 que eu saí de Itaiacoca certo? Então eu perdi o contato, não tenho ido pra lá, então eu perdi o contato de como aquele negócio está hoje, por exemplo pra contar como é que está hoje lá? Eu não saberia dizer! Eu só saberia dizer é que vira e mexe vejo ex-funcionário nosso, sei que eles moram ali no Jardim Paraíso, e logicamente, não aqueles do meu tempo devem estar aposentados, mas os filhos deles devem ter tido oportunidades por aqui na cidade.
--	---

Questões	Migrante 1	Migrante 2
1- Quando o senhor veio para Ponta Grossa e por que escolheu o Jardim Paraíso para morar?	Eu vim de lá em 77 e o motivo de nós vir de lá é que a nossa luta lá era dificuldade mesmo, era só serviço no braço tinha que fazer, lá não existia esse negócio de maquinário nada disso, era um serviço judiado bastante e além disso o que a gente plantava lá dava só que na hora de vender a sobrinha que sobrava não tinha preço, então era meio dado quando aparecia um comprador a gente tinha que quase meio dar a mercadoria e era um tempo que quase nem estrada não existia para aqueles lado lá então era na base da carrocinha, cavalo essa coisas n/é? E pra pegar uma condução pra gente vir pra cidade a gente tinha que caminhar 30, 40 Km a pé pra pegar uma carona pra chegar a té a cidade porque era longe lá aonde a gente morava n/é? Então tudo isso era dificuldade n/é? E daí foi indo foi indo que o povo foi descorçoando e daí no final da história pareceu o governo... roubando os terrenos e daí pessoal já tava desacorçoado com a lavoura n/é? Já uns falando em vim embora pra cidade, daí nessa época de 75, 76 por aí apareceu uns compradores de terra lá, mandado do governo n/é? E o pessoal começava a vender os terrenos n/é? Aí um vendia, ouro também já se interessava vendia e afinal de contas a maioria daquela redondeza que era um bairro grande aonde a gente morava, bastante vizinhada, venderam todos os terrenos lá, venderam não, deram, o governo roubou os terrenos lá e	Meu nome é Inglês, só que eu não morava nos Inglês, eu me criei no Conceição que tinha já próximo desse lugar n/é? Meu avô ou bisavô era Inglês, não era rico, mas tinha a lavourinha dele lá. Fui pressionado, também viemos embora. Meu pai vendeu também todas as terrinha que ele tinha, vendeu! E foi praticamente roubada, porque eu até, inclusive fui pressionado primeiro pelo governo, foi na época que foi criado o BANESTADO, então o BANESTADO foi criado pra...(...) Hoje você sabe que o BANESTADO acabou, mas deixou as marcas dele. Então esse terreno foi vendido pro BANESTADO... então ele era... só que eles lançaram um imposto naquele tempo lá, fizeram um tipo, é tipo reforma agrária, mas não foi reforma agrária. Eles lançaram um imposto muito nas tarifas dos terrenos do pessoal, então alguns conseguiram pagar os impostos, mas nós que ra da classe mais baixa ainda (...), então não tinha como pagar. Daí eles foram com um precinho, mas, aquele tipo indenização pra você e eles ficavam com a terra. Naquele tempo era um governador antes do Álvaro Dias... foi em 75, 76 n/é? Foi nessa mesma época que nós vendemos tudo certo? Até inclusive desistimos desse terreno, meu pai desistiu do terreno. Mas, na casa deles ali.. do Nhô José, que era o...eles foram na casa dele, que era ele que tinha mais terra n/é? Então foi na casa dele pra passar o documento pra todo mundo...ainda que eles fizeram um troço pra ir lá e catar mesmo o terreno de todo mundo, que nem o nosso que dava uns 15 alqueires, ia ficar no meio do BANESTADO, como é que você ia ficar ali vivendo? Não tinha jeito! Sei que pra falar a verdade ninguém sabe se aquele documento é certo, eu mesmo até hoje não entendo que aqueles

	naquela quem vendeu os terrenos veio embora n/é? A gente morava com meu pai, no terreno dele... o terreno dele valeu... era uns 120 alqueires, hectares, era essa a média do terreno dele que ele tinha lá... então a gente casava, fazia sua casinha de apar lá...e, então em um povoadinho assim n/é? Entre família n/é? Ficava tudo em família, depois vinha outras redondezas mais por perto assim, principalmente quem morava em outro bairro assim. Mas divisava com o terreno do meu pai, então ali no povoadinho cada um tinha sua divisa de terreno n/é? Então era uma redondeza de muita gente aquele tempo n/é? Lá tinha o Conceição, o Caçador já era outro bairro n/é? Tudo perto. Tinha o Rio de Dentro também, bairro que divisava junto n/é? Rio Bonito...ia pegando os nomes assim... tinha os Inglêss que diziam... esse já era uma família e daí depende da assinatura eles ponhavam o nome do Bairro n/é? Que nem esses Inglêss. E conceição por certo dever ser algum pessoal antigo que tinha esse nome n/é? Ou sobrenome Conceição e eles batizavam o lugar com esse nome n/é? Tinha os Varzim dos Rodrigues... tudo era um bairro n/é? Separado assim, mas cada bairro tinha o seu nome n/é? Lá era o Conceição o nome do lugar lá.... e o que plantava lá era mais milho e feijão, esse era o mantimento que eu plantava lá, algum ou outro plantava arroz mas não era todos e esse aí a maior parte tinha que vim vender na cidade aí muito que anda com o tempo começou a ir comprador aqui, mas ia as vezes não se acertava no preço e aí o pessoal não vendia n/é? Final da história acabava vindo vender na cidade. Nós vinha ali, as vezes não conseguia vender, tinha que voltar e	documentos era só documento frio, aqueles troços lá que eles levaram. Era aqui do cartório aqui, levaram o cara do cartório daqui e era só...representante do BANESTADO! que ia fazer lá? sabe? O que atraiu nós aqui foi a proximidade com Itaiacoca e outra coisa tinha menos movimento, eu acho no meu entender que meu pai e minha mãe não queriam ir muito pro centro, então peguei e comprei aqui, até inclusive comprei o terreno com o dinheirinho que nós....comparamos aqui porque não tinha movimento. Aqui era...pra um pessoal de idade que nem meu pai e minha mãe, porque ele chegaram aqui e se encontraram aqui porque quando chegou aqui...aqui era um campo, então aqui era um lugar de morar, teve uma semelhança com que o pessoal tava acostumado, pro pessoal mais velho, cidade pra eles era um monstro. Nem queriam morar na cidade, então vieram porque foram obrigados. Eles vieram, inclusive o pai do Florilho voltou pra lá, mas voltaram num terreno de outra pessoa, agora meu pai com a minha mãe não, meu pai veio e morreram aqui os dois.
--	---	--

	ficar esperando, o preço era muito ruim n/é? Tinha gente que chegava perder o mantimento dentro da casa por não ter preço pra vender n/é? A mudança até que não foi difícil, porque o nosso lá foi vender e arrumar uma condução pra carregar a tralha e trazer, aí aqui a gente veio e não foi fácil, a gente teve que construir aqui de novo, porque aqui a gente comprou só o terreno. A mudança de ramo de trabalho não foi difícil, a gente ficou só uns dois meses parado e já começou a trabalhar empregado daí. Eu trabalho em metalúrgica e trabalho até hoje em metalúrgica, mas eu sou lavrador a minha lida é com a terra. Então não foi tão difícil, o mais difícil foi a gente fazer o cômodo de novo aqui pra se acomodar n/é? E aqui era mato quando nós mudamos aqui. E esse terreno foi comprado com o mesmo da venda do terreno de lá. Eu só me lembro que (até esses dias tava falando pro meu piá) que tava na imobiliária o terreno aqui, então o dono da imobiliária eu cheguei a conhecer ele só que nem me lembro mais o nome dele. Aqui era casa uma longe da outra se você ver o tamanho que está isso hoje aqui, nossa não dá nem pra acreditar que aqui o que não era mato era campo, então as casas aqui eram bem pouquinho, daí daquela pra cá é que foi aumentando daí. O pessoal que era de Itaiacoca foram vindo tudo pra cá, que o terreno era mais barato pra comprar aqui, então o povo veio comprar nessa redondeza aqui. Aqui, São Francisco n/é? Daí foi aumento a vila aqui e hoje tá desse tamanho a vila. Eu já era casado, tinha dois rapazes, veio eu a família do lado da minha mulher e fora os parentes dela, vieram tudo, daquele bairro ali vieram	
--	--	--

tudo. Boa parte já morreu, os que estão vivos estão aqui em Ponta Grossa, tem bastante gente de Itaiacoca que vieram todos aquela época, em 77 junto com os parentes do lado da minha mulher, agora os meus parentes já tinham vindo antes um ano mais ou menos e se instalaram tudo aqui no Paraíso, São Francisco. Então primeira coisa que a gente sentiu que cada mês a gente tinha dinheiro, em vez de ser anual era mensal. Então de cada mês você sabia que você tinha “tanto” pra você receber, só que você foi vendo que a dificuldade...nos cereais que você via que você tinha que comprar da água pra cima...que lá nada disso precisava n/é? Então nisso a gente já viu que o dinheiro aqui era pegar e trocar, porque aqui você compra de tudo n/é? Desde a água você compra e lá tudo era de graça, lá não tinha esse negócio, então foi a coisa, todo mês você via o dinheiro de novo, ma você já estava com ele empatado de novo, você tinha comprar as coisas pra você comer. Hoje em dia o empregado, principalmente, é isso que ele faz, se ele ganha pouco dinheiro não sobra pra ele guardar, do jeito que a mercadoria é cara pra comprar hoje em dia n/é? Se por um lado adiantou, por outro não adiantou nada, piorou, porque veja que aqui se você não pagar a luz você fica no escuro, se não pagar a água você fica sem tomar água, então as coisas é... o dinheiro você vê todo mês, mas você sabe que no final do mês você está com ele certo pra.... Ah! Isso foi o que a gente percebeu logo de início! Outra coisa que a gente achou aqui difícil é a luz n/é? Que lá era tudo na base do lampiãozinho a querosene n/é? E aqui, chegou aqui, luz tudo, então aquilo ali a gente sentiu outra coisa

	n/é? A água a gente sentiu diferença porque tinha que pagar n/é? E lá não! Lá não precisava pagar água n/é? Energia a gente sentiu outra coisa...porque lá tinha n/é?	
2- Quais eram as condições de vida em Itaiacoca quando o senhor decidiu vir para Ponta Grossa?	Lá aquela época era sofrida n/é? O tempo que nós viemos embora éramos do mais novos, já não era muito fácil e o tempo dos mais antigos então? Era muito pior ainda! Tinha que vir pra cidade lá tinha aqueles botequinhos só pra vender pinga lá, essas coisas, mas se quisesse comprar uma mercadoria maior tinha que vir pra cidade. Porque muitas coisas lá a gente não plantava, por exemplo o trigo, o café, isso era uma das coisas que a gente tinha que vir comprar, se não encontrasse nesses armazenzinhos lá, aqueles botequinhos, teria que vir pra cidade. Quem vinha ia cobrar um pouco mais caro, da viagem, levava um pouco na viagem n/é? Até que...de uma altura pra cá já tinha estradas mais ou menos...tinha gente que já tinha carro n/é? Daí o pessoal encomendava pra levar n/é? Então aquele que levava servia o pessoal lá n/é? Ou vinha com uma carroça, carrocinha de cavalo n/é? Daí o povo muito pra cidade com carrocinha de cavalo por causa que a estrada era muito ruim, se chovesse condução nenhuma ia, a não ser carroça com cavalo mesmo, porque as estradinhas que tinha malmente cabia o carro n/é? Éh! Tinha aquele dinheirinho pra comprar aquilo que você não vencia plantar, e comprar roupa essas coisas n/é? E o dinheiro que sobrava pra você, porque lá é de cada ano que saía dinheiro, você só ia ver o dinheiro no fim da safra n/é? Então é de cada ano que se fazia uma vendinha pra você ver o	Eh... a dificuldade era muito grande n/é? Lavoura de milho, feijão era a luta nossa lá, era milho, feijão, criame de porco. Naquele tempo nós criava porco... só porco comum n/é? Não existia esse negócio de porco de granja sabe? Mas...eu tinha meu pai e minha mãe que eram doentes, lá não tinha médico, não tinha nada, que nem... as vezes pra vir pra cidade tinha que andar eu mesmo com 14 anos andei uma média de 40 Km a pé pra vir pra cidade. Era um dia e meio a pé, a cavalo eu vinha as vezes, mas já na época não tinha nem onde deixar o cavalo aqui n/é? Então você tinha que vir a pé pra pegar carona, caminhão de tora, caminhão dali do Passo do Pupo pra cá já tinha movimento do talco n/é? Então a esperança era essa...pegar carona, mas isso tinha que andar muito e tinha que andar 40 Km lá de onde eu morava e normalmente vinha um...uma pessoa vinha e levava pra uns par deles. Criou o nome de pedido essa época entendeu? Porque hoje você fala vou no mercado fazer pedido, hoje vai aqui ao seu lado, você vai ali e compra n/é? Mas aquele tempo tinha que ser, então aquele que tinha uma safra maior, que eles diziam safra n/é? Ele vinha e comprava pra bastante gente e levava pra bastante gente, daí uma condução levava lá e... mas só que já chegava também o dobro mais caro, 3 vezes mais caro ele levava.

	dinheiro... até aquele tempo você estava só empatando...daí depois dentro de um ano você vendia a mercadoria pra você pegar um dinheirinho n/é? Aquele dinheirinho você comprava roupa, comprava calçados...comprava café, açúcar que isso não tinha como plantar n/é? E aquilo tudo era pouco, porque a mercadoria você vendia muito barato... não era um negócio pra você ter dinheiro guardado...só que se você tivesse dinheiro ou não tivesse..passar fome você não passava, você tinha mantimento crioulo, você plantava n/é? Então o que comer não faltava n/é? Você tinha, só que o que sobrava pra vender não tinha valor.	
3- O senhor tinha conhecimento das condições de vida na cidade antes de migrar?	Não, lá a notícia que chegava da cidade é que sempre ia pessoal que morava na cidade pra lá n/é? Ia lá e a maior parte meio que se iludia pelo tipo que ele ia, ele já bem trajado, as vezes já ia com carrinho vender alguma coisa e contar o caso da cidade, como é que era, e o pessoal...alguns se iludiam n/é? Achavam que se viessem embora era melhor mesmo n/é? Só que depois que a gente vem, a gente viu que é só ilusão mesmo n/é? Ele ia lá e contava vantagem e a gente ficava achando que era n/é? Só que, quando a gente veio, a gente viu que era diferente. Faziam propaganda n/é? Então muito pessoal ia naquela lá. “Uta! Moçada ta vivendo bem lá!” Acho que é melhor ir porque é capaz que lá seja melhor n/é? E nesses casos quem foi vindo antes já foi vendo que era ilusão mesmo, ainda o pessoal foi vindo devagar e vieram todos. Acabou Itaiacoca quase. Agora hoje lá, já melhor de viver do que aqui. Só que hoje o pessoal sabe que é ilusão n/é? Quem não veio e ficou por lá nem pensa de vir	Quando você chegava aqui sempre achava uma chácara assim...pra você deixar...já era evoluído, só que era evoluído...como é que te digo? Do quartel pra lá n/é? Sabe? Aqui onde é a universidade hoje, tudo aí era plantação, era chácara n/é? Aqui onde nós moramos era criador de gado, era criador de gado na época. Eu vim pra cá em 75 e em 76 eu comprei um terreninho. Pra mim no caso despertava (...) na época que eu conheci a cidade com 14 anos... eu tinha 14 anos de idade quando vim pela primeira vez na cidade. Ponta Grossa, você vem pra cidade, você chegava ali, você não conhece nada, você chega..pra você é um susto, é um susto, mesma coisa hoje você se criar aqui e ir lá no sítio...lá você se assusta com o que tem lá, então ele se inverte este tipo de coisa que acontecia e que nem, quando a gente veio embora, era acostumado com um tipo de trabalho lá, você chega aqui... então virou a cabeça nossa...virou só em horário então..porque lá não existia esse negócio de horário, eu já se criei bem diferente...porque hoje nós achamos que o tempo está passando mais rápido por causa do horário...hoje todo mundo cumpre horário... aquele tempo nós não tinha horário...você levantava a hora que você queria, você ia trabalhar a hora que você queria, você não era mandado por

	embora porque sabe que lá ta melhor... lá ele manda..., lá ele trabalha por conta. Até a natureza lá pra pessoa viver é melhor...melhor que a cidade, porque lá os ares assim é outra coisa também porque a cidade hoje em dia é muita poluição demais n/é? A mercadoria que você planta lá, você come mercadoria pura, que não precisa ponhar veneno nada, que nem é feito aí nessas plantações hoje em dia que nós comemos é tudo abaixo de veneno n/é? E lá em Itaiacoca não precisa isso. Lá dá o que a natureza pega n/é? Você colhe um produto limpo ali e não tem perigo nem de te fazer mal aquele produto e hoje em dia conforme o produto que você come até fazer mal te faz, então tem tudo isso; Itaiacoca tem todas essas vantagens, lá não existe poluição nem nada. É um ar diferente n/é? Principalmente quando a gente vai pra lá da vontade de ficar por lá e não vir...sabe que essa altura não tem o que dizer, porque, no pensar bem é um assunto que deixa emocionado mesmo. Só que hoje em dia se a gente conseguisse o terreno de novo em Itaiacoca era vantagem voltar de novo. Se eu pudesse comprar uma terra de novo eu voltava, só que hoje em dia está duro de comprar terra lá, porque quem tem não quer vender e o preço é caro, aquele tempo que nós vendia era dado, hoje em dia tem preço as coisas lá, tem preço o terreno, tem preço a mercadoria que você planta lá, tudo tem preço. E o comprador vai pegar lá na lavoura, tem jeito de ir, tem estrada agora n/é? O pessoal hoje em dia tem energia elétrica lá, tudo...pode manter o negócio bem diferente do que era antigamente. Isso aí que nem nós pensava que hoje em dia fosse estar que nem está agora;	ninguém...sabe? você criava....ninguém mandava! Hoje você tem que fazer teu horário de serviço. Então nessa parte era melhor de viver. Porque hoje todo mundo é mandado, virou em horário...só por isso que passa mais rápido o tempo pra gente, porque hoje a gente trabalha pelo relógio n/é? Que nem quando cheguei aqui fui trabalhar numa metalúrgica. Eu trabalhei na Metalcom. Eu cheguei aqui em novembro e em dezembro comecei a trabalhar na Prefeitura, trabalhei 30 dias na prefeitura, pedi a conta e saí porque aquele tempo tinha mais serviço, tinha as outras firmas que pegava a gente, porque hoje tem gente que fala: “ é o pessoal de Itaiacoca encheram Ponta Grossa”. Claro que não foi! Se fosse só o pessoal de Itaiacoca, Ponta Grossa estava muito mais....n/é? (risos). Ponta Grossa, que as primeiras indústrias que vieram naquela época, que veio a Cargil, a Sanbra, que hoje é a Bunge lá, naquele tempo influenciou o povo. Acharam que era “um Deus nos acuda” e vieram todos pra cá e hoje tá acontecendo n/é? Não tem emprego mais! Mas aquele tempo a cidade tinha emprego, as firmas que apareciam tinham serviço. Eu larguei mão de trabalhar em metalúrgica e fui trabalhar de pedreiro, que é o que eu faço até hoje. Então o que mais estranhei foi o negócio do tempo no caso e o negócio da água também, porque você já chegou aqui sentindo aquele peso sabendo que tinha que pagar já de início n/é? Eu tive que chegar arrumar emprego para dar de comer meu pai, minha mãe e meus irmãos que eram menores n/é? Eram de idade já o casal de velho e não tinham como trabalhar n/é? Então pesou desde início já, eu tinha o que uns 20 anos de idade; com 20 anos tinha que agüentar a despesa da casa, tinha que chegar aqui e agüentar a despesa da casa com aquele salário n/é? Foi mesma coisa que se eu viesse casado e com a família, mas eu tinha meu pai ,minha mãe e meus irmãos. Então você já chega pagando tudo, então você já sente que ta bem diferente que lá n/é? Aquele tempo tinha que tinha que fazer poço, não tinha água e não tinha luz, a luz acho que demorou uns dois anos pra vir aqui,
--	--	---

	naquela época ninguém pensava nisso, se todos pensassem isso, maior parte tinha ficado por lá.	a água... chegamos cada um tinha que furar um poço, eu mesmo furei um poço com 16 metros de fundura.
4- A instalação de fábricas como a Águia e/ou Costalco e Itaiacoca influenciaram em suas vidas?	Fui trabalhar na fábrica n/é? Então a única coisa que a gente sentiu que cada mês a gente tinha dinheiro, em vez de ser anual era mensal. Então de cada mês você sabia que você tinha “tanto” pra você receber, só que você foi vendo que a dificuldade...nos cereais que você via que você tinha que comprar da água pra cima...que antes nada disso precisava n/é? Então nisso a gente já viu que o dinheiro era pegar e trocar, porque você tinha que comprar de tudo n/é? Não plantava mais n/é? Daí passado um tempo nós viemos embora, fui trabalhar em metalúrgica, o dinheiro você vê todo mês, mas você sabe que no final do mês você está com ele certo pra.... Ah! Isso foi o que a gente percebeu logo de início! Tinha gente de Itaiacoca lá na Metalúrgica, não era muito era uns 50 funcionários, tinha eu, tinha meu irmão e outros lá.	Não pra mim ...não influenciou em nada não...a não ser como falei que do Passo do Pupo pra cá...já tinha movimento de caminhão n/é?
5- Qual o vínculo que o senhor mantém com Itaiacoca e com o povo do Jardim Paraíso que veio de lá?	O meu pai até voltou pra Itaiacoca, mas voltou em terra de outros daí. Daí ele já tinha que pagar um... arrendamento n/é? A pessoa cobrava por alqueire, e pagava com mantimento mesmo, se um alqueire é ... pedia 10 sacos de feijão em um alqueire pra vocês plantarem aí. Então a pessoa plantava um alqueire de chão, tinha que colher o feijão e 10 sacos era pro dono do feijão né. Então meu pai ficou 3 anos vendendo feijão lá, veio voltou e ficou mais 3 anos lá, mas num outro terreno daí, pagando arrendamento pro dono, daí ficou mais 3 anos e veio embora. Então terra não eu não tenho lá! Mas a gente vai pra lá , de tempo pra cá	Só saudade... porque, a mesma dificuldade que nós encontramos aqui quando nós viemos embora, se você voltar pra lá você vai sentir a mesma dificuldade, pior até. Pode ser que acostume mas vai custar mais a se adaptar do que na época, mas se voltar daqui de novo querer viver lá de novo vai ser muito mais custoso, é capaz de não acostumar mais. Só que é mais custoso acostumar lá do que na época que nós viemos morar aqui.

nós estamos indo. Festas, tinha muita gente que fazia assim, festa no sistema antigo, uma vez por ano, tem festas nas nossas igrejas lá. Agora já com uns 5 anos que nós vamos todo ano, agora a estrada é boa pra ir n/é? Terra não tem mais. Tem parente, parente sempre tem lá sim. Eu gosto do lugar. Ih! Até hoje, ainda se estivesse lá parece que tava melhor n/é? Com todas as dificuldades que tinha aquele tempo n/é? Eu ainda achava melhor... que a gente veio pra cidade, mas assim mesmo veio meio obrigado n/é? Veio por necessidade...(com os olhos cheios de lágrimas) porque além disso, de ser difícil lá, o governo começou a tomar as terras n/é? Ia uns homens lá e diziam que eram do governo, pediam documento e escritura da terra, ninguém tinha porque aquilo era tudo de boca n/é? Então...daí o pessoal pra mais bem desacomodado achou melhor vim embora pra cidade n/é? Mas hoje a gente pensa... se a gente tivesse lá podia estar bem melhor n/é? (muito emocionado). Porque hoje até luz tem no Itaiacoca ... que era um negócio que a gente nunca esperava, nunca sonhava que ia ter luz, e hoje tem tudo isso n/é? Hoje tem estrada boa pra você ir... Tem condução a hora que você quiser tem, tem ônibus que faz a linha pra lá, que isso nunca vinha na nossa memória que iria ter um tempo aqui também...que se a gente soubesse disso, a gente não tinha vindo embora n/é? A gente ficava por lá mesmo n/é? Porque hoje quem ficou lá, quem não veio aquela época está super bem lá! Não quer sair mais! Ah! Não quer sair mais de lá! Aquilo lá foi roubado, o que eles foram ofertando eles pagaram, só que era um valor...que....e o pessoal lá não conhecia mesmo o

	que era u valor de terra n/é? Então achavam que estavam vendendo bem ainda! Só que o BANESTADO dava preço pra eles mais ou menos decerto, só que eles vinham lá e davam o preço deles e o restante ficava com eles, então é aí que foi a ladroagem. Que o governo, ele talvez pôs o preço certo pra comprar, só que ele ponho os “gatos” lá pra comprar n/é? Eles foram lá e iludiram o povo no preço que eles fizeram e ficaram com a outra parte. Então foi dessa que foi o negócio, porque se o governo mesmo fizesse um preço diretamente pro pessoal, ele mesmo...o pessoal ia saber o valor que era n/é? Só que ele lançou os preços Para esse “gatos” irem comprar lá, daí eles foram e fizeram o preço deles e o povo foi na deles n/é?	
--	--	--

Questões	Resistentes 1	Resistentes 2
Desde quando o senhor mora em Itaiacoca?	Pois ao olha pra falar ao certo mesmo desde que nasci, eu to com 82 anos, desde 1926 que nasci n/é? A partir daí sou morador de Itaiacoca.	Eu sou da família conhecida por Gonçalves natural daqui. Eu tenho 60 anos, fiquei fora... assim 5 anos morei em Ponta Grossa, morei uns dois anos no Serradinho, sou natural do Caçador mas moro aqui agora.
O que o senhor sabe sobre a vida na cidade?	Sobre a vida em Ponta Grossa eu posso te dizer... eu conheci Ponta Grossa, assim, bem ... sem calçamento, não tinha calçamento nenhum, a rua principal era a Vicente Machado, a praça principal era a ...o Ponto Azul n/é? Tudo sem calçamento. No começo do meu trabalho só andava de carroça e ia pra lá e pra cá comerciava com...Ponta Grossa, então a Vicente machado era sem calçamento. Ia de carroça, ia carregado, levava mercadoria e lá trocava por mercadoria de volta n/é? Açúcar, arroz, essas coisas que você consumia, então se fazia..mais se fazia troco da mercadoria.	Eu vejo assim...anterior não se influenciava em muitas coisas que hoje está se influenciando que trazido do sistema do mal, anterior não existia isso. Os filhos trabalhavam junto com os pais como antes era... eu desde 7 anos fui “fera” no trabalho que morava aqui e daí fui pra lá, com 11 anos..é com 9 anos perdi minha mãe e a gente teve que trabalhar pra ajudar a criar os outros filhos. Então esse tempo era um tempo bem melhor, representa pra gente, que hoje. Porque só influenciava com pessoas de bem, com pessoas que procuravam o bem e não o mal como hoje se está oferecendo. Muitas famílias estão entrando pelo caminho do mal pela influência. E aquele tempo não, se achavam com pessoas de bem, sofrida e todos procuravam de ganhar o seu “papá”, que todo mundo tem seu direito. Hoje estão

		procurando outro modo de agir, então antes era melhor porque não se oferecia esses acessos, que hoje está...no mundo inteiro, até droga estão usando. Aquele tempo não...bom droga até um cigarro é, uma pinga é, mas ele não fazer o mal pra ninguém e nem pra si. Então nas primeiras passagens da vida foi essa.
Quais são as condições de vida que se tem aqui?	Eu tive um tempo de boas condições, agora na minha idade já não está ela tão boa, tá bem mais fraco do que o tempo que eu lutei com comércio, eu estava mais ou menos de vida e depois disso aí que desenvolveu o comércio de uma certa maneira que pode-se dizer que hoje é mais ativo, mas pra mim não...não melhorou, pra mim está mais difícil. Mais difícil porque a gente já não tem a força que tinha e a gente não tá aceitando assim muito bem o desenvolvimento por falta de cultura acho que deve ser. Então daí eu acho pra mim ficou difícil, mais um pouco difícil, não tanto. Em certo sentido é bem melhor, porque hoje tem tanto recurso, tem estrada, pode-se dizer estrada boa, ao tempo que eu comecei trabalhar. Mas do outro lado ela torna-se difícil porque é mecanizado e pra mim não tô aceitando muito bem. Visto que ela tá bem melhor, comparando esse tempo que eu tive está bem melhor. Eu fazia em seis horas daqui até Ponta Grossa, hoje eu faço em 40 minutos. Então nesse sentido facilitou, mas aí depende de condição financeira, depende adquirir esses meio para facilitar a luta e pra facilitar também a parte de lavoura. O que falta aqui é...Em primeiro lugar é uma assistência de saúde, mais bem assim, mais bem assessorada, vamos dizer assim, tomar um cuidado melhor pra dizer bem certo. Nós temos já, melhorou bastante, a vista no passado, porque	Hoje nas condições de vida que eu tenho, ela voltou como eu comecei com 17 anos...é...com 21 anos que eu saí de casa de meu pai solteiro e programei minhas terras, solteiro, uma terrinha de vinte e poucos alqueires e através de familiares eu cresci na vida e não sei porque meios? Que nem eu sei porque sofri um acidente que nem eu entendo. E voltei na estaca como eu comecei. Não desapropriei do que eu tinha, mas o que eu ganhei numa altura em negociação, de movimento de trabalho, de outro tipo de trabalho não na roça, e como o criar dos filhos com o movimento que a gente teve, educar os filhos, dá estudo pros filhos, que hoje estão todos casados, só tem uma solteira. Então nesses casos é que veio contra mim umas coisas que é só Deus quem sabe. Então hoje nas minhas condições que eu tenho eu voltei quase como comecei quando era àquele tempo a lavoura oferecia o direito pra gente que poderia criar família. Já que os meus estão todos criados, agora não digo que hoje várias pessoas vão criar família da lavoura como criava antes. Aqui não dá porque as terras são muito dobradas, a pessoa não pode produzir bastante, porque não dá pra mecanizar roça que nem eu digo, uma pessoa que vai fazer uma roça, que vai criar uma família, ele não vai conseguir seu salário de sustento da terra, ele vai ter que dividir muita coisa, mesmo que agora as matérias de hoje, o funcionamento do governo que está beneficiando o pessoal, o bolsa família está ajudando bastante pro lado das pessoas. E esse numeral, e o povo se indicou. Eu não sei se é do lado bom ou mal, eu não sei é complicado..não é meu .

	no começo da nossa luta nós não tinha doutor médico. E o nosso doutor aqui era homeopático e heloopático. Então eram os nossos doutores e resolvia, só que... acho que o sintoma era bem diferente, não é o de hoje. Então hoje nós dependemos muito do doutor médico formado em medicina. Eu acho que é o que eu penso assim, se nós tivesse uma assistência mais...rigorosa pra saúde eu acho que melhora bem paras as famílias viu. Acho que em primeiro lugar, principalmente a saúde, porque o transporte, a estrada que nós tivemos também muita dificuldade, já ta um pouco melhor, mas ainda é preciso mais...ser mais rigorosa a fiscalização de estrada, porque você vê as vezes nós ficamos ai 8, 10 dias sem estrada n/é? E o que que é isso? E tem, existe recurso pra isso n/é? Até da própria Águia. Agora mais ou menos um mês atrás como ficou incrível! Precisou quebrar as carretas deles, prejudicar o movimento deles para eles botarem maquinário, porque eles como, eles tem condições, eles são donos da Águia. Só que eu não sei o que eles trataram no convênio deles aí com o prefeito e com as outras demais firmas. Mas eles pegaram o pó com as duas mãos n/é? Você viu como melhorou bem n/é? Se continuar assim já ta melhor, mas nós queremos melhor ainda, nós queremos asfalto! (risos) porque o dia que continua o asfalto nós vamos ter melhor condição de ir a Ponta Grossa numa precisão de doença, vamos dizer acontece de caí a noite. Tem o médico mas o médico vem de cada 8 dias, quando que ele precisava... podia ter um médico diariamente, pode ter n/é? Tão perto, o que é 40 Km daqui na cidade? Para mantimentos quase que não precisamos da cidade,	
--	--	--

	maior parte aqui, nós..cada morador produz pra si próprio, manual n/é? Agora seria melhor se nós tivéssemos uma assistência, uma cobertura, vamos dizer, do prefeito ou do governo. Pode-se dizer que estamos sonhando n/é? Eles oferecem as coisas mas não realizam. Nós temos que ter... bom fazem reunião n/é? Vem um pessoal na época da... agora por esses tempos, semana passada teve aí uma reunião sobre sementeira, oferecendo semente, depois vai fornecer semente. Só que existe uma coisa que eu já falei aí...acho que a gente tem que falar isso, eu agora eu só tenho a reclamar, porque não aceitam a minha opinião? (risos) Eu sei o que é preciso fazer,e o que é preciso fazer? Ofereceram, tem que cumprir! Porque não adiante vir aqui fazer uma reunião “olha, vamos fazer o cadastro, cadastrar a comunidade”. Todos precisam de semente, selecionada n/é? Todo ano precisa plantar, só que hoje não tem tempo viu. Mas a cada tempo que eles tenham uma qualidade de semente, “nós prometemos”. Não! A promessa só não...não resolve!então ficou o meu cadastro lá...ficou o ano todo e quando veio, deslocaram tudo. Eles não fazem assim uma rotina, uma seqüência, vamos supor: Itaiacoca começa lá no Passo do Pupo, então? E em toda parte você vê que tem lavoura, um pouco tem! Então anote lá no começo da safra, não é um trator só que vai vencer, então põem um lá no Passo do Pupo, põem outro no Cerradinho, esse do Cerradinho já pode servir aqui e daqui já poder servir o Caçador e do Caçador pode servir o Boa Vista e assim seja. Mas eu não sei, não que eu queira ser melhor do que os outros. Eu só tenho um passado, um sofrimento	
--	---	--

	do passado. Então é por isso que a gente aprendeu como dever tocar as coisas em seqüência, pra ver se melhora pro povo n/é? Eu pra mim... pra mim está bom viu. Do jeito que eles estão fazendo agora o que é que eu vou fazer? Mas só que não tem administração. Eu falei pro rapaz lá na prefeitura n/é? Digo como é isso aí? Cadê o trator? “Éh...o trator ta quebrado, porque não sei o que e não sei o que...” Daí por que se firmou? Então o que falta é eles consultarem os próprios agricultores, exatamente, mas consultar como eu digo pra eles na reunião eu falei assim: “olha aqui, vocês vão me liberar pra falar?” Eu não tenho assim uma preparação... não sou assim... como é que posso dizer? Eu não tenho expressão pra falar. Eu sei o que acontece, eu sei o que é preciso, mas eu não sei me expressar. Só que existe isso “vocês dão conveniência e esse sistema de conveniência atrapalha tudo, porque vocês deixam, bom vamos dar um trator,...vamos supor...quem é o mais poderoso do Passo do Pupo? Aquele que é mais forte que mais pode, aquele é que abraça...Oh! ele não precisa!tem que proteger a classe pobre vamos dizer...não faz isso. Olha Aparício bem na verdade o que falta pra nós...o que falta mesmo é administração, porque o estudo até não está dos piores. Está bom! Aos poucos aos poucos está melhorando, mas precisa melhora mais! Precisa administração! Eu tenho uma menina aí que está estudando e ela me pergunta assim: “o que será que eu vou estudar? Eu vou estudar pra advogada ou vou estudar pra isso...”eu digo pra ela olha filha, se você defender..(porque eu quero puxar pro nosso lado, puxar pro nosso povo) ou você tem que tirar curso	
--	--	--

	de administração, ser administradora, saber como tem que ser uma administradora, ou então tirar o curso de agrônoma, porque você está na área que nós dependemos de agrônomo, ou então tira um curso de veterinária, porque nós precisamos. Então o que é isso? Aí é que eu venho me cobrar. E a maior parte viu Aparício, puxa conveniência n/é? Convém, leva tudo aquilo lá “não nós vamos por lá..não” e isso é que atrapalha, não acha você? Como que nós fazíamos as coisas assim todos reunidos, quando nós estávamos trabalhando junto. Se reuniam todos pra trabalhar, fazer puxirão n/é? E por que que hoje quer tudo individual: não pode! Está certo cada um tem que fazer a sua parte, mas tem que ter cobertura total pra comunidade, e nós temos isso aí, porque é falta de administrativo. Isso aí não é praticado mais, porque olha, até pra usa isso, aqui, hoje, mas ...o próprio governo, o próprio BANESTADO, isso começando de lá, que veio desapropriando, que nós viemos ficando sem...caindo os mutirões...ou então porque ele vendeu o terreno lá? Por que que ele vendeu pro BANESTADO? Porque o BANESTADO pressionou primeiro. Pressionou...”não sabe como é? Porque vai melhorar, porque ela oferece pelas terras...compra, paga ou aquela coisa”; e aí vem o desgosto do povo. “Eu vou vender o meu sítio porque o BANESTADO comprou do fulano de tal, daqui amanhã eles vem me tomar”. E assim começou a pressão pro povo, ora aqui do meu lado, aqui pra baixo...só que eu trabalhei, que eu negocieei, eu tinha armazém... eu lidei mais ou menos com umas 200, isso pra não exagerar, duzentas e poucas	
--	---	--

	famílias, que ocupavam o meu movimento. Não o total, mas ocupava um pouco. Então esse povo todo usava o mutirão, pra fazer as roças, era a coisa mais linda que tinha viu? Nós se reunia ali em 50, 70, 100 homens trabalhando juntos, lutando, carpindo, plantando. Era o sistema antigo, era esse. Então eu acho que igual a esse sistema não vai voltar, não tem como, porque a perfeição hoje é, vamos dizer...gabar um pouco, a perfeição é das melhores. Em todas as coisas hoje há perfeição, mas esse gosto, esse lazer nosso caiu, porque aquele sistema de nós ficáramos lá sovando no meio da capoeirada lá, cozinhando no estaleiro, comendo feijão, arroz e toucinho de carne de porco. Isso aí olha...eu tenho até saudade disso e pra afirmar isso e vocês verem que não estou mentindo, vocês podem olharem lá na minha cozinha tem um estaleiro de toucinho que eu faço, pra comer torresmo (risos). Então, esse era o sistema prático nosso e simples, todo mundo trabalhando junto. Hoje...não é falar mal...a maior parte do povo é ganancioso, quer mais pra si, judia um do outro e é aquela coisa. Por que? Falta de união n/é? É essa falta que nós estamos...estamos sentindo hoje n/é? Você vê ali nas terras dos Boava, nós ia lá... eu quando era piaçã, nós se reunia pousar lá casa dos Boava, morava o Arlindo, o mais novo n/é? Nós pousávamos lá 40, 50 pessoas, pousando lá...pra no outro dia 6 horas nós já estávamos na capoeira. Inverno velho, descalço, pezão partindo na geada e ia embora. Quer dizer, mas pra nós era gostoso isso (...) E não sei até se eu posso falar isso..sobre saúde..mas nós tínhamos mais saúde do que hoje. Tinha bem mais	
--	---	--

	saúde. Você vê que naquele tempo tinham bem mais saúde, não é querer desfazer de vocês, porque graças a Deus na cidade também...mas a gente tinha melhor saúde lá do que na cidade n/é? Num sentindo vocês ganharam muito porque aperfeiçoaram, estudaram, mas não sei...representa assim, se estivesse tomando aquela água daquela vertentinha lá (risos) e nós trabalhando que nós trabalhávamos seria melhor até hoje.	
A instalação de fábricas como a Águia e/ou Costalco e Itaiacoca influenciaram em suas vidas? (de que forma?).	O tempo da Costalco um pouco antes começou a se desenvolver com a fábrica de cal e depois com a Costalco que era a Mina São José, não era o Costalco que existe hoje, mas aí começou a melhorar, porque aí apareceu o pessoal oferecendo emprego então muitos se empregaram na mina de talco, aí depois que eles foram descobrindo foram puxando mais a área pro lado do Biscaia. Pra mim influenciou, porque eu tive como, assim, tive um pensamento de comprar uma condução pra mim, e o qual podia aquele movimento da costalco, do cal beneficiou, porque daí que começou aquele movimento de caminhão. A maioria dessas pessoas que pertenciam, até uma parte que pertencia a minha família, muitos já se foram, mas hoje os netos que estão trabalhando hoje como funcionário da Costalco, então depois que funcionou mesmo a Costalco a mina São José fechou. Eu acho que de um lado, de um lado, a parte da saúde, as empresas dão cobertura, que muitas delas ainda tem, agora estive conversando esses dias sobre a Águia, a Águia não tem um plano de saúde, se ela tivesse um plano de saúde acho que ela podia quando	Muito bem, pra todo mundo não só pra mim. Tanto a Costalco que é a primeira influenciou muito muito pra lá bastante também deu credibilidade a bastante família que lá tiveram trabalho, tiveram renda mensal, como depois que veio a Águia aqui, bem pelo contrário que alguém diz que está prejudicando, é uma das firmas mais aperfeiçoada que está aqui no lugar, que dá trabalho pra todo mundo, dá imposto pros ouros trabalharem. Não tranca ninguém, até pro Município a Águia está ajudando. A Costalco, ela forma de um trabalho de talco importado não sei pra onde e de um tempo pra cá ela deu uma baixa, eu não sei porque que foi que deu uma baixa toda a firma da Costalco, como a Costalco é uma das mais influenciada, outras também, são menos, mas estão trabalhando. A Costalco nunca parou, está continuando, alguma outra deu baixa e ela continua exportando material pra outros países acho eu. Com toda certeza melhorou a vida das pessoas depois da Costalco, mas com toda certeza sim! Eles foram muito beneficiado, todos os empregados, não só pela empresa da Costalco, como muitas outras também deu emprego pra bastante gente. As pessoas deixaram de trabalhar na lavoura e foram trabalhar com o talco e isso foi muito bom... foi muito bom. Eu por exemplo nunca trabalhei de empregado, com carteira registrada, fui empregador, antes que a Águia estar aqui eu trabalhava, dei muito

	tivesse alguém com problema de saúde, eles podiam dar um jeito de encostar, de indenizar, mas não tem assim, diretamente um plano de saúde. É o que se vê falar. Na verdade, nós somos (...) nós queremos ser prejudicados...queremos não n/é? Não somos prejudicados pra não prejudicar, então isso aí que era o caso n/é? Que nem muitos partiam tranqüilo até..."ah, se o BANESTADO... eu vou vender também? Que me importa? Que se lasque, que a região desenvolveu". Não pensou ele que ele vendeu o dele se prejudicou e prejudicou a região. Então são coisas que a gente fica até...meio sem explicação. Olha são poucas pessoas que não vendeu pro BANESTADO. E o que não vendeu pro BANESTADO...de começo a Águia também começou a pressionar. Agora que o povo está um mais...mais orientado...muita gente aí, que nem eu, de resistir assim, que nem do nosso nome ninguém vendeu pra firma nenhuma, de outro tem gente que vendeu, mas vendeu da parte deles...mas estão todos arrependidos, porque agora, você veja nem eles, nem Águia não está podendo florestar, reflorestar. Resultado disso pra que custou essa barbaridade desse matão aí? Nem a firma nem e os que precisam de plantar. Ontem ainda estava falando não tem maquinário...não tem como lidar, não tem como plantar. Então o pessoal agora aí pegou essa mania: "vai trabalhar pra Águia!" Não quer trabalhar mais na lavoura, trabalha pra Águia, é e daí, um ano ou dois anos, pede a conta ou apronta qualquer coisa lá e fica só vagabundeando. O bairro do Caçador está sim, ninguém mais quer trabalhar. Então eles vem	emprego pra várias pessoas, porque mexia com material lenhoso e com firma, como se diz a Cargil, firma multinacional, pra mim foi um crescimento, cresci muito aquele tempo através disso, daí depois ela parou de comprar eu caí pra baixo e entrei trabalhar com o BANESTADO que me vendeu material, com a Águia nós fizemos algum "serviçinho" pra eles, mas eles me ajudaram muito e eu ajudo eles muito bem..meu voto é ...pra firma da Águia está sendo hoje aqui no Itaiacoca uma das melhores firmas e uma das melhores...e uma das melhores indústrias que também logo próximo que está ajudando a comunidade inteira, não só um, todos que são vizinhos daqui. Este teve um caso que até a gente falou pro Moacir que não gostaria de falar...eu sou uma pessoa até parecida com o avô dele. Eu penso que eu sou digno porque quem sabe bem é Deus e também o pessoal que me conhece que nunca puderam provar contra mim, que se levantarem uma calúnia eu provo o contrário. Então nesse ponto eu tenho a dizer que a Geosul, que foi a que comprou e transferiu pro BANESTADO os compradores, donde veio várias pessoas...ela que comprou e transferiu pro BANESTADO. Agora infelizmente eu vou ter que contar porque a história é verdadeira, é isso? Assim, eu também vendi uma área pra Geosul, sendo que ela vinha a bastante tempo querendo me comprar, me ameaçava, falava, falava, falava, mas minha terra eu peguei e ganhei do pai da minha mulher, ela ganhou do pai dela, eu documentei pus em ordem, tudo certinho. Até eu vendi um negócio de uma falha do meu sogro, ou pra melhor dizer, da minha sogra e do meu cunhado, venderam, fizeram negócio falso, e enfim eu tive que dispor, negociar a minha área de terra com a Geosul depois, trocando com meu sogro, mas não fez nada de mal, não foi a Geosul que me ameaçou, eles falavam, mas não era o que eles falavam que era verdade, eu protestava contra eles, não era verdade! Enfim, então, aí fui chamado a um tempo atrasado, fui chamado na 13º ou sei lá...eu fui falar com o delegado regional. Lá tinha trinta e poucas assinaturas que falou que a
--	--	---

	estragando o sistema do povo. É uma firma que de um lado de muito resultado, como diz o Ferdinando, eles tem dois mil funcionários. Mas os que eles mandaram embora, sem mais nem menos, sem direito. Então eu fico aqui pensando...o meu piá às vezes fala “olha pai eu vou me entregar, eu vou trabalhar pra Águia”. Eu falo pra ele: você que sabe, lá todo mês você está recebendo, agora ela não está garantindo mais ninguém! Não adianta! Vai lá trabalha um ano e daqui a pouco te mandam embora por qualquer coisa, te pagam por direito, dá uma porcaria de um lucro aí você vai ter quer vender todas as tuas coisas. Eu não vou te dar nada! Você já tem teus recursos.	Geosul ameaçava e fazia isso e fazia aquilo. Digo: eu não sei se pros outros fazia isso, não sei...só sei dizer que pra mim eles falaram, mas não fizeram e eu negocieei minha terra porque eu achei bem que eu estava fazendo um bom negócio e salvando meu sogro que estava num caminho errado, os pertencente dele tinham feito mal, caíra num delito e fizeram mal e caiu pro meu sogro. Então, eu não vendi minha terra ameaçado, eu vendi fiz bom negócio, só que depois voltou a ser um mau negócio porque o meu cunhado me logrou, mas daí é caso de família. Agora não é que firma nenhuma entrou comprando ameaçando os outros, não existiu. Eu protesto! E todos venderam pelo preço que combinou e recebeu. Por que que vendeu? Como eu fiz exemplo com o delegado, quando ele disse que eu era o único. Eu disse: eu posso ser o único, mas eu estou com essa bolsinha, com essa pastinha, e eu paguei cindo reais, mas se o Senhor disser que quer me dar dois reais e eu precisar vender e quero vender e lhe vendo, recebo e não posso dizer, porque me fez bem! Aí parou por aí. Agora todo mundo que saiu daqui, eu não posso dizer que fez mal, porque venderam e se formaram lá na cidade como eu também, meus filhos. Eu tenho 50 alqueires de terra e meus filhos nenhum pode criar família de lavrador porque a terra não dá pra produzir, e o pinus e outras coisas é que está produzindo e que está dando renda pro município, se é que posso dizer, ou não posso, sei lá...mas o que posso dizer é que pelo menos trabalho pra todo mundo está tendo. Então quem vendeu a sua terra e foi embora pra cidade fez um bom negócio. Fez sim! Nem que digam que não! Fizeram sim, porque muitos deles se ficassem aqui não iam poder criar família e dar estudo pra família. Eu criei e dei estudo pra minha família porque na realidade eu deixei da roça e passei a trabalhar com caminhão e tive uma renda superior que eu pude deixar minha família, tipo assim, “filhinho de papai” graças a Deus tudo bem. E hoje estão todos lá na cidade empregado, tem mais recursos, de fato ganharam estudo mas foi o pai que deu. Até dessas pessoas que venderam a terra
--	--	---

		porque foram ameaçado, não muito pelo contrário, isso é falso testemunho, enganam-se, como o caso do meu cunhado e da minha sogra que enganaram, eles fizeram é... foram corruptos, demoraram os carnês que estavam pagos e foram vender as terras como se estivessem em dia e estava irregular, por isso que eu entrei e quis vender meu terreno, aí depois me arrependi (risos), mas vendi por caminho de bem, não foi de mal, não tenho nada contra eles.
O senhor tem vontade de sair de Itaiacoca?	De jeito nenhum! Para falar bem a verdade eu não acostumo com o regime de cidade, não tem como me acostumar. Não acostumo com o movimento, eu não gosto, então quando vou pra cidade eu vou de manhã e volto a tarde, porque se eu fica em Ponta Grossa eu não durmo. Então isso aí e depois eu acho que eu não de dou bem, é falta de costume. Olha eu nasci aqui quero morrer aqui. Não tem por onde, eu gosto do meu lugar? Não sou rico financeiramente, mas eu tenho como viver, acho que tranquilo. Se eu for lá eu vou ficar agitado. Tenho certeza que eu vou ficar agitado. Não sei eu estou certo, porque até convite eu tenho, eu tenho família, eu tenho convite, mas a minha resposta é essa. Não tem não! A não ser que mude, mas eu não tenho proposta pra mim sair daqui. Só aceito a proposta lá do (aponta para o céu) para sair daqui (risos).	Eu pra sair de Itaiacoca, como eu sou natural e minha natureza está aqui, é só quando Deus quiser eu, do contrário não. Está bom aqui do jeito que está, porque eu nasci aqui , saí fora, fui embora através de um caso que foi muiiiito inesperado.